



ABRIGOS em movimento

2

ABRIGOS EM MOVIMENTO:

o processo de mudança
vivido por cinco abrigos de
crianças e adolescentes na
Grande São Paulo

ABRIGOS EM MOVIMENTO:

o processo de mudança
vivido por cinco abrigos de
crianças e adolescentes na
Grande São Paulo

SDH – Secretaria de Direitos Humanos
Esplanada dos Ministérios, Bloco T, sala 420
Edifício Sede do Ministério da Justiça
CEP – 70064-900
Brasília, DF

Copyright © 2010 - Secretaria de Direitos Humanos – SDH

A reprodução do todo ou parte deste documento é permitida somente para fins não lucrativos e com a autorização prévia e formal da SDH/PR.

Conteúdo disponível também no site da SDH www.direitoshumanos.gov.br

Tiragem desta edição: 3.000 exemplares impressos
Impresso no Brasil
1ª edição: 2010

“O conteúdo da obra é de responsabilidade exclusiva dos autores”.

Distribuição gratuita

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Abrigos em movimento : o processo de mudança vivido por cinco abrigos de crianças e adolescentes na Grande São Paulo / [coordenação da publicação Maria Lucia Carr Ribeiro Gulassa]. -- 1. ed. -- São Paulo : Instituto Fazendo História : NECA - Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010. -- (Coleção Abrigos em Movimento)

Bibliografia.

ISBN 978-85-63512-02-4

1. Abrigos 2. Adoção 3. Crianças e adolescentes - Cuidados institucionais I. Gulassa, Maria Lucia Carr Ribeiro. II. Série.

10-01574

CDD-362.732

Índices para catálogo sistemático:

1. Abrigos : Crianças e adolescentes : Cuidados institucionais : Bem-estar social 362.732
2. Crianças e adolescentes : Abrigos : Cuidados institucionais : Bem-estar social 362.732

ABRIGOS EM MOVIMENTO:

o processo de mudança vivido por cinco abrigos de crianças e adolescentes na Grande São Paulo

CRÉDITOS

Coordenação da Publicação

Maria Lucia Carr Ribeiro Gulassa

Coordenação da Sistematização

Maria Lucia Carr Ribeiro Gulassa

Immaculada Lopez

Produção de textos

Immaculada Lopez

Lola Knoplech Cuperman

Lygia Tibiriçá Hülle

Maria Lucia Carr Ribeiro Gulassa

Sandra S. G. Ungaretti

Vera Frederico

Vera Lucia Galli

Edição

Ricardo Prado

Fotografia

Daniela Savastano - p.8

Ilustrações

Gil Soares de Mello

Maria Soares de Mello

Projeto gráfico e diagramação

Fonte Design

Agradecimentos

Aos abrigos

sumário

Apresentação

- 08** **Por uma reinvenção dos abrigos do abandono ao protagonismo**
Por Maria Lucia Carr Ribeiro Gulassa

capítulo 1

- 13** **Casa Raio de Sol: capacitar – o prazer de realizar sonhos**
Por Vera Lúcia Galli

capítulo 2

- 41** **Educandário Dom Duarte: o desafio de mudar**
Por Sandra S. G. Ungaretti

capítulo 3

- 61** **Anália Franco: do abrigo para a casa**
Por Lola Knoplech Cuperman

CAPÍTULO 4

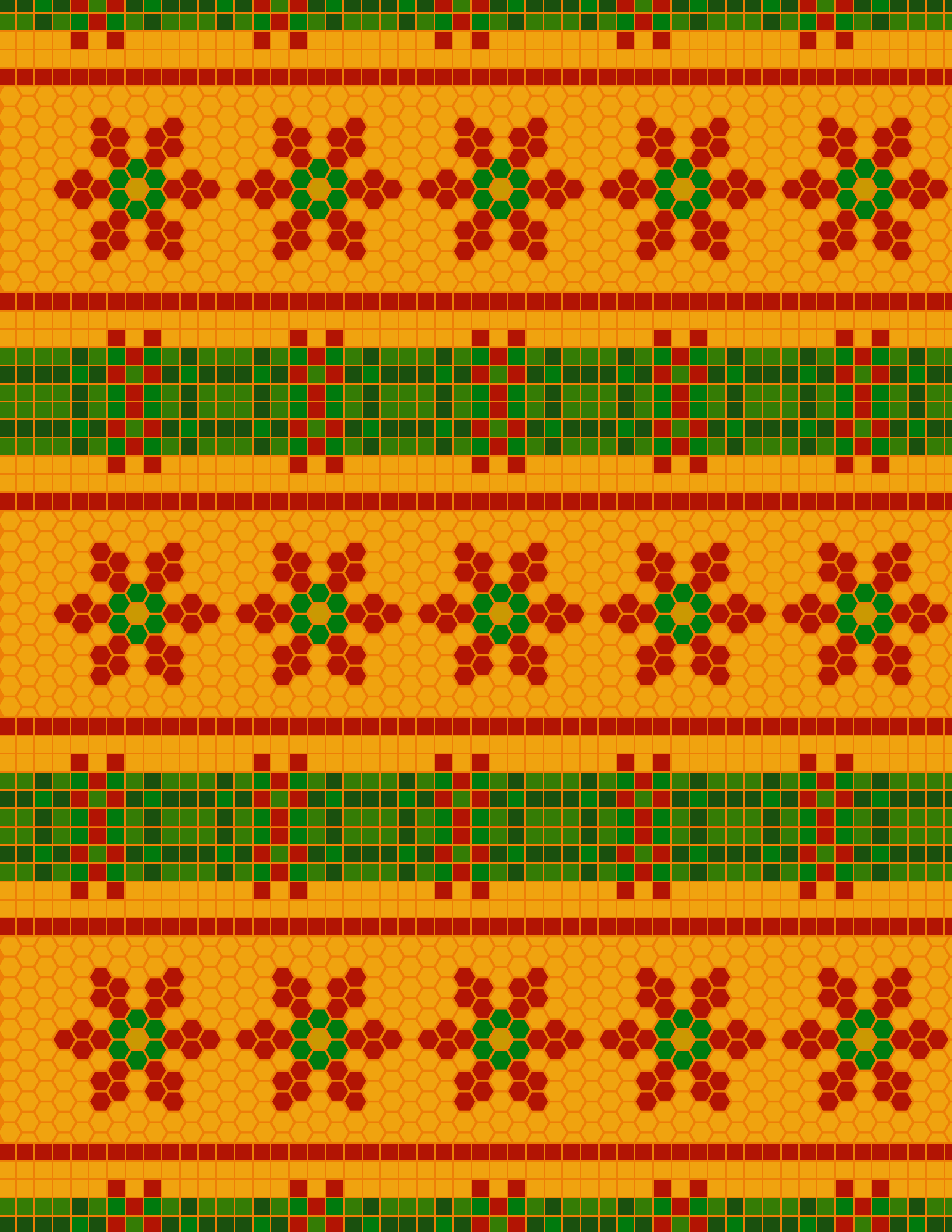
- 73** **São Januário: em busca das famílias**
Por Lygia Tibiriçá Hülle

CAPÍTULO 5

- 87** **Lar Pedacinho de Luz: construindo esperança**
Por Vera Frederico

considerações finais

- 101** **Olhando a mudança**
Por Maria Lucia Carr Ribeiro Gulassa



Apresentação

POR UMA REINVENÇÃO DOS ABRIGOS DO ABANDONO AO PROTAGONISMO

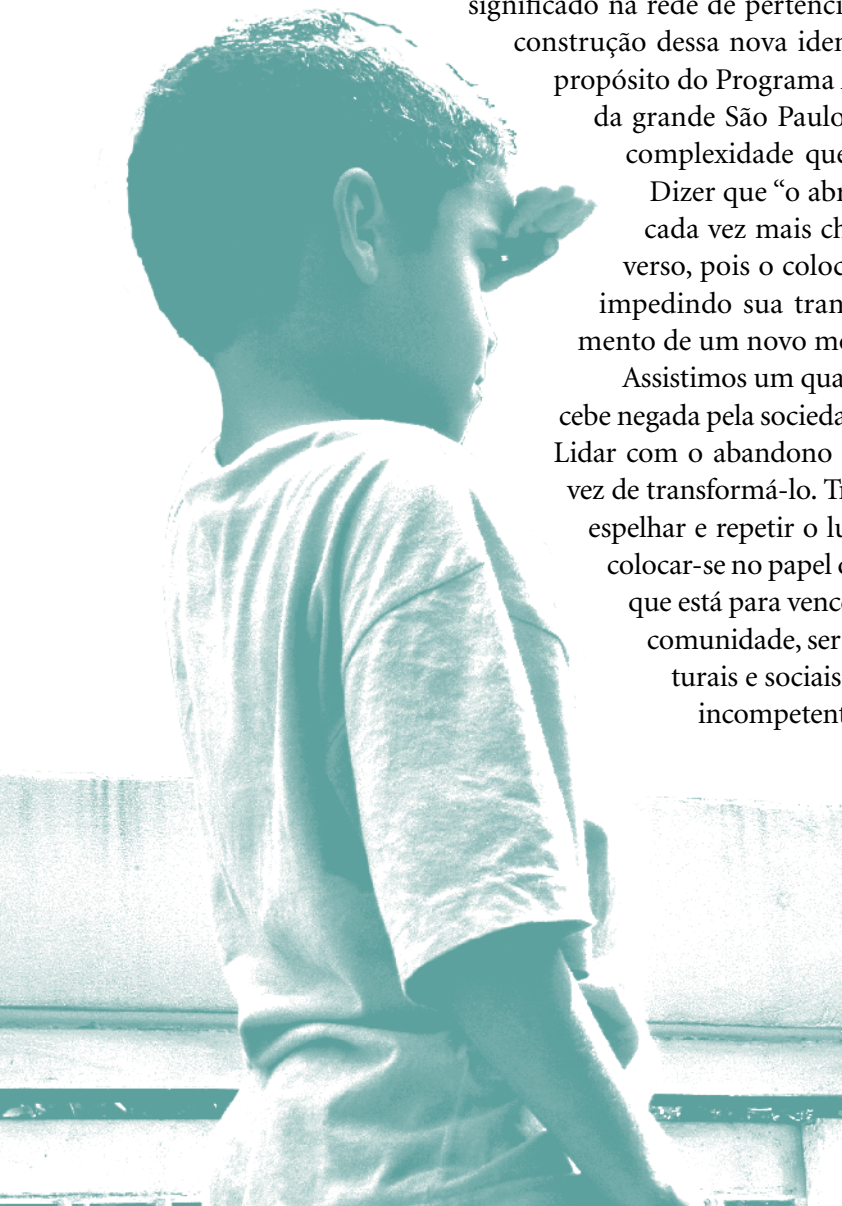
Os abrigos, como medida de proteção prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, são uma conquista para a garantia integral dos direitos desses jovens. Certamente, como diz a lei, deve ser uma medida excepcional e provisória. Mas o tempo de vivência de cada menino e menina no abrigo deve ser pleno de significado, uma oportunidade imperdível de desenvolvimento.

Possibilitar um novo lugar social para as crianças e jovens significa hoje, para o abrigo, rever seu próprio lugar e analisar social e culturalmente o seu significado na rede de pertencimento da sociedade. Contribuir com a construção dessa nova identidade dos abrigos tem sido um firme propósito do Programa Abrigar, ao trabalhar junto com abrigos da grande São Paulo e refletir com seus profissionais a alta complexidade que envolve sua missão e sua identidade.

Dizer que “o abrigo não deve existir” com ele existindo, cada vez mais cheio de crianças, é algo temeroso e perverso, pois o coloca num lugar de abandono – sem saída, impedindo sua transformação e impossibilitando o surgimento de um novo modelo de atendimento.

Assistimos um quadro em que a instituição “abrigo” se percebe negada pela sociedade, tal qual acontece com sua população. Lidar com o abandono pode trazer o risco de incorporá-lo em vez de transformá-lo. Trabalhar com situações de exclusão pode espelhar e repetir o lugar de excluído. Sobreviver sem verbas, colocar-se no papel de pedinte, alimentar-se das sobras ou do que está para vencer, ter dificuldade de ocupar uma casa na comunidade, ser empurrado para longe dos recursos culturais e sociais e, ao mesmo tempo, ser encarado como incompetente e inadequado – esse tem sido o difícil

lugar ocupado pelos abrigos. Numa missão originalmente filantrópica e religiosa, os abrigos se identificam e repetem este lugar de carente e necessitado, e sua população mais uma vez revive o papel de vítima, menor, pobre, abandonada.



Os abrigos precisam se recriar, se reinventar, criando modelos de novas comunidades. É necessário construir novas relações que assumam o papel de transformação social – com objetivos clarificados, metas definidas, estruturas humanizantes, profissionais qualificados, reflexivos, competentes, capacitação contínua, recursos financeiros condizentes, relações de igualdade e cooperação com os outros protagonistas do sistema de garantia de direitos da criança/do adolescente e da família. O abrigo, como proposta, tem a missão de ser o lugar de inclusão. Para tanto, ele precisa criar esta possibilidade para si próprio como instituição. É esse movimento dos abrigos que descrevemos nesta publicação.

Programa Abrigar: metodologia de formação

O Programa Abrigar começou a acontecer nos abrigos da Grande São Paulo em meados de 2003. Financiado pelo Instituto Camargo Corrêa, envolveu, em seu primeiro ano, 24 abrigos indicados pela Vara da Infância e Juventude, Secretaria Municipal da Assistência Social de São Paulo e Federação das Obras Sociais de Campinas. Ao todo, 12 eram da capital e 12 da região metropolitana de Campinas, incluindo Valinhos, Campo Limpo Paulista e Mogi-Mirim.

Este primeiro grupo de abrigos pertenceu ao chamado *Ciclo 1*. Na sequência, aconteceram os *Ciclos 2 e 3*. Ao todo, 47 abrigos participaram do processo de formação, que aconteceu entre os anos de 2003 e 2007. De cada abrigo, foram convidados três profissionais: um coordenador, um técnico e um educador. Também participaram dos diversos ciclos profissionais da Vara da Infância e da Adolescência, da Secretaria Municipal da Assistência Social de São Paulo e da Associação de Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

O Programa Abrigar teve como eixo central a capacitação dos profissionais. E a reflexão principal desta capacitação focou a identidade da instituição e de sua população. Que instituição é essa? O que é o abrigo? Quem são essas crianças? Quem são essas famílias? Que contexto é esse?

No decorrer dos encontros, em um ambiente intencionalmente receptivo e propício para pensar e aprender, os profissionais puderam trazer suas questões, crenças, experiências, conquistas e dificuldades. Diante de muitas provocações, os assuntos puderam ser debatidos; especialistas trouxeram questionamentos e reflexões, e muitas práticas foram revistas.

Debate aquecido, em um segundo momento, os abrigos foram convidados a elaborar um projeto propondo mudanças inovadoras no seu trabalho. Todos os profissionais acompanharam e debateram os projetos uns dos outros. Todos aprenderam mutuamente e puderam perceber o que seria um abrigo projetado no futuro, com as suas diferentes demandas.

Tais projetos foram analisados e selecionados por um grupo de profissionais parceiros. Em cada ciclo, oito abrigos foram escolhidos e contemplados com recursos financeiros, supervisões *in loco* e em grupo.

Os projetos de mudança

Quatro temas foram especialmente focalizados ao longo da experiência do Programa Abrigar: reforma do imóvel, aquisição de veículo próprio, trabalho com as famílias de origem e investimento na formação de profissionais.

- Reforma do imóvel – muitos abrigos incluíram a reforma do espaço nas suas propostas. Este se referiu principalmente à mudança de concepção de uma instituição grande para um espaço mais aconchegante, personalizado, intimista, com quartos para grupos pequenos, armários individualizados, salas de convivência e de estudos, diversificando, assim, as possibilidades de ações e relações entre as pessoas do abrigo. A questão estética também foi considerada: espaços escuros tornaram-se claros, iluminados e atraentes, além de interagirem com o espaço externo, garantindo contato com o verde e mostrando um ambiente cuidado, resultado da valorização estética ocorrida.
- Aquisição de veículo – abrigos que atendem às crianças pequenas e/ou com problemas de saúde, transtorno mental, deficiência física, dependência química, com necessidade de atendimentos constantes (clínicos, psicológicos e pedagógicos), mostraram a necessidade de transporte próprio.
- Trabalho com as famílias – não é possível pensar o trabalho do abrigo considerando apenas a criança, sem investimento na família de origem. O grupo familiar precisa ser visto como parte integrante do projeto do abrigo. Várias modalidades de trabalho com família foram desenvolvidas. As famílias passaram a ter outro lugar, outra presença, outro pertencimento com a criança, outra oportunidade de escuta. Este trabalho representou uma mudança na dinâmica do abrigo e na percepção que criança e família têm de si.
- Capacitação dos profissionais – embora alguns projetos tenham tratado exclusivamente de capacitação, este item esteve presente em todos. Representou a reflexão do abrigo sobre a identidade da instituição, sua proposta de trabalho, suas práticas cotidianas, a estrutura, a organização e o projeto político-pedagógico da instituição, além de como cada abrigo lidava com os desafios, os dilemas e a complexidade das demandas humanas e afetivas de um ambiente como este.

Força da mudança

Ao fazer os projetos de mudança, novas reflexões surgiram. Imediatamente após a elaboração e a apresentação do projeto, mesmo antes de receber o recurso financeiro, os

abrigos já começaram a mudar. Isto demonstrou que não é só o recurso financeiro que provoca mudanças, e sim a possibilidade de planejar, traçar metas, vislumbrar o futuro, saber o que se quer e estar motivado para mudar. Segundo os próprios profissionais, as primeiras mudanças aconteceram nas concepções das pessoas. Elas mudaram sua visão, sua mentalidade, sua cultura e puderam traçar novos caminhos.

Num clima não de competição, e sim de apoio mútuo, a maioria dos abrigos não contemplada com o recurso financeiro também soube mudar suas práticas. Apoiados pelos outros abrigos, reviram seus projetos, perceberam suas dificuldades, promoveram mudanças às vezes radicais, maiores do que parecia possível. Ou seja, não ser selecionado também promoveu mudanças.

A construção do conhecimento

Cinco abrigos, pertencentes ao *Ciclo 1* e selecionados para financiamento, foram convidados a rever a experiência de mudança impulsionada pelo Programa Abrigar e produzir conhecimento sobre ela. Suas reflexões deram luz à esta publicação, que foi, de fato, construída a muitas mãos.

Ao todo, foram cinco sistematizadoras, cada uma elaborando o processo de trabalho com seu respectivo abrigo durante um ano. Coordenado por duas especialistas, o grupo de sistematizadoras se reuniu várias vezes, para discutir os caminhos e as estratégias desta obra, construir diretrizes comuns, trocar informações, experiências e compartilhar o processo.

A sistematização é uma metodologia de construção grupal, no qual um profissional de fora da equipe conduz um grupo que realizou uma experiência significativa, para que este reconstrua e explicita todos os passos da experiência. É uma reconstrução da história que não se limita só a repetir o já feito. Sempre surgem ideias, informações e reflexões novas. É, portanto, **uma memória que não só lembra, mas se refaz, se apropria, constrói um conhecimento de si desvendando os caminhos percorridos e anunciando novos rumos.**

Tal processo propicia um produto coletivo e torna possível a sua disseminação. Muitas vezes, parte da equipe que realizou a experiência já mudou. A sistematização chama os antigos profissionais de volta e a história passa a ser reconstruída com a presença de antigos e novos. É uma importante retomada dos objetivos e processos, e mostra a construção de novos e inusitados caminhos. É um processo que nos envolve e nos impulsiona.

Com imensa satisfação, queremos agora compartilhar essas 5 experiências com mais profissionais, gestores e todos aqueles comprometidos com a reinvenção dos abrigos. Boa leitura!

Maria Lucia Carr Ribeiro Gulassa
Coordenadora de Formação do Programa Abrigar



“Somos da comunidade, da periferia, moramos no Jardim Ângela. Somos vinculados a uma organização – Sociedade Santos Mártires – que nos ensinou a preservar os direitos humanos e a dialogar.

A Casa Raio de Sol acolhe 20 crianças e adolescentes de 2 a 18 anos. Aqui, elas têm vez e voz. A pedagogia do desejo – de sonhar, de ter uma expectativa de vida melhor dentro da realidade em que vivemos – está presente em nosso trabalho com as crianças, adolescentes e suas famílias.

Buscamos fortalecer, restaurar vínculos familiares e sociais, visando à reintegração familiar da criança/adolescente, seja na família de origem ou substituta.

Oferecemos oportunidade de acesso a políticas públicas gratuitamente, em qualquer circunstância que represente violação dos direitos.”

capítulo 1

CASA RAIO DE SOL: CAPACITAR – O PRAZER DE REALIZAR SONHOS

VERA LÚCIA GALLI*

*Quando o sol bater na janela do seu quarto
Lembra e vê que o caminho é um só
Por que esperar se podemos começar tudo de novo?
A humanidade é desumana, mas ainda temos chance
O sol nasce para todos, só não sabe quem não quer¹*

1 Página de abertura do folder de divulgação da Casa Raio de Sol

Legião Urbana

Qual é a premissa básica no trabalho com as famílias? Acolhê-las, sem julgá-las, e, ao mesmo tempo, chamá-las para sua responsabilidade, dentro de suas possibilidades.

Capacitar é acreditar que a família, as crianças e os adolescentes têm potencial. É investir também na capacitação da equipe.

É assim que a Casa Raio de Sol trabalha para fortalecer os vínculos afetivos e a convivência familiar. Sabem que as mudanças acontecem aos poucos.

É preciso construir e reconstruir a história de cada família, perceber os seus valores culturais, respeitá-los.

É necessário acreditar para realizar os sonhos de todos que integram este processo.

* Vera Lúcia Galli é psicanalista, especialista em grupos, colaboradora do Programa Abrigar e sistematizadora deste projeto. Participaram das reflexões e entrevistas desta sistematização: Padre Jaime Crowe – presidente da Sociedade Santos Mártires; Maria Célia Barbosa dos Santos – coordenadora da Casa Raio de Sol; Flávio Felix – assistente de coordenação da Casa Raio de Sol; Antonia Felismina de Andrade Faria, Josenice Brito Teles, Ricardo dos Reis Souza e Sandra Lea Teles Brito – educadores da Casa Raio de Sol.

Foram entrevistados os seguintes parceiros do abrigo:

Gregório dos Reis Filho, Área de Direito à Proteção Especial – Fundação Abrinq; Dra. Maria Cristina D. B. L. G. Prats Dias – Promotora da Vara da Infância e Juventude de Santo Amaro; Célia Regina Cardoso, psicóloga da Vara da Infância e Juventude de Santo Amaro; Solange Rolo Silveira, assistente social da Vara da Infância e Juventude de Santo Amaro; Maria Aparecida Junqueira – Secretária de Assistência Social – S.A.S., Subprefeitura do M'Boi Mirim; Madalena Rodrigues São José, conselheira Tutelar do Jardim Ângela, Sub-prefeitura do M'Boi Mirim; Márcia Mariko, diretora da Escola Estadual Professora Josefina Maria Barbosa; Mônica FGraziadei, enfermeira do Programa Saúde da Família, UBS Jardim Herculano.

O que é o Jardim Ângela?

Eu diria com muita tranquilidade – não é nenhuma grande ação, mas a soma de muitas pequenas ações. O grande ato que fazemos é a caminhada pela vida e pela paz; virou uma marca na região. Padre Jaime Crowe

2 As informações aqui descritas baseiam-se na entrevista realizada com Padre Jaime Crowe, para elaboração desta sistematização, e em dados extraídos da página da internet <www.reporter-brasil.com.br>. Artigo – *Das manchetes policiais para a revolução social*, 12 jan. 2006.

A Casa Raio de Sol está situada no Jardim Ângela, distrito da Zona Sul de São Paulo, que foi considerado, em 1996, a região mais violenta do planeta pela Organização das Nações Unidas (ONU), com o índice de 120 assassinatos por 100 mil habitantes. No ano anterior, era Cali, na Colômbia, que tinha 80 por 100 mil habitantes.²

Desde que assumiu o primeiro lugar em uma lista sinistra, o Jardim Ângela mobilizou-se, numa parceria do setor público com a sociedade civil, para transformar esta realidade; isto fez com que, em 2005, pudessem comemorar uma conquista histórica. Segundo um levantamento da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), publicado em julho de 2005, entre 2000 e 2004, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes caiu mais de 45%, de 118,31 para 64,5.

Uma das maiores contribuições para essa transformação está no poder de mobilização da própria comunidade. Nesta linha, a Sociedade Santos Mártires ocupa um lugar central como referência para projetos sociais na região.

A Paróquia Santos Mártires nasceu em 1987, numa luta por melhores condições de vida na região. O nome “Santos Mártires” é uma homenagem a todo mártir que deu sua vida pela justiça, como Santo Dias, Margarida Alves, Dom Oscar Romero, entre outros. Em 1988, a comunidade local, junto com os padres, fundou a Sociedade Santos Mártires, uma organização sem fins lucrativos, com o objetivo de incentivar a participação popular por melhorias na região e na cidade.

Já em 1987, os espaços dos salões da Santos Mártires passaram a ser aproveitados durante a semana com creches, para que as crianças pudessem ser cuidadas enquanto suas mães trabalhavam. Gradativamente, foram criados os núcleos socioeducativos para acolher, principalmente, crianças na faixa etária acima dos sete anos.

A força da articulação comunitária

O fato de ser considerada, em 1996, a região mais violenta do planeta, fez com que a Sociedade Santos Mártires se reunisse com grupos da região e outras entidades organizadas para refletir sobre propostas de combate ao alto índice de mortalidade.

Assim surgiu o Fórum em Defesa da Vida, que se tornou um espaço de debate, com o objetivo de incentivar as entidades a produzir ações pela supressão da violência. Criou-se uma rede, que chegou a ter até 120 entidades filiadas, o que foi gerando incentivo para outros tipos de ações serem implementadas.

As ações de mobilização comunitária foram direcionadas de acordo com a análise da situação, que apontava dois grandes motivos para a violência na região. O primeiro era o abandono dos poderes públicos, refletido, por exemplo, nas poucas escolas e postos de saúde e em sua precariedade. O segundo era o tráfico das drogas. Investindo nestes dois grandes focos, o *Fórum em Defesa da Vida* foi conquistando serviços e parcerias, tais como com a Secretaria de Assistência Social (S.A.S), A Fundação Telefônica, a Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente e o Instituto Camargo Corrêa, entre outros.

O primeiro trabalho desenvolvido, em parceria com a Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), foi uma Unidade Comunitária de Álcool e Drogas (Ucad) para auxiliar no tratamento e prevenção de dependência química. A ação foi fundamental, já que uma pesquisa realizada em 1999 apontou a existência de um bar para cada dez moradores do Jardim Ângela. Inicialmente estruturada como unidade comunitária, é hoje um Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e Drogas – CAPS – AD., ligado à Secretaria de Saúde do município. A população conta com atendimento clínico, moradia assistida e atendimento para crianças (filhos e filhas de dependentes químicos).

Ciente de que, quando o assunto é violência, a primeira reação é aumentar o número de policiais, o Fórum abriu espaço para o debate a respeito de que tipo de polícia queria. A região era marcada pela atuação do Cabo Bruno, um conhecido justiceiro. A equipe da Rota era a única presença policial que se aventurava no local percorrendo ostensivamente as ruas da região com metralhadoras para fora do carro. Era uma polícia muito repressiva e violenta.

Em 1998, o Fórum em Defesa da Vida levou, à Secretaria de Segurança, a proposta de construir uma polícia comunitária. Foram criados pequenos grupos de bases comunitárias, com policiais fixos (estabilidade mínima de três anos), cujo intuito era tanto serem conhecidos pela população quanto conhecerem a região. Atualmente, os depoimentos dos policiais traduzem o quanto esta medida foi favorável também para eles – são conhecidos e reconhecidos como pessoas, estão integrados à comunidade.

Uma referência fundamental

Padre Jaime Crowe é reconhecido como o principal articulador de todo o movimento comunitário construído no Jardim Ângela.³ Singelo, Padre Jaime diz que seu nome aparece muito – o que hoje em dia entende e aceita (está mais conformado com isto). Deixa claro, porém, que há uma total interdependência com as outras pessoas e entidades: *“Eu levo o nome, a gente tem uma parcela nisto, mas são os outros que carregam o piano. Há uma interdependência, sim”*.

O objetivo dessa rede não é tomar o lugar do estado ou do Município, e sim fazer com que estes assumam seu papel e sua responsabilidade pública.

³ “A USP entregou na tarde dessa sexta-feira (9) o 6º Prêmio USP de Direitos Humanos. O prêmio reconhece atividades e personalidades que contribuem para a difusão dos Direitos Humanos no Brasil. Na categoria individual, o padre Jaime Crowe foi o vencedor. Ele é um dos fundadores da Sociedade Santos Mártires e mentor do Fórum em Defesa da Vida do Jardim Ângela”. Disponível em: <<http://noticias.usp.br/acontece>>. Acesso em: 12 dez. 05.

Conversar com o Padre Jaime é entrar em sintonia com as histórias do lugar, com um pensador que tem claro o objetivo de um trabalho comunitário: “O que a gente trabalha muito aqui é a valorização da vida, respeitar quem é mais pobre, toda a questão de mediar conflito”. Uma das diretrizes deste trabalho transparece na recusa à banalização da vida.

“Em 1996, a gente ficava muito envolvido na questão da morte – ir ao cemitério enterrar os corpos, ou missa de sétimo dia ou tentar consolar as famílias. O pior era a banalização da vida; era cada cena pior que a outra. Eu sempre me lembro de uma destas cenas. Tinha um corpo na frente de um bar, com os jornais cobrindo e as pessoas passando por cima do corpo, para tomar cerveja no bar. Isto é que é a banalização da vida. E naquela época, juntamos forças com grupos da região e outras entidades organizadas para pensar o que dava para fazer. Aí surgiu o que chamamos o Fórum em Defesa da Vida.” Padre Jaime Crowe

4 Zimermann (1997) destaca que um dos principais atributos desejáveis para o coordenador de grupos é ser um modelo de identificação, que se caracteriza pela maneira como ele enfrenta as dificuldades, pensa os problemas, estabelece os limites, discrimina os vários aspectos das diferentes situações, sintetiza e integra. O atributo, invisível aos olhos, é aquilo que é próprio de cada ser, são as características qualitativas e quantitativas que identificam a pessoa no conjunto.

Buscar alternativas à repetição de um círculo vicioso é um dos objetivos do Padre Jaime e da rede do Fórum em Defesa da Vida. Isto tem ressonância na comunidade e em todos aqueles que compartilham deste mesmo propósito. Padre Jaime é neste sentido, ancoragem, modelo de identificação,⁴ que favorece a ampliação da rede de serviços, assim como o exercício do protagonismo, da cidadania e da liderança.

“A Sociedade Santos Mártires fez isto: ser uma chama de esperança na região do Jardim Ângela, que não é uma cidade, mas é como se fosse, pois ela é maior do que Sorocaba. Ela foi crescendo assim, a partir de todas as necessidades. Cada programa foi puxando o outro, e a gente acabou sendo uma rede. Por exemplo – se atendo à família que tem o pai dependente químico, tem uma mãe que está sofrendo violência doméstica, eu posso encaminhar. Nós sabemos o que o pessoal da periferia sofre!!! Tudo está no centro. A Sociedade Santos Mártires acaba sendo uma rede de serviços.” Maria Célia Barbosa dos Santos – coordenadora da Casa Raio de Sol

A caminhada do Fórum surgiu como alternativa à banalização da vida e aos muros mais altos e grades mais reforçadas. E mantém esta característica até hoje.

Atualmente (2008), a rede da Sociedade Santos Mártires conta com os serviços a seguir.

- Centros de Educação Infantil – CEIs: quatro creches que atendem a crianças a partir dos seis meses até os quatro anos em período integral.
- Núcleo de Proteção Especial – Redescobrimo o Adolescente na Comunidade – NPE-RAC: realiza acompanhamento a adolescentes em medida socioeducativa de liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade.

- Núcleos Socioeducativos – NSE: quatro unidades de atendimento às crianças e aos adolescentes de seis a 17 anos e 11 meses, com atividades tais como esportes, oficinas, cursos profissionalizantes, entre outras.
- Casa Abrigo Raio de Sol: atende a 20 crianças e adolescentes de zero a 17 anos e 11 meses, 24 horas, incluindo as famílias em situação de vulnerabilidade social, em caráter provisório, e busca fortalecer e restaurar vínculos familiares e sociais objetivando a reintegração familiar (família nuclear ou extensa) e, na sua impossibilidade, a colocação em família substituta.
- Centro de Referência da Criança e Adolescente Capela do Socorro – CRECA: atendimentos a 20 crianças e adolescentes de zero a 17 anos e 11 meses, pelo prazo de dois meses, até encaminhamento para a família de origem ou para abrigos, como o Raio de Sol.
- Centro de Defesa dos Direitos da Criança e o Adolescente - Cedeca Jardim Ângela: atendimento que visa garantir, promover e defender os direitos da criança e do adolescente.
- Casa Sofia: oferece atendimento psicossocial e jurídico a mulheres em situação de violência sexual, psicológica e/ou física.

Nasce a Casa Raio de Sol

A Casa Raio de Sol nasceu desta e nesta rede de interdependência da comunidade do Jardim Ângela. Atuando nos projetos e nos programas existentes na entidade, as equipes perceberam que, em alguns casos, era necessário abrigar. O único abrigo era no Campo Limpo, longe da região e superlotado. Ao pedir ajuda para o Conselho Tutelar quando uma criança ou adolescente precisava ser abrigada, esta era encaminhada para o Centro; isto acarretava também problemas com algumas famílias que estavam sendo acompanhadas e trabalhadas (casos de dependência química, por exemplo). Para visitar seus filhos, as famílias tinham que ir muito longe e se afastavam do tratamento. Desta forma, muitas vezes, todo o trabalho, que estava em andamento, ficava perdido. O projeto para a casa-abrigo surgiu em razão destas necessidades.

Atualmente, a Casa Raio de Sol acolhe 20 crianças e adolescentes na faixa etária de 4 a 16 anos.⁵ São crianças e adolescentes que muitos não querem ver. Mas lá, adquirem vez e voz. São vistas e reconhecidas em suas necessidades. São visíveis sob a seguinte perspectiva:

“Toda criança e adolescente da Casa tem direito a esses raios de sol: ser feliz, ter amigos, conhecimento, amor, carinho, brincar, ter família, namorar”, ou seja, pode perceber-se como sujeito de direito.⁶

⁵ Dados obtidos na sistematização, fevereiro de 2007. A Casa Raio de Sol atende de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente – no máximo, 20 crianças na faixa etária de 2 a 17 anos e 11 meses.

⁶ Parte integrante do folder de divulgação da Casa Raio de Sol

O bairro onde a *Casa Raio de Sol* está localizada é uma verdadeira *floresta de contrastes*. Casas de alto padrão, em condomínios luxuosos, estão construídas ao lado de casas simples, erguidas sem planejamento, sem padrão definido, sem projeto ou acabamento. Várias “realidades” se sobrepõem.

A casa é ampla, próxima à represa do Guarapiranga em São Paulo, com uma varanda praticamente em todo o seu redor. No quintal com árvores, horta e flores, a cachorra Docinho e a gata Lindinha participam das brincadeiras com as crianças e os adolescentes.

A sala é convidativa, com a grande mesa arrumada, compartilhada por todos nas refeições preparadas com carinho pela Dona Antonia. Todos juntos ao redor da mesa, as crianças e os adolescentes sabem das regras, já que eles próprios as estabeleceram – em um dia da semana, os meninos servem-se primeiro e, no dia seguinte, são as meninas.

A mesa é também o espaço para ouvir o “som”, para realizar as atividades pedagógicas cotidianas e para as “conversas de roda”.

Nos quartos, a individualidade de cada uma das crianças e dos adolescentes está caracterizada e é respeitada, seja nas roupas da cama (cores diferentes, jeitos de arrumar) seja nos armários.

Ao fundo, há uma edícula, utilizada pela coordenação e pela equipe. É um espaço acolhedor; nas paredes convivem folders de eventos, tarefas a serem realizadas e desenhos feitos pelas crianças e pelos adolescentes. Há, ainda, uma brinquedoteca que, no momento, está em construção.

Construção e reconstrução das histórias

Vincular-se com as histórias de vida é a principal característica da Casa Raio de Sol. Investem nos vínculos, baseados numa metodologia de construção e reconstrução de histórias.

A construção das histórias acontece porque as crianças, os adolescentes e suas famílias têm oportunidade de vivenciar, nas relações presentes (com os educadores e todas as outras pessoas envolvidas), experiências emocionais verdadeiras, com potencial restaurador. Ou seja, têm a chance de encontrar saídas criativas, baseadas no diálogo, na construção conjunta e nas regras claras.

A reconstrução se manifesta no verdadeiro interesse de todos os educadores pelas histórias de cada criança, adolescente e suas famílias. A equipe investiga e se vincula à particularidade de cada uma. Planeja, traça metas, articula ações e serviços. Trabalha mais as potencialidades, e não o que aconteceu de negativo.

Maria Célia, coordenadora da casa, é também um modelo de identificação e ancoragem para os educadores, as crianças, os adolescentes e suas famílias, assim como para os parceiros com os quais se articulou. Defende com convicção o que acredita – preservar os direitos das crianças e dos adolescentes.

“Não dá para trabalhar sem o coração. Tem que ter a afetividade sim. Há um lado que é o de dar um abraço, fazer um cafuné, dar uma bronca na hora que tem que dar. Mas há outro que tem que dar banho, ensinando como se faz a higienização, como se dobra uma roupa. O educador tem que se capacitar, frequentar cursos para saber lidar com o desenvolvimento infantil, com os problemas psiquiátricos. Na questão da cozinha, saber como lidar com a alimentação – a aparência da comida. Mas não dá para ser robô – faz a comida, põe na mesa e manda comer. Não, tem que sentar-se à mesa todo mundo junto. Tem que trabalhar o coração para a hora que a criança vai embora. Não posso me apegar muito, mas também não posso me tornar uma pedra de gelo.” Maria Célia, coordenadora da Casa Raio de Sol

Para a equipe, educar é favorecer condições para que a criança ou o adolescente seja protagonista de sua história. Todos são ouvidos, ficam a par das questões judiciais que os envolvem, acompanham como está o seu processo, mesmo que vá doer.

“A gente conversa com cada um de acordo com o seu jeito – com um temos que conversar abertamente, com outro ir com mais cautela, – mas todos têm que saber de sua vida. Nada de dizer: ‘Amanhã sua mãe virá’, se ela não vem. Dizemos claramente: ‘Amanhã sua mãe não vem, porque não pode’. Isto não pode ter mentira. A realidade dela é essa, não podemos enganar.” Equipe do abrigo

As crianças e os adolescentes desenvolvem autonomia participando dos serviços da comunidade. Andam de metrô, de trem, de ônibus, quando já tem idade e condições para isso. Conhecem os serviços que a comunidade oferece: centros de convivência, parques, serviços de assistência social às famílias. Participam de toda a rede de serviços prestada à comunidade – centros de recreação, atendimento psicológico e médico, educacional.

A equipe da casa mantém um clima de bom humor e afetividade, uma abertura para diálogo entre si e com as crianças e os adolescentes, na busca de soluções para os conflitos que muitas vezes precisam ser administrados no cotidiano.

A equipe sabe que tudo que puderem colher de informação é precioso, seja na hora de dormir, na hora de bater um papo, na hora de fazer uma dinâmica. Os educadores descobrem muita coisa e, na reunião, dizem o que está acontecendo e escrevem no relatório. Também as histórias das famílias, que conhecem quando realizam as visitas domiciliares, são compartilhadas nas reuniões.

Atualmente, a Casa Raio de Sol tem 15 educadores. Pelo convênio que mantém com a Secretaria de Assistência Social, há nove educadores diretamente vinculados às crianças e aos adolescentes e ainda uma cozinheira, uma auxiliar de cozinha e um auxiliar de serviços gerais. Na administração, há a coordenação e o assistente

A equipe reúne-se quinzenalmente para compartilhar as histórias e pensar todos os casos. A concepção presente é a de que todos são educadores.

de coordenação. Além disso, em parceria com o Instituto Camargo Corrêa até 2004 e atualmente com a Fundação Abrinq, contratou-se também uma assistente social, investindo-se, desta forma, nos projetos com as famílias. Esta contratação fez parte do projeto elaborado durante a formação do Programa Abrigar iniciado em 2003.

“O abrigo nos ajuda a amadurecer. A gente aprende a conviver. As crianças e os adolescentes também nos conhecem, vêm nos acolher com um abraço, um beijo. Hoje eu já falo para todo mundo aqui: ‘Eu te amo’. É difícil a gente falar isto para uma pessoa. Porque, muitas vezes, a gente tem um coração de pedra, mas lá dentro você vai aprender afetividade, a ser solidário, vai aprender a conhecer a linguagem deles. Isso faz enriquecer e amadurecer. Eu conheço o meu trabalho e convivo com o dia a dia deles.” Sandra Lea Teles Brito, educadora da Casa Raio de Sol

O projeto com as famílias

Chamado de *Mobilização das famílias em situação de vulnerabilidade social, econômica e cultural das crianças e adolescentes da Casa Abrigo*, o projeto foi também gerado com bases nas necessidades, principalmente a de trabalhar a reintegração familiar.

Partindo do pressuposto (que é difundido em toda a organização da Santos Mártires) de que não é possível realizar nenhum programa sem incluir as famílias, a Casa Raio de Sol buscou meios para ampliar os recursos que possibilitassem atingir seu objetivo.

Segundo o projeto proposto na ocasião, o perfil socioeconômico das famílias era (e continua sendo) de prole numerosa, com ausência da figura paterna em sua grande maioria. Os filhos são criados por parentes. Em relação ao trabalho dos pais, havia predominância de ocupações manuais e de baixa qualificação, com ausência de renda regular. A habitação era precária, os responsáveis tinham baixa escolaridade e havia muitos com problemas de dependência química.

Havia uma relação de influência entre esse quadro de precariedade socioeconômica e cultural e a privação das crianças e dos adolescentes do convívio familiar e comunitário (abrigamento), levando inclusive, à repetição da história com os irmãos. A orientação dessas famílias e o acesso a uma

rede de proteção eram alguns dos fatores que a Casa Raio de Sol percebia como fundamental para, dentro do possível, as famílias transformarem essa realidade.

O objetivo geral do projeto era atender às famílias das crianças e dos adolescentes, mobilizando-as para que seus filhos permanecessem por menor tempo no abrigo e que seus irmãos não chegassem até ele.

O método utilizado para atingir tal objetivo era, a partir das histórias de cada família, traçar planos e perspectivas de mudança e construir coletivamente um mínimo de normas que orientassem as práticas.

As estratégias para atingir o objetivo proposto no projeto compreendiam levantamento da rede familiar da criança e do adolescente, e a acolhida e recepção das famílias; palestras, cursos, oficinas pedagógicas para fortalecimento dos vínculos familiares; visitas domiciliares; visitas a outros programas que pudessem aprimorar os conhecimentos e aumentar a rede de proteção das famílias e contatos e parcerias com a rede sociocomunitária nas áreas de saúde, educação, cultura e lazer.

Os resultados esperados eram a integração e o fortalecimento dos vínculos entre criança, adolescente e suas famílias e o acesso destas à rede de serviços prestados pela comunidade, contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento das habilidades pessoais de cada uma delas.

As histórias vividas, construídas e reconstruídas durante esta trajetória, revelam os efeitos do projeto.



QUEM PODE FICAR COM PEDRO?

Pedro chegou à Casa Raio de Sol com três anos. Morava na Bahia com Ana, sua mãe, e a avó. Ana não trabalhava porque tinha de cuidar de sua mãe que, por sua vez, sustentava a todos com sua aposentadoria.

Quando a avó de Pedro faleceu, ficaram sem o benefício. Acreditando que tinha direito à aposentadoria da mãe para cuidar de seu filho, Ana entrou numa briga com a justiça, mas não obteve nenhum resultado.

Sem dinheiro, sem apoio, sem poder contar com o pai de Pedro, que tinha outra família, Ana veio para São Paulo. Foi acolhida pela irmã e o cunhado que, em troca, solicitaram que ela cuidasse também das duas sobrinhas.

Inúmeras discussões em família tiveram início. Ana não levava Pedro para a creche, não cuidava da casa nem cozinhava e não admitia que nenhuma crítica fosse dirigida ao seu filho. O cunhado, cansado, não quis que Ana continuasse em sua casa.

Ana buscou auxílio em uma igreja. Recebia cesta básica e encontrou várias pessoas que passaram a cuidar de Pedro. Deixando seu filho sob os cuidados e responsabilidade de terceiros, Ana saía todas as noites.

Desta feita, a Pastoral da Criança encaminhou Pedro ao Conselho Tutelar e este, então, para o abrigo. Ninguém queria assumi-lo; ficar com Pedro significava, dizia o cunhado, “ser perturbado por Ana”.

Já na Casa Raio de Sol, Pedro apegou-se imediatamente a um dos educadores, chamando-o de “pai”. Magro, pequeno e com problemas respiratórios, era alvo de atenção de muitas pessoas, principalmente na creche que frequentava.

O primeiro passo da equipe foi resgatar toda essa história e traçar estratégias visando a reintegração de Pedro à família. Ana foi encaminhada para tratamento e outros serviços da comunidade. Contudo, não ia ao atendimento psicológico e brigava com toda a equipe dizendo que o abrigo não fazia nada e não cuidava de seu filho.

Por intermédio da irmã de Ana, a equipe soube de um irmão, que não tinha filhos e queria cuidar de Pedro, desde bebê. Feito o contato, veio a resposta positiva.

Com a solicitação à Vara da Infância, o juiz autorizou que Pedro ficasse sob a responsabilidade do tio, visto que estava com quatro anos na ocasião. A concessão aconteceu mediante um acordo entre este tio e Ana, que foi autorizada a visitar seu filho.

A história não terminou aí. Ana repetiu aquilo que sempre fazia – ultrapassou todos os limites. Também este irmão se cansou: “Eu falo uma coisa para ele (Pedro), que me obedece. Mas, quando ela chega em casa, ele já não obedece porque ela fala o contrário. Eu vou devolvê-lo”.

Dois meses depois, houve a tentativa de devolver Pedro ao abrigo. O tio de Pedro sentia-se inseguro, pois, às dificuldades para lidar com Ana e Pedro, somavam-se as dificuldades diante do novo – nunca havia cuidado de crianças.

A equipe orientou o tio dizendo que Ana precisava de limites, até mais que seu filho. Os limites precisavam ser claros, vinculados também ao amor que ela sentia por Pedro e ao medo de perdê-lo. Este era um dos poucos canais de comunicação efetiva. Aos poucos, mais tranquilo e sensibilizado com a história, o tio pôde assumir Pedro.

O processo de Pedro foi acompanhado ainda por seis meses, sendo transferido posteriormente para o Fórum de Guarulhos, mais próximo de onde o tio residia. Em outubro de 2007, a equipe da Casa Raio de Sol retomou a história com o Conselho Tutelar. Souberam que a irmã de Ana interferiu no processo e entrou em contato com o pai de Pedro que, ao tomar conhecimento da história, requereu sua guarda. Pedro finalmente encontrou quem queria e podia ficar com ele – mora hoje na Bahia, com o pai e sua família. O vínculo com sua história permanece para todos os educadores. 🍷

Fortalecer os vínculos de afeto e convivência familiar

A história de Ana e Pedro revela uma das possibilidades com que a Casa Raio de Sol trabalha para fortalecer os vínculos afetivos e a convivência familiar – um trabalho em equipe, baseado num vínculo amoroso.

A família extensa foi a alternativa encontrada para alcançar o objetivo, dados os limites impostos pelas condições de Ana, naquela época.

Ricardo, o educador ao qual Pedro se apegou, permitiu que ele o chamasse de “pai” e projetasse o desejo de ser cuidado; serviu de modelo de identificação. A tênue linha entre apego e vínculo não foi rompida, pois Ricardo, assim como toda a equipe, tem claro o objetivo do trabalho.

“A gente nunca faz o papel da família. Eles chamam de tio, de pai, mas sabem qual é sua família, quem é seu pai. Acho que é mais uma questão de afeto, que às vezes eles necessitam. Sabemos que é trabalho profissional, que as crianças moram provisoriamente no abrigo; procuramos ter sempre presente que elas têm uma família na comunidade.” Ricardo dos Reis Souza – educador da Casa Raio de Sol

Algumas das estratégias previstas no projeto, principalmente no que diz respeito ao vínculo mãe-filho foram postas em ação. Ana foi encaminhada para atendimento psicológico, para as reuniões em grupo, além das visitas ao abrigo.

A premissa básica, implícita na metodologia do trabalho com as famílias é a seguinte: acolhê-las, sem julgá-las e, ao mesmo tempo, alertá-las para a sua responsabilidade, dentro de suas possibilidades.

Foi necessário, porém, rever essas estratégias, na medida em que Ana não podia corresponder às necessidades de Pedro, em função das suas próprias. Neste sentido, o levantamento da rede familiar da criança, feito pela equipe, assim como o fortalecimento do vínculo com a irmã de Ana, que não se perdeu ao longo do tempo, ampliou as perspectivas de reintegração de Pedro ao convívio familiar.

A história de Pedro é semelhante a muitas outras histórias. Do ponto de vista de investir no potencial das famílias, pode-se dizer que sempre dá certo. Nem sempre, entretanto, a família conta com uma rede de proteção mínima que possa favorecer esse trânsito.

CARLA: UMA ESTRANHA NO NINHO?

Carla chegou à Casa Raio de Sol quando esta não tinha nem um mês de funcionamento, em outubro de 2002, e permaneceu abrigada até o final de 2004. Com transtornos psiquiátricos graves, Carla mordia e batia em todos que encontrava, quebrava as coisas ao seu redor. Parecia ter medo.

Encaminhada para um dos serviços da rede Santos Mártires, fez avaliações com psicólogos, psiquiatras, neurologista, sendo diagnosticada epilepsia, com crises de ausência, em razão do uso e abuso de drogas pela mãe. Tinha mais duas irmãs, uma delas apresentando os mesmos sintomas.

A família de Carla era envolvida com o tráfico e sua mãe, Laura, fora presa em sua presença, o que acarretou o abrigamento.

Movida pela necessidade de saber lidar com os problemas psiquiátricos que Carla apresentava, a equipe da Casa Raio de Sol buscou se capacitar. Procuraram um hospital próximo ao abrigo e fizeram curso para aprender noções mínimas de transtornos psiquiátricos, controle de medicação e seus efeitos no comportamento. Investiram no vínculo amoroso, na possibilidade de serem continentemente à agressividade de Carla que, mesmo com todo esse comprometimento, tinha consciência de suas limitações e da necessidade de tomar os medicamentos.

Carla mantinha contato com sua madrinha, que chegou a levá-la para passar os fins de semana em sua companhia. Quando Laura, a mãe da Carla, “recebeu liberdade”, foi visitá-la e queria desabrigá-la imediatamente. Dizia que sua filha não era louca e que havia ficado assim depois que fora para o abrigo. Informada sobre os procedimentos legais, Laura foi gradativamente se acalmando e se vinculando à equipe. Passou a frequentar os encontros que eram realizados com as famílias. Com essa aproximação, Carla começou a ir para casa quinzenalmente, nas férias de final de ano e, depois, semanalmente.

Durante mais de seis meses, Carla passou todo final de semana com a família e, neste período, a equipe realizou visitas domiciliares sistematicamente. Perceberam que Carla estava bem adaptada à dinâmica familiar.

O desabrigamento ocorreu em junho de 2004, com o suporte de vaga em escola, em Núcleo Socioeducativo, bem como a continuidade dos tratamentos. Providenciou-se ainda o encaminhamento para entrada de benefício junto ao INSS e também à SPTrans.

Após o desabrigamento, várias visitas domiciliares foram realizadas. No início, Carla estava bem, mesmo não frequentando o Núcleo Socioeducativo. No terceiro mês, iniciaram-se os problemas. Carla saía a toda hora, não se concentrava mais nas aulas e isso gerou diversos atritos na comunidade e na escola.

Foi encontrada na rua diversas vezes, vagando. Conhecida pela comunidade, em uma dessas ocasiões, estava em frente a uma igreja local entrando, saindo e brigando com as pessoas. Dizia, porém, que queria a “tia Célia”. Como as pessoas conheciam tanto Carla quanto a Casa Raio de Sol, entraram em contato e um dos educadores levou-a de volta para a casa da mãe.

Sua conduta, porém, passou a ter um padrão de repetição. Carla continua saindo de casa, quando vê um portão aberto, e se perdendo. Nessas ocasiões, é encaminhada para Casas de Passagem, até para outros abrigos, mas foge constantemente.

Do ponto de vista do objetivo do projeto, a história de Carla deu bastante certo, já que foi reintegrada à família e à comunidade. Há, entretanto, um limiar entre o âmbito de ação da Casa Raio de Sol e as condições, a “realidade” de cada uma dessas famílias; há a interdependência dos vínculos entre ambos.

O acompanhamento pós-desabrigamento revelou que, após três meses, Laura deixara de dar os medicamentos que Carla necessitava. A descontinuidade dos remédios gerou alterações comportamentais, como desconcentração, agressividade e impulsividade. Aliado a isto, não havia quem pudesse dar a atenção praticamente integral que ela requer – conversar, dar limites, ser continente às suas limitações – como acontecia na Casa Raio de Sol. 📍

Investimento na equipe faz a diferença

A atenção e o tratamento que tanto Carla quanto sua família receberam da Casa Raio de Sol teve como respaldo as condições proporcionadas pelo Programa Abrigar. A capacitação dos educadores sobre transtornos psiquiátricos, medicação e seus efeitos, foi realizada com a verba do projeto, assim como vários outros cursos, tais como: reintegração familiar, trabalho em abrigo, visitas domiciliares, visitas da família ao abrigo, entre outros.

“O Programa Abrigar tem ajudado muito. É mais uma ação que vai somando para mudar a realidade. O que a gente mais precisa? Que haja perspectiva na vida desses jovens. Que saiam da Casa Abrigo com projeto de vida, com uma perspectiva melhor. A reconstrução familiar também é muito importante. Uma das primeiras meninas que foi para a Casa abrigo, a Carla, parecia um

bicho do mato; de cuspir na cara da gente quando se tentava dar-lhe carinho. Saiu outra pessoa – carinhosa, ainda aparece por aí. Não conseguimos fazer tudo por ela, mas foi meio caminho andado. A relação dela é outra com as pessoas.” Padre Jaime Crowe

A contratação de uma assistente social, que possibilitou a realização de várias visitas domiciliares, também foi possível em função do projeto. É ela quem coordena os encontros com as famílias, que acontecem aos sábados, uma vez por mês, com um tema previamente estabelecido – de acordo com as dificuldades apresentadas pelo grupo. Depois do encontro em grupo, é realizado um almoço para todos os presentes – famílias, crianças, adolescentes, equipe. Houve todo um investimento no vínculo com Laura para que ela pudesse participar desses encontros, o que passou a acontecer, favorecendo a sua aproximação com Carla.

Tendo em vista o objetivo do projeto, que visava à reintegração da criança ou do adolescente à sua família e à comunidade, eram (e continuam sendo) realizadas reuniões quinzenais com toda a equipe, para discutirem e planejarem as ações. Isto favoreceu que Carla, com todas as suas limitações, pudesse ter os recursos necessários para conquistar alguma autonomia – criou vínculos, tem a Casa Raio de Sol e os educadores como referência, é conhecida pela comunidade do entorno e pode ser reencaminhada à sua casa em algumas ocasiões.

“Às vezes não chegamos no objetivo final, mas algumas coisas foram alcançadas. Teve algo que contribuiu para a família. Os resultados finais não foram o que esperávamos, mas os resultados parciais foram alcançados. Isto já deixa a gente feliz.” Flávio Felix, assistente de coordenação do abrigo

A história de Carla e Laura revela o quanto, no trabalho do abrigo, é fundamental acreditar, investir, planejar, capacitar a equipe, ter apoio de terceiros e, ao mesmo tempo, lidar com os limites de ação diante das várias “realidades” que se sobrepoem.

Muitas outras histórias semelhantes, que são às vezes de situações extremas, estão e estarão presentes para serem vividas.

OS TRÊS IRMÃOS

Com 12, 14 e 15 anos, os irmãos Oliveira chegaram à Casa Raio de Sol, em 2004, encaminhados pelo Conselho Tutelar, por estarem ameaçados de morte, em razão de furtos no bairro onde moravam.

Pertenciam a uma família que cultivava uma forte crença religiosa. Não podiam assistir TV, nem brincar com jogos eletrônicos. Caio, um dos irmãos, foi quem começou a “dar problemas” – não queria estudar, ficava sempre no bar e na rua, o que levou o Sr. Jurandir, seu pai, a buscar orientação no Centro de Defesa da Criança e do Adolescente; lá .

Apesar disso, os vizinhos haviam se mobilizado para “pegá-los”, acusando-os de furto em uma das casas da região. Como medida de proteção, foram encaminhados para o Conselho Tutelar e, de lá, para a Casa Raio de Sol.

Durante o tempo que permaneceram na Casa Raio de Sol, os educadores puderam perceber que eles conviviam com proibições muito rígidas, em função da crença religiosa de seus pais, e buscavam, de alguma forma, meios para “burlar” esses padrões. Gostavam de jogar bola, fliperama e, principalmente, ver televisão – atividades proibidas no contexto familiar.

A equipe da Casa Raio de Sol iniciou o processo para trazer a família até o abrigo com o objetivo de favorecer a reintegração familiar. Apesar dos inúmeros convites, o casal, Sr. Jurandir e D. Marisa, que não se separava para nada, não comparecia, o que levou a equipe a intnsificar as visitas domiciliares.

Numa dessas visitas, conversando com D. Marisa, os educadores levantaram a hipótese de que Caio, César e Júlio estivessem assumindo, pelo cunhado, a responsabilidade do furto. Em reunião de equipe, pensaram em qual educador tinha maior intimidade, estava mais próximo dos irmãos, para poder investigar esta hipótese e colocaram a ideia em ação. César acabou confirmando que o cunhado, por ser maior de idade, jogou-lhes a culpa, ameaçando-os; com medo, assumiram o delito.

Isto era mantido como “segredo de família”, com o consentimento dos pais; estes não queriam que os filhos ficassem no bar, jogando fliperama. Entretanto, o fato de os irmãos Oliveira serem acusados por este episódio colocava-os numa delicada situação perante a sua vizinhança. Quando foram passar as férias na casa dos pais, houve um tiroteio na rua e ameaças. Voltar para sua casa era colocar em risco suas vidas. ☹️



CRIATIVIDADE PARA TRANSFORMAR

Era necessário fortalecer os vínculos familiares, mas era difícil lidar com a ausência da família nas visitas e reuniões. Foi então que, em meio ao planejamento das atividades pedagógicas, a equipe recordou-se que o Sr. Jurandir tinha muito jeito para plantar, fazer hortas. Sabendo que, vindo Sr. Jurandir, D. Marisa inevitavelmente viria junto, fizeram o convite: “Sr. Jurandir, a gente quer plantar no abrigo, só que ninguém sabe. Os meninos falaram que o senhor entende. Que tal o senhor ajudar a fazer isto? Vem ensinar”.

Sr. Jurandir veio com o maior prazer. O que ele mais amava era fazer horta. Veio e ajudou outros pais. Deu aula para as crianças e deixou Caio, César e Júlio responsáveis pela continuidade durante os outros dias. Eles cuidavam, sabiam como fazer e eram respeitados pelas outras crianças.

Com essa estratégia, foi possível para a Casa Raio de Sol se aproximar mais de Sr. Jurandir e D. Marisa e estes de seus filhos. Conheceram melhor o abrigo, tiveram oportunidade de almoçar juntos, sair em família para buscar terra, adubo. Outro universo, outras experiências tinham sido vividas pelos irmãos, em que a proibição não era o norte, e sim a responsabilidade e os limites. Isto foi conversado e compartilhado com o Sr. Oliveira.

Pensando juntos em possibilidades para que os meninos fossem desabrigados, Sr. Jurandir se lembrou de um irmão, que morava em Minas Gerais. A Casa Raio de Sol entrou em contato e ele concordou que os sobrinhos fossem para lá. Depois de todo o processo diante do Fórum, a equipe providenciou as passagens de ônibus e a reintegração foi efetivada em março de 2005. O pai e a mãe ainda permaneceram durante um ano em São Paulo para acertar seus compromissos e, depois, também se mudaram para Minas. 🍷

A criatividade não é apenas uma obra de arte, é também um jardim, um penteado, um modo de preparar a comida. Winnicott

A história dos irmãos Oliveira demonstra como é possível transformar as inevitáveis dificuldades em recursos. Algumas das estratégias planejadas pela Casa Raio de Sol, em seu projeto para a mobilização das famílias, eram realizar visitas domiciliares, reuniões e oficinas em grupo no abrigo. No caso de Sr. Jurandir e D. Marisa estas estratégias não estavam funcionando e dificultavam que o objetivo fosse atingido.

A resposta ao problema veio ao encontrarem saídas criativas – acreditar e investir no potencial de Sr. Jurandir. A equipe da Casa Raio de Sol atingiu seu objetivo quando estimulou e possibilitou que ele despertasse sua criatividade, sua capacidade de ser.

O objetivo do projeto – favorecer a reintegração familiar – pôde ser atingido. Com a mudança, Sr. Jurandir retomou a possibilidade de sonhar, fazer novos planos. Depois do desabrigamento, a Casa Raio de Sol recebia telefonemas dos adolescentes, especialmente do mais novo, informando que estavam estudando e contribuindo com o trabalho, tanto na roça quanto na cidade.

Quem nos vê – Laços e nós na rede de parcerias

A equipe da Casa Raio de Sol também investiu e investe com muita energia e criatividade na comunicação entre parceiros. A abertura para ouvir críticas e, ao mesmo tempo, tecê-las, alia-se à capacidade de reconstruir e mudar a metodologia prevista, caso seja necessário.

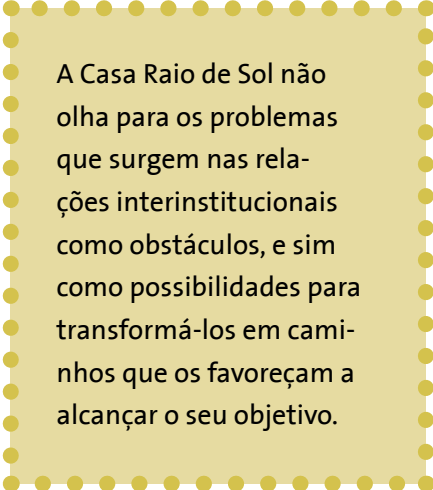
Judiciário de portas abertas

A construção da parceria com a Vara da Infância e Juventude do Fórum de Santo Amaro é hoje vista pela Casa Raio de Sol como uma de suas grandes conquistas.

“A Promotoria conhece a gente, o nosso trabalho. Eles ficam sabendo das nossas parcerias. Tem toda essa questão da comunicação, inclusive em relação ao relatório individual da criança. Ouvimos muito falar que “o Fórum avalia”, “o juiz avalia”, mas nós trabalhamos juntos.” Flávio, assistente de coordenação da Casa Raio de Sol

“Atendendo uma determinada família, surgem dúvidas e aí entra o abrigo: ‘Olha, doutora, vimos a mãe, ela parece interessada, mas não tem condições. Mas ela recorreu à madrinha da criança, que é fulana de tal’. Então vem e relata, porque tudo tem que estar nos autos. Para essa criança, só vai existir o que está na pasta dela e lá tem de estar todas as visitas realizadas pelos genitores.” Dra. Maria Cristina D. B. L. G. Prats Dias – promotora da Vara da Infância e Juventude de Santo Amaro

“Nós acompanhamos 900 crianças abrigadas. Se a gente não contar com um abrigo que olhe para estas crianças, essas histórias, que os gestores estejam envolvidos, os assistentes sociais, os psicólogos, que trabalham no setor técnico do abrigo, se não contar com eles, nós vamos deixar a criança lá. Aqui, até o processo rodar de novo e voltar na nossa mão, já se passaram seis meses; seis meses na vida de uma criança é muito tempo dentro de um abrigo, dentro de



A Casa Raio de Sol não olha para os problemas que surgem nas relações interinstitucionais como obstáculos, e sim como possibilidades para transformá-los em caminhos que os favoreçam a alcançar o seu objetivo.

uma instituição, afastada da família.” Célia Regina Cardoso, psicóloga da Vara da Infância e Juventude de Santo Amaro

“Quando a Vara se fecha, o abrigo fica sozinho. Então, tem que haver essa intercomunicação, porque eles têm a criança e nós temos o processo. Eles não decidem nada sem o nosso aval. A porta é aberta para todas as entidades, porque eu sei as dificuldades que os abrigos vivenciam para fazer o trabalho. É sempre um trabalho de muita discussão entre nós e nunca foi uma coisa unilateral: ou eles ou só nós, é sempre em conjunto.” Solange Rolo Silveira, assistente social da Vara da Infância e Juventude de Santo Amaro

Os profissionais da Casa Raio de Sol reconhecem que esta conquista foi fruto de um constante investimento e de um esforço de ambas as partes. A história desta parceria começou em 2003, quando a Casa Raio de Sol não tinha ainda nem um ano de funcionamento.

ALEXANDRE E A CAMA DESARRUMADA

Era um dia atípico na Casa Raio de Sol. Uma criança havia se machucado e um educador acompanhara-a ao hospital. Quando as técnicas da Vara da Infância chegaram ao abrigo, depararam-se com as frutas e as verduras da feira na cozinha, a auxiliar lavando roupa, poucos educadores em função da emergência e uma cama e armários desarrumados. A cama era de Alexandre.

Alexandre, 11 anos, chegou à Casa Raio de Sol com a roupa marrom da Febem. Tudo era maior do que ele, a não ser um tênis branco que calçava. Carregava seus poucos pertences num enorme saco preto. Estava lá há pouco tempo.

Menino de rua, Alexandre convivia com a desorganização – nunca tivera um guarda-roupa, uma cama para dormir. Assumir a responsabilidade por organizar, arrumar seus pertences, parecia-lhe impossível: “Não vou arrumar, não sou obrigado, tem ajudante de serviços, tem faxineira para isso”. Os educadores tinham consciência de que a educação implicava fazer com que Alexandre pudesse assumir responsabilidade por suas ações, e não fazer por ele. Para quem não conhecia a história, entretanto, os armários e a cama desarrumados apareciam sob outra perspectiva.

Após a visita das técnicas ao abrigo, um ofício foi encaminhado pela Vara da Infância solicitando esclarecimentos em relação ao observado. O que poderia ser um transtorno para a Casa Raio de Sol, tornou-se uma possibilidade de pensar numa comunicação mais efetiva: “Nós temos apenas seis meses. Que tal vocês que conhecem, que têm experiência com outros abrigos, nos dizerem o que temos de fazer?”. A resposta das técnicas indicou o caminho: “A Promotoria e a Vara da Infância conhecem o abrigo

pelos relatórios enviados. Mandem tudo que têm – fotos de evento, outras fotos”.

A partir de então, iniciou-se um intenso processo de comunicação entre a Casa Raio de Sol e a Vara da Infância e Juventude. Informações detalhadas a respeito da história de cada criança e adolescente e do acompanhamento da família, sobre cursos de capacitação, projetos financiados, parcerias e eventos são encaminhadas.

Alexandre retornou à Casa Raio de Sol em 2007. Passou para visitar os educadores. Está na sétima série, gosta de ler e trouxe um amigo para almoçar. 🍷

O que contribui para um trabalho conjunto

A história de Alexandre ilustra como é possível criar um canal de comunicação que favoreça a construção da parceria entre serviços quando ambas as partes se dispõem a isso, quando há uma “porta aberta”.

Do ponto de vista da Vara da Infância, alguns fatores, que vêm sendo cumpridos pela Casa Raio de Sol, contribuem para favorecer esta comunicação e o trabalho em comum.

1. *Conhecer a história das crianças e adolescentes.* Isto, por sua vez, está diretamente ligado ao fato de a Vara da Infância conhecer bem o abrigo. O abrigo precisa trabalhar muito bem, saber lidar com as informações que tem a respeito da história da criança e do adolescente, para que não haja um atendimento inadequado.
2. *Ter um respaldo – estudo, formação, capacitação – para promover a reintegração da criança ao convívio familiar e comunitário.* É um processo complexo saber abordar a família, ter contato com a mãe. Num primeiro momento, ela está se sentindo culpada pelos filhos estarem abrigados. Muitas vezes, ela conta uma história no abrigo, outra lá fora e outra, ainda, para as crianças. Por isso, o abrigo tem de estar muito próximo e consultar o processo judicial. Nessa parceria, as técnicas da Vara da Infância, por mais bem-intencionadas que sejam, não têm tempo ou condições, de estabelecer uma aproximação com a mãe como o abrigo. Por isso é tão importante a capacitação de quem está na organização social que ficará responsável por este trabalho.
3. *Deve haver continuidade, investimento e capacitação profissional.*
4. *Escrever bem o relatório, saber informar o que está acontecendo, prestar as informações certas.* O relatório deve mostrar a realidade, inclusive quando a mãe não tem condições, não tem uma relação emocional com a criança. Juizes e promotores públicos precisam confiar no relatório.

O ouro do Programa Abrigar: a formação

O grupo era o espaço privilegiado para discutir, dirimir dúvidas, compartilhar os problemas e encontrar saídas.

A equipe reconhece que essas possibilidades puderam ser ampliadas durante o processo de formação, vivido no Programa Abrigar. Este processo de capacitação e formação dos profissionais encontra ressonância nos parceiros da Vara da Infância:

“O Raio de Sol foi amadurecendo o envolvimento com as crianças. Nunca foi objetivo da obra só acolher; sempre queria ir além. Hoje, com uma maior estrutura, eles até ousam outros projetos. Eu acho isso interessante. Isso eu acho interessante, porque eles construíram uma metodologia, um trabalho com a família.” Solange, assistente social da Vara da Infância e Juventude de Santo Amaro

Na rede de interdependência, o Programa Abrigar favoreceu, por meio das trocas nas reuniões grupais, um espaço para que a Casa Raio de Sol refletisse a respeito dos desafios cotidianos, proporcionando, também, uma ampliação dessas construções para outros espaços. O projeto com as famílias implicou um esforço constante para vencer os desafios, construir e aprimorar uma metodologia eficaz. Assim, o que se vê refletido na parceria com a Vara da Infância está diretamente vinculado ao que foi vivido na formação e capacitação.

“Na Rede Abrigar, foi muito bom termos um espaço para as discussões, discutir com outros abrigos e outros coordenadores. Comecei a contar as histórias que ouvia lá para a equipe de trabalho, para o presidente da organização. Foi o que me fortaleceu em algumas crises. Eu dizia: ‘Estou em um grupo composto por pessoas que trabalham em abrigos, não estou sozinha.’” Maria Célia – coordenadora da Casa Raio de Sol

A discussão em grupo favoreceu muitas mudanças que foram postas em ação na Casa Raio de Sol, desde operacionais – horário dos educadores – até aquelas relacionadas à representação do trabalho no abrigo e com a família.

A importância da formação dos profissionais e sua repercussão no trabalho com as famílias são também destacadas pelo Conselho Tutelar:

“Há uma necessidade muito grande de formação. Vimos a mudança através do projeto, dessa parceria. A mudança em relação aos educadores, às crianças, às atividades e à questão da formação mesmo. Deu uma infraestrutura muito grande no trabalho.” Madalena Rodrigues São José, conselheira tutelar do Jardim Angela, Sub-prefeitura do M’Boi Mirim

Lidando com as faltas

A relação da Casa Raio de Sol com o Conselho Tutelar foi inicialmente de bastante atrito.

“No início, não recebíamos 20 crianças, porque não tínhamos uma casa adequada para isto, não tínhamos nem os móveis. Fizemos um acordo que receberíamos 15 e aos poucos, não de uma vez. Tivemos dificuldade com o Conselho nesta parte. O Fórum aceitou que recebêssemos as crianças aos poucos, até completar os 15. A Secretaria Municipal de Assistência Social também. O Conselho não. Queria colocar três, quatro, de uma vez.” Maria Célia Barbosa dos Santos, coordenadora da Casa Raio de Sol

A dificuldade vivida pela equipe está vinculada a um complexo quadro social cujos reflexos se manifestam no Conselho Tutelar; este também se vê diante de uma luta, qual seja, aquela relacionada à desproporção entre os serviços de proteção às crianças e aos adolescentes existentes na região e as necessidades da população.

“O Conselho Tutelar não quer fazer depósitos de criança, mas a desproteção é muito grave na nossa região. É difícil se conseguir uma vaga para adolescente. Só o Raio de Sol recebe do Conselho Tutelar, do Fórum, do CRECA. São 600 mil habitantes para um só abrigo. É preciso que se abram outros abrigos. Aqui, muitas vezes, o adolescente acaba sendo assassinado por falta de serviço.” Madalena, conselheira tutelar do Jardim Ângela, sub-prefeitura do M'Boi Mirim

Não é somente no Conselho Tutelar que é possível perceber esses efeitos. Das 20 crianças que são acolhidas pela Casa Raio de Sol, 15 frequentam uma escola da região que é distante de onde estão localizados, em função da ausência de vagas em uma mais próxima.

“Vêm todas as crianças para cá, porque lá por perto não conseguem. Têm que tomar uma condução, pois ali perto não é fácil conseguir vaga. A gente sempre procura dar prioridade para os alunos de lá.” Márcia Mariko, diretora da Escola Estadual Professora Josefina Maria Barbosa

Na Unidade Básica de Saúde da região, as faltas também estão presentes. As crianças e os adolescentes do Raio de Sol têm acesso a uma Unidade Básica de Saúde mista, que oferece atendimento geral e Programa de Saúde da Família – PSF Mônica, a enfermeira que tem vínculo estreito com a Casa Raio de Sol, está alocada no PSF e é responsável por atender uma área que comporta o abrigo, duas creches municipalizadas, o parque ecológico, outras organizações não governamentais e o hospital psiquiátrico da região.

“Tem um número muito grande de pessoas para poucas vagas. O programa PSF pede visitas. Eu não consigo visitar todas as famílias, vou naqueles que mais necessitam. À casa-abrigo eu vou, tenho um carinho muito grande. E eles vêm aqui; este ano o abrigo veio até a gente. Há essa troca. Facilita bastante o trabalho.” Mônica F. Graziadei, enfermeira do Programa Saúde da Família, UBS Jardim Herculano

As repercussões dessas faltas na realização do trabalho do abrigo e, por sua vez, no projeto, podem ser administradas graças ao esforço individual de todos os profissionais envolvidos e à forte rede comunitária construída, principalmente a rede de serviços da Sociedade Santos Mártires.

Não obstante, é importante reconhecer, dizem os profissionais, que isso não ocorre sem uma sobrecarga. Neste sentido, novamente é manifesta a necessidade de espaços de reflexão, de capacitação e de formação para os profissionais. A rede construída pelo Programa Abrigar e o processo de formação e capacitação dos educadores voltam à pauta e são valorizados.

“Quem está com a criança, a cada dia, tem que ser capacitado. Tem que ser contínuo para poder desenvolver um bom trabalho.” Madalena, conselheira tutelar do Jardim Ângela, sub-prefeitura do M’Boi Mirim

“A capacitação foi muito importante. No projeto não estava só incluída a questão financeira, também estava a participação na rede, nos encontros mensais, que foram muito ricos. A gente se fortalece lá. Como podíamos levar no máximo dois ou três participantes por abrigo, então nos revezávamos e, depois, na reunião, eu transmitia o que recebia lá. Tivemos também uma supervisora, depois que acabou o projeto, que ficou conosco quase seis meses.” Maria Célia, coordenadora da Casa Raio de Sol

Desejo de continuidade

Todo término traz consigo um novo começo. O projeto apresentado ao Programa Abrigar teve continuidade, sendo modificado e adequado conforme o que a equipe foi trabalhando no decorrer de um ano.

“Logo que terminou o convênio com a Camargo Correa, nós adequamos o projeto conforme nossa experiência e o enviamos para a Fundação Abrinq. Tivemos investimento por dois anos. Em dezembro de 2006, com a avaliação, fomos contemplados por mais um ano.” Maria Célia, coordenadora da Casa Raio de Sol

A experiência proporcionada e vivida no Programa Abrigar fortaleceu a equipe e repercutiu na apresentação do novo projeto.

“O aporte da Rede Nossas Crianças fortaleceu o processo de reestruturação, de alinhamento das ações do abrigo, que já havia sido iniciado na parceria com o Programa Abrigar.” Gregório dos Reis Filho, Área de Direito à Proteção Especial – Fundação Abrinq

Gregório, representante da Fundação Abrinq e responsável por acompanhar o projeto da Casa Raio de Sol, destaca os principais aspectos que denotam a aprendizagem da equipe no decorrer do tempo:

- o olhar, os conceitos, a maneira de perceber o abrigo;
- o cuidado com o registro do processo;
- a ampliação dos conceitos para todos os integrantes da equipe (são agentes multiplicadores);
- a consciência do processo de mudança e os saltos qualitativos no trabalho do abrigo e com as famílias.

Gregório destaca, ainda, no que diz respeito à metodologia específica do trabalho com as famílias, assim como aos resultados a serem obtidos com o projeto apresentado, a clareza da equipe em relação aos objetivos, papéis e funções.

Os efeitos da participação da Casa Raio de Sol no Programa Abrigar puderam ser ampliados para esta nova parceria também no tocante à apropriação, pela equipe, de instrumentos que contribuem para estruturar e agilizar as histórias vividas durante o período de abrigamento.

“Esse projeto começa a trabalhar muito com a pedagogia do desejo. Criar na criança e na sua família uma relação conjunta. Este desejo, este sonho é relacionado à expectativa de vida melhor na realidade de vida deles.”

“Os efeitos da participação da Casa Raio de Sol no Programa Abrigar puderam ser ampliados para esta nova parceria também no tocante à apropriação, pela equipe, de instrumentos que contribuem para estruturar e agilizar as histórias vividas durante o período de abrigamento. Uma destas ferramentas é um software que ajudará a traçar o perfil de cada família, motivo de desabrigamento, o período de abrigamento e os gráficos que ilustrem a trajetória de cada criança que passou pela casa.”

O reconhecimento da Fundação Abrinq em relação ao trabalho realizado pela Casa Raio de Sol retoma a metodologia presente no trabalho com as famílias – fortalecimento dos vínculos. O desejo de continuidade e de novos projetos encontra ressonância na medida em que o trabalho é realizado com propriedade e com

constante esforço para aprendizagem. A Casa Raio de Sol tem espaço para aprender e se vincular. Neste sentido, Gregório ressalta o que precisa ser aprimorado: o trabalho coletivo dentro do abrigo, diretamente vinculado ao aprimoramento de um projeto político pedagógico. A equipe reconhece que a Casa Raio de Sol está gradativamente construindo sua identidade e isto comporta sistematizar e se apropriar de sua própria metodologia.

O ponto forte do trabalho da Casa Raio de Sol é a rede comunitária de serviços e parcerias, seja aquela da qual nasceram (Sociedade Santos Mártires) seja, principalmente, aquela que construíram a partir da inserção na rede Abrigar. Mais do que conquistar parcerias e investimentos, a equipe consegue manter e cultivar esses vínculos, conforme é possível perceber também no olhar de outro investidor, a Secretaria de Assistência Social – SAS.

“O abrigo participa de trabalho em rede no Fórum da região e mantém uma boa relação com as escolas. O abrigo está sempre com a capacidade máxima. No ambiente da casa – você percebe que há brinquedos espalhados; então houve brincadeira, as crianças podem ter acesso às coisas que querem.” Maria Aparecida Junqueira, Secretária de Assistência Social – SAS, Subprefeitura do M`Boi Mirim

O trabalho com a família, foco do projeto apresentado ao Programa Abrigar, é ressaltado, assim como a concepção que norteia a assistência como um direito da família:

“O trabalho com a família extrapola a reunião de pais. O trabalho com família é o entendimento da situação da família. Eu entendo todos os serviços como pólos aglutinadores deste trabalho com a família na região, o trabalho com o entorno, o entendimento da família neste território do Jardim Ângela, na cidade e no Estado de São Paulo.” Maria Aparecida Junqueira, Secretária de Assistência Social – SAS, Subprefeitura do M`Boi Mirim

A Casa Raio de Sol tem muito claro que a assistência às famílias é um direito que deve ser trabalhado em conjunto com as crianças/os adolescentes e suas famílias, em sua região e com os recursos de que dispõe.

Neste sentido, outros projetos estão sendo idealizados. Um deles contempla a possibilidade de favorecer a geração de renda e, ao mesmo tempo, valorizar o potencial de cada família. Perceberam que, na região, a subsistência de muitas famílias está ligada a catar e vender papel e latas. Buscando favorecer um processo de preservação da área de mananciais da represa do Guarapiranga, a Sociedade Santos Mártires já tem um projeto denominado “Recicla Ângela” – coleta seletiva e reciclagem. O desejo de continuidade prevê a possibilidade de trabalhar com as famílias para, ao transformar papel, transformar também a vida. Espaços que, desejados e sonhados, projetados na mente, já estão sendo construídos. Buscam-se parcerias.

Sobre a sistematização


Largo da Batata, Pinheiros, São Paulo, dezembro de 2006. No ponto de ônibus do terminal Jardim Ângela, pergunto para a pessoa na fila: “Este é o único ônibus que vai para o Jardim Ângela”? Iniciamos, então, uma conversa, de mais de quarenta minutos. Comecei a vislumbrar que podem existir várias realidades, às quais não temos acesso a não ser quando nos vinculamos a elas. “Vem aqui à tarde pra tu vê! A fila dobra o Largo”. Estava lançado o desafio, que eu me propus a aceitar.

Estrangeira, num universo desconhecido, fui recebida por Maria Célia, a coordenadora da Casa Raio de Sol. Convidada para participar do almoço de confraternização do final de ano e para alguns dos serviços da Sociedade Santos Mártires (entre eles, o abrigo), conheci Padre Jaime. Neste momento já se revelou, com intensidade, a força do movimento comunitário, a “soma de pequenas grandes ações”.

Em fevereiro de 2007, demos início ao processo de sistematização propriamente dito. Ainda “estrangeira”, realizei uma entrevista com Maria Célia e Flávio para discutirmos quem participaria do processo e como ele aconteceria.

Conheci a Casa Raio de Sol, as crianças, os adolescentes, as famílias. O grupo ia aos poucos, nos cinco encontros que tivemos, me inserindo em seus universos, em suas histórias e efeitos. O projeto com as famílias surgiu em suas várias nuances – fortalecimento dos vínculos, capacitação da equipe, parcerias, construção e reconstrução de histórias.

Conforme olhávamos mais atentamente o projeto, surgiu, também, o desejo de saber como ele era visto pelos parceiros. O contato e as entrevistas realizadas (oito, no total) com os profissionais da Vara da Infância, Fundação Abrinq, Conselho Tutelar, Secretaria da Assistência Social, Escola, Unidade Básica de Saúde revelaram, para mim, o que é de fato uma articulação em rede. Mostraram, também, no que diz respeito ao projeto, como as repercussões do Programa Abrigar se faziam presentes em outros espaços.

A rede de interdependência revelou que, diferentemente do que pensamos, “não somos ilhas isoladas, e sim partes de uma mesma célula – distintos, porém interligados”. 

Vera Lúcia Galli

É maravilhoso ver os resultados de um sonho realizado! Perceber a força e o papel que temos. Perceber o trabalho de metodologia, que estamos cumprindo o que foi proposto. Ela revela o que não conseguimos ver em função do cotidiano. Ouvir a equipe falando, ver os detalhes, inclusive as mudanças. Foi maravilhoso ver os parceiros falando. Nada foi em vão. Valeu a pena fazer tudo isto!

Maria Célia Barbosa

É uma oportunidade para pensar no “antes”, em toda a história. Ver o quanto eu mudei, aprendi. Posso olhar para o “hoje” e começar a planejar mais. Pensar na metodologia, me apropriar do trabalho.

Flávio Félix

É bom saber que se é reconhecida, que a comida é importante. Eu não tinha dimensão que era tudo isso – que a comunidade realiza todas essas coisas. Escrito, a gente sente na pele. Eu me sinto orgulhosa de trabalhar com eles. A gente faz parte de uma conquista.

Antonia Felismina de Andrade Faria

Tivemos a percepção do que a gente faz. No dia a dia não tem como saber. Deu para falar o que é o abrigo, desmistificar – não é orfanato nem Febem. Somos importantes na vida das crianças, estamos constituindo a vida, a história deles. Ricardo dos Reis Souza

É importante para as crianças. Eu tenho que agradecer muita coisa que aprendi, que sou hoje. São cinco anos de abrigo e isto nos levanta o astral.

Sandra Lea Teles Brito

Estou orgulhosa de participar desse grupo. Vai ajudar a nos fortalecer.

Josenice Brito Teles



PARA SABER MAIS:

- MELLO FILHO, J. *O ser e o viver- uma visão da obra de Winnicott*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.
- ZIMERMAN, D. E. *Atributos desejáveis para um coordenador de grupos*. In: ZIMERMAN, D. E.; OSORIO L. C. et.al. *Como trabalhamos com grupos*. Porto Alegre: Artmed Editora, 1997. cap. 3. p. 41-48.

O Educandário Dom Duarte – EDD, fundado em 1937, está situado em um amplo terreno nas proximidades da Rodovia Raposo Tavares. Atende cerca de 1.300 crianças e adolescentes distribuídos em diversos programas de atendimento, entre os quais o serviço de acolhimento institucional. Desde sua fundação, o EDD atua prioritariamente com o regime de atendimento de abrigo para crianças e adolescentes. Ao saírem dos abrigos do Educandário, alguns jovens são integrados ao Projeto Passos – projeto iniciado em novembro de 1998, como uma unidade de acolhimento e socioeducação inserida na comunidade no bairro Jd. Peri-Peri – Butantã. Este projeto tem como objetivo “constituir um espaço para a convivência democrática e solidária, que possa favorecer o desenvolvimento de atitudes autônomas nos adolescentes” na fase de transição para o convívio social autônomo. O EDD e o Projeto Passos são serviços da Liga Solidária, antes chamada Liga das Senhoras Católicas, organização social fundada em 1921 que atende, através de diversos programas, às necessidades da infância, da juventude, do adulto e do idoso.



capítulo 2

EDUCANDÁRIO DOM DUARTE: O DESAFIO DE MUDAR

SANDRA S. G. UNGARETTI*

Desenvolvido em 2004, o Projeto Extensão e Desenvolvimento de Habilidades para Profissionais de Abrigo envolveu todos os profissionais do Educandário Dom Duarte e do Projeto Passos: educadores, técnicos, coordenadores e diretores, com o objetivo de qualificá-los para o desenvolvimento do trabalho segundo o novo paradigma educacional da organização. Permitiu ainda fortalecer o papel de cada profissional, percebendo suas dificuldades e conflitos, e ajustar o foco na criança.

O sistema de abrigo do Educandário D. Duarte, implantado em 1937, foi determinado pelo modelo de abrigo existente nas décadas iniciais do século 20. Era o modelo dos grandes complexos, quando os abrigos eram chamados de internatos e funcionavam como uma “instituição total”, como mostram muitos estudos sobre o tema. O Educandário, que nasceu baseado nesta proposta, reproduziu sua dinâmica e seus problemas.

Desde 1999, através de um processo analisado e refletido que contou com a participação de especialistas externos, a Liga das Senhoras Católicas, desejando que o educandário se adequasse efetivamente às novas normas legais emanadas do Estatuto da Criança e do Adolescente e enfrentasse o desafio de renovar o seu

* Sandra Ungaretti é psicanalista, tem se dedicado ao tema da infância e da adolescência atuando principalmente em creches e abrigos; é colaboradora do Programa Abrigar e foi sistematizadora deste projeto. Participaram desta sistematização: Ademir Guimarães (educador); Bernadete Penkal – psicóloga/gestora de abrigo; José Aparecido de Oliveira – educador; Joseni Guilherme Tavares – educadora; Júlio César Vieira Guimarães – coordenador do programa de abrigos do EDD; Luizélia B. Busko – psicóloga/gestora de abrigo; Maria José Almeida S. Souza – educadora; Xinha D’Orey – presidente da Liga; Mariano Gaioski – coordenador do Projeto Passos; Mário Martini – diretor educacional do EDD; Rita de Cássia O. B. Silva – assistente social gestora de abrigo; Roberto Carlos Camargo – educador; Silvana Zanini Winters – psicóloga – equipe de apoio; Simone Roberta Oliveira da Silva – assistente social – equipe de apoio; Sofia Aparecida Almeida – educadora.

papel diante da comunidade, decidiu investir firmemente na transformação de seu papel e de sua função social.

O quadro abaixo sintetiza as mudanças relatadas pelo grupo.

Era assim... (de 1938 a 1998)	Agora é assim... (a partir de 1999)
• Havia 8 casas	• Há quatro casas
• Cada casa abrigava de 30 a 36 crianças	• Cada casa abriga até 20 crianças
• Em cada dormitório dormiam 12 crianças	• Em cada quarto dormem quatro crianças
• O refeitório e a lavanderia eram comuns às 8 casas	• Cada casa possui sua cozinha e lavanderia
• As crianças não têm a posse de objetos pessoais	• Cada criança possui seu espaço para guardar objetos pessoais
• As crianças ficavam sob a responsabilidade dos laristas	• As crianças ficam sob responsabilidade direta dos educadores e auxiliares de educador
• O atendimento médico, odontológico e psicológico eram oferecidos no complexo do educandário	• Para o atendimento médico, odontológico e psicológico é utilizada a rede externa
• As crianças frequentavam a escola que funciona no complexo do educandário.	• As crianças frequentam as escolas da comunidade
• As psicólogas eram contratadas para o atendimento clínico das crianças	• As psicólogas contratadas atuam no âmbito institucional – o foco de intervenção é o atendimento do abrigo
• Atendiam a meninos de 7 a 16 anos	• Atendem a meninos e meninas de 0 anos até o desabrigamento
• Não havia atenção especial para o desabrigamento	• Desde a chegada da criança, há ações para a reintegração familiar

As mudanças expostas no quadro acima são radicais e profundas porque houve, necessariamente, um questionamento e a revisão crítica das concepções do atendimento, da relação entre os que assistem e os assistidos, das causalidades ou determinantes que organizam o serviço de abrigamento, de normas e regras de funcionamento interiorizadas pelos profissionais.

Estas reflexões levaram a um processo de mudança que passou pela modificação das estruturas e por um trabalho de revisão pessoal e profissional das pessoas e da organização sobre suas próprias representações (ideias e concepções) e sobre os valores de que são portadoras a respeito da criança, do trabalho e do abrigo. Esta experiência permitiu constatar que não há mudança possível sem que se permita que novos valores sejam instituídos.⁷

7 ROUCHY, J. C. Análise da instituição e mudança. In: RUIZ, Olga (Org.). *Vínculos e instituições, uma escuta psicanalítica*. São Paulo: Escuta, 2002.

Da queixa ao desejo de mudança

Durante o processo de sistematização desta experiência, os participantes dos grupos de discussão⁸ lembraram que, no período anterior a 1996, muitos enfoques do atendimento do abrigo eram questionados pelas técnicas responsáveis pelos abrigos, principalmente em relação aos seguintes aspectos:

- 1) o binômio qualidade x quantidade;
- 2) o desabrigoamento de jovens que completaram 16 anos e não tinham possibilidade de voltar para suas famílias;
- 3) os encaminhamentos das crianças para o educandário – quem era encaminhado? por quem? por quê?

Mas os questionamentos e a indignação diante de muitas situações do cotidiano não potencializaram as mudanças. Sentiam-se sem forças para empreendê-las.

Em 1996, a chegada de uma voluntária no educandário provocou abalos que contribuíram para o descongelamento do imobilismo institucional. Tanto os gestores quanto as técnicas reconhecem que a função desempenhada por esta voluntária foi de “catalizadora das transformações”.

O olhar estrangeiro

Em 1996, D. Xinha, voluntária da Liga, passou a visitar o educandário nos finais de semana para desenvolver algum trabalho junto às crianças. Segundo relatou, naquela época não tinha qualquer conhecimento a respeito das questões concernentes ao abrigo de crianças. No entanto, à medida que pôde estabelecer com elas uma relação de proximidade veio a conhecer situações que julgou bastante inadequadas para a formação integral das crianças atendidas.

Passou, então, a relatar as situações para a diretoria da Liga com o objetivo de sensibilizá-la para a qualidade do atendimento do educandário e, ao mesmo tempo, incentivar a equipe técnica a também comunicar os problemas e reivindicar mudanças no atendimento. Apesar dessas intervenções, a diretoria da Liga ainda se mostrava reticente a enfrentar as mudanças radicais que se anunciavam. Neste momento, essas intervenções não possibilitaram a adesão da diretoria da entidade, mas tiveram a função importante de instalar um conflito institucional.

Afinal, o conflito é um elemento normal e imprescindível no desenvolvimento e em qualquer manifestação humana e sua patologia se relaciona menos com sua existência e mais com a ausência dos recursos necessários para resolvê-los ou dinamizá-los.⁹

⁸ Os grupos de trabalho para esta sistematização seguiram, em linhas gerais, a mesma organização dos grupos do projeto: Grupo dos educadores; Grupo das técnicas – assistentes sociais e psicólogas dos abrigos do educandário; Grupo gestor – responsável pela condução do projeto; Presidente e vice-presidente da Liga das Senhoras Católicas de São Paulo – à época, respectivamente, diretora voluntária do educandário e voluntária da Liga.

“A gente até queria fazer mudanças, mas tinha uma parede intransponível, nós batíamos de frente e não conseguíamos avançar.”

⁹ BLEGER, J. Psico-higiene e Psicologia Institucional. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

Podemos constatar que o olhar estrangeiro estranha e denuncia o que a lógica do sistema instituído “naturaliza”. Expõe aspectos do sistema que são fonte de sofrimento institucional, mas que, de alguma forma, permanece acomodado na própria dinâmica. Por esta razão, na maioria das vezes, o “estrangeiro” desperta resistências às ideias que apresenta.

Horizonte do possível

Um aspecto fundamental neste momento inicial do processo foi a mobilização das pessoas frente à resistência institucional à mudança.

No ano de 1998, as técnicas reivindicaram e passaram a receber supervisão técnica constante e periódica de profissionais especialistas em abrigos. Foi constituído um grupo operativo com estes profissionais seguindo alguns pressupostos:

- valorização das experiências e das vivências das pessoas do grupo,
- respeito às histórias, às singularidades.

Este grupo foi o primeiro espaço no qual as profissionais puderam ser ouvidas e, por meio do intercâmbio de ideias, dar sentido ao trabalho, confrontar as diferenças, conter suas angústias e transformar a queixa em desejo de mudança.

Neste período, dois projetos foram implantados: o Projeto Passos e o Projeto Religar.

- O Projeto Passos foi uma resposta à situação dos jovens que deixavam o educandário sem ter uma família que pudessem recebê-los.
- O Projeto Religar foi pensado para dar apoio às famílias de crianças e adolescentes abrigados, e seu objetivo era garantir as condições para que a criança/o adolescente abrigado pudesse voltar ao convívio familiar.

“Ajudou-nos a perceber que, ao mesmo tempo em que queríamos uma mudança, havia certa resistência. Começamos a ver com outros olhos.”

De acordo com os gestores, o Projeto Passos foi, naquele momento, um importante balisador institucional uma vez que, por meio dele, ficaram evidentes os efeitos causados pelo modelo de abrigamento na subjetividade dos jovens. Estes jovens, inicialmente nove, saídos do abrigo do Educandário na condição de orfandade ou de abandono expressavam em seu comportamento o estigma do “internato”, a dificuldade para o convívio social, a falta de recursos internos para assumir a própria vida.

“Eles tinham vergonha, por exemplo, de sair com a perua da instituição. Eles abaixavam a cabeça, se escondiam, porque era uma marca muito forte, muito pesada.”

Contexto nacional

A equipe de gestores lembra que, principalmente a partir da década de 1970, iniciaram-se diversos movimentos sociais que, somados ao fortalecimento da cultura democrática decorrente do fim da ditadura militar na década de 1980, impulsionaram a formulação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990. Para os gestores, a Liga das Senhoras Católicas teria toda a condição de ter se engajado neste movimento para a renovação de seu atendimento.

Reconhecem que o sistema de organização implantado em 1937 cristalizou-se e permaneceu estável numa época em que novos valores, tanto no plano social quanto no científico, mostravam novos rumos para o atendimento à criança assistida e ao profissional que integra a organização. O que leva uma organização a sofrer a ação esclerosante do tempo é não participar ou não acompanhar as mudanças que ocorrem na sociedade.

Portanto, o grande desafio institucional é o de responder eficientemente às demandas de cada momento histórico. Assim como o modelo de abrigo implantado no nascimento do educandário tornou-se inadequado e anacrônico com o desenvolvimento social e científico, o novo paradigma que rege a organização atualmente também pode tornar-se obsoleto, caso a organização feche-se em si mesma.

Em 1999, o poder judiciário fez uma intervenção no educandário no sentido de exigir o reordenamento do abrigo segundo os princípios do ECA, o que mostra a importância da ação dos diferentes atores sociais na condução do sistema de proteção integral às crianças e aos adolescentes preconizado pelo ECA.

Do desejo às ações

A confluência destes dois movimentos, o interno à entidade e o externo, geraram um momento de crise institucional. Pode-se falar em crise porque foram questionados os valores, os princípios, as normas e as regras de funcionamento interiorizadas pelos profissionais. É sabido que a crise não é necessariamente negativa, e sim um momento em que se desestruturam formas anteriores de equilíbrio, que, nesse momento, podem ir para frente ou para trás.¹⁰ A Liga das Senhoras Católicas pôde ir para frente. Neste mesmo ano, a diretoria elegeu a voluntária D. Xinha para conduzir o processo de mudança do educandário e o desejo de renovação passou a ser da entidade.

10 ROSSETTI Ferreira, M. Clotilde, em pronunciamento no Seminário Abrigos – Cuidado e Proteção Integral – Programa Abrigar – novembro de 2006.

Por onde começar?

O que fazer?

A primeira ação foi contratar um instituto especializado em desenvolvimento organizacional e humano para elaborar o diagnóstico institucional, uma vez que as mudanças implicavam a transformação da cultura institucional de todo o complexo educandário.

A partir do diagnóstico institucional e apoiados nos preceitos do ECA e nos conhecimentos científicos produzidos nas últimas décadas, passaram para a segunda ação – a elaboração do Projeto Renovar no qual estão explicitados os objetivos educacionais e as estratégias metodológicas adotadas.

Foram muitos os conteúdos transformados, uma vez que se visava à transformação da cultura institucional, seus valores e princípios, sua metodologia. Porém, alguns conteúdos são apresentados por todos os grupos que participaram desta sistematização.

- A personalização do atendimento – todas as mudanças que ocorreram no atendimento do abrigo foram organizadas em torno de um elemento principal: a criança atendida. Esse processo incluiu a redução do número de crianças atendidas; a reforma física das casas; a transição de larista¹¹ para educador; a abertura para a comunidade e, principalmente, a compreensão da criança considerando e reconhecendo sua história pregressa.

11 Os laristas, geralmente marido e mulher que residiam na casa, foram substituídos por oito ou dez educadores.

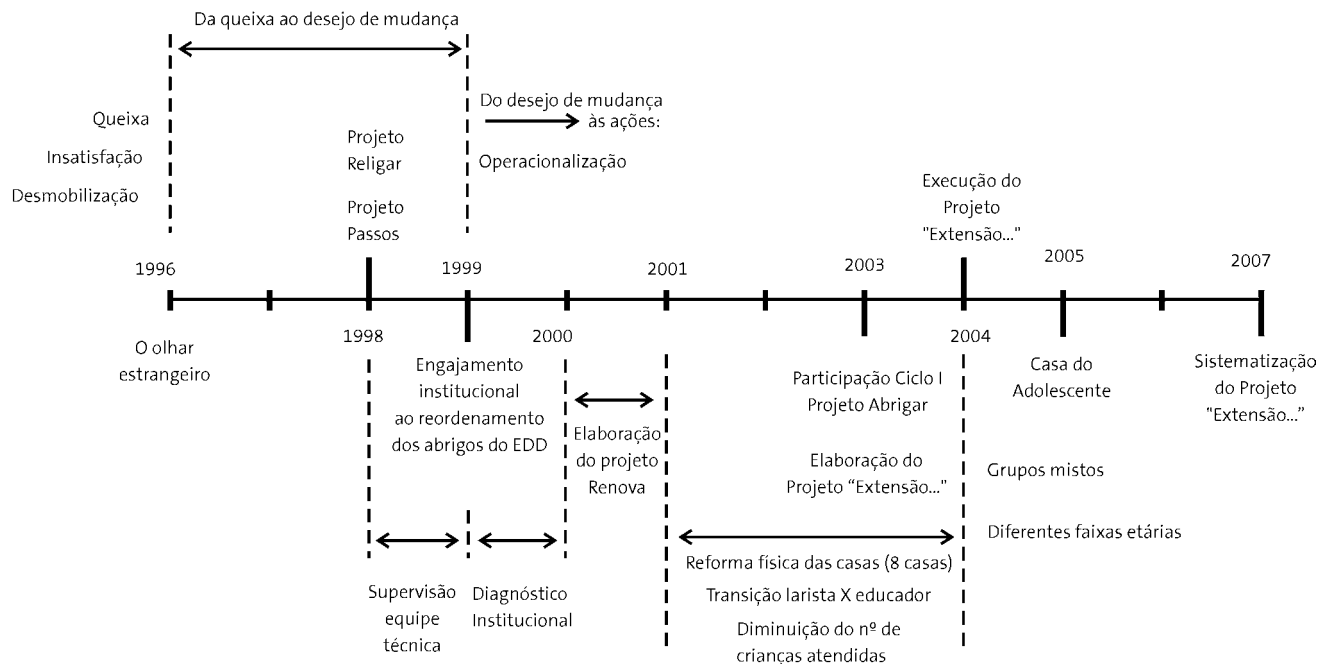
“Quem fez a mudança efetiva do educandário foi o menino, não fomos nós, nós só somos os instrumentos de leitura técnica da necessidade do menino.”

- Valorização profissional – a concepção que sustenta este valor institucional é de que só se forma uma criança autônoma, crítica e reflexiva se os profissionais o são e, além deles, a própria organização. Pode-se verificar neste momento um esforço para que o trabalho realizado pelos profissionais da entidade servisse de meio de enriquecimento e desenvolvimento de sua própria personalidade. Conquistas concretas aconteceram: vários espaços institucionais foram criados para a escuta e troca tanto entre os pares quanto com os profissionais de outras funções; foi incentivada a participação em espaços de formação extrainstitucional e foi elaborado um programa de bolsa de estudos.

“Esta cultura de estar com o outro, respeitando-o, dando-lhe continência, ocorre em todos os níveis, pois acreditamos que, se eu dou isto para o educador, ele poderá mais facilmente dar isto para o menino.”

Linha do tempo

A linha do tempo permite a visualização dos marcos principais deste processo de mudança.



Surge o projeto

É nesse cenário que surge o Projeto *Extensão e Desenvolvimento de Habilidades para Profissionais de Abrigo* em resposta às mudanças até então ocorridas no serviço de abrigo da Liga. Esse projeto viabilizou:

- espaço de formação para os educadores;
- 10 palestras com especialistas para todos os profissionais da Liga interessados;
- Supervisões:
 - para equipe técnica do Abrigo – semanais;
 - para coordenador do abrigo do Educandário – mensal;
 - para coordenador do Projeto Passos – mensal;
 - para o diretor do Educandário – mensal;
 - para o Grupo Gestor – mensal;
 - para a diretora voluntária e diretor do EDD – mensal.

Espaço de formação

Segundo os educadores, o projeto de formação foi marcante e é, até hoje, uma referência de como ser educador. Os participantes lembram que a formação compreendeu duas estratégias complementares.

Primeiro, foram organizados encontros mensais de formação para os educadores do abrigo do Educandário e Passos, com participação de todos os plantões, em que refletiam e debatiam as questões da prática cotidiana. Os temas que demandavam aprofundamento eram tratados em palestras com especialistas no tema identificado. Foram oferecidas dez palestras a todos os funcionários do Educandário.

Segundo os educadores, os aspectos que garantiram sua motivação e interesse foram:

- "As especialistas falavam a língua da gente" – os educadores sentiram uma proximidade muito grande entre as especialistas e eles, sentiam que eram compreendidos não só nas situações em que relatavam, como também nas dificuldades que estas situações apresentavam e em suas angústias diante delas;
- havia muita troca de experiência entre os pares – ao compartilharem suas experiências podiam compreendê-las segundo novos ângulos levando-os a novas sínteses; além disto, o estreitamento dos vínculos entre eles permitiu relações de trabalho mais produtivas e prazerosas;
- o fato de haver uma direção clara sobre: o quê? por quê? para quê? Para os educadores, esta característica foi fundamental, pois chegavam ao final do encontro com o sentimento de que a discussão, o debate, o trabalho enfim, havia sido produtivo e de que terminavam com “algo a mais”;
- a existência de estratégias complementares – encontros de formação e palestras;
- a possibilidade de dar sentido ao trabalho.

A grande transformação ocorrida foi em relação à identidade profissional. O grupo analisa que todos puderam dar sentido ao trabalho, compreender sua função e a importância dela, mudar e flexibilizar posturas, compreender mais as crianças, tornar-se mais próximo delas, ouvi-las mais, manter mais diálogos. Perceberam-se mais autônomos frente ao trabalho a realizar, mais críticos, reivindicadores e mais comprometidos com o trabalho.

Também estão mais desejosos de aprender, de conhecer e de saber. Além de participar sempre de outros espaços de formação, alguns voltaram à escola, outros cursam faculdades.

“Hoje, a gente está bastante atrevido. Eu falo com segurança sobre o meu trabalho. Antes eu ficava flutuando um pouco.”

Eles citam, em relação à formação um aprendizado importante, os instrumentos

metodológicos: a observação, o registro e a avaliação. Os educadores do abrigo Passos desenvolveram, recentemente, instrumentos de avaliação junto aos jovens.

Podemos avaliar que, neste processo, os educadores incorporaram uma metodologia de trabalho que os instrumentaliza para enfrentar novas situações do cotidiano. Segundo eles, não existe uma receita e não há como esgotar e prever todos os problemas que o trabalho com crianças abrigadas apresenta, mas há um método de se colocar frente a eles – questionamento, reflexão, avaliação, troca de ideias.

No decorrer dos encontros com o grupo, eles expressaram suas concepções sobre o trabalho, sobre a criança e a função do educador de abrigo à medida que contaram a história das mudanças ocorridas no sistema de abrigamento do Educandário que os marcaram muito e a partir das quais puderam tecer várias reflexões importantes. Entre essas mudanças, duas podem ser destacadas: a reforma das casas e a fusão da casa dos adolescentes com o Projeto Passos. Neste percurso, cada uma destas mudanças em si acarretou alterações importantes na postura do educador. Entretanto, na avaliação dos educadores, foi principalmente através da formação que puderam compreender e assimilar um novo significado do que é ser educador de abrigo.

“O olhar sobre o trabalho mudou bastante. Nós tínhamos uma prática e encontramos pessoas que vieram trazer algo a mais. Serviu para refinar nosso trabalho.”

A reforma das casas

A reforma física das casas possibilitou a transformação dos oito lares do Educandário Dom Duarte (cada um abrigava de 30 a 36 crianças) para casas que atendem no máximo a 20 crianças. Com a reforma, as casas passaram a ter cozinha, lavanderia, sala de estar e de estudo. Os quartos onde dormiam anteriormente 12 crianças hoje acolhem apenas quatro e oferecem armários individualizados para cada uma delas.

Os educadores identificaram algumas características associadas à sua ação educativa no abrigo antes e depois da reforma.



ANTES DA REFORMA	DEPOIS DA REFORMA
• Espaços coletivos	• Espaços privados e coletivos
• Pertences coletivos	• Pertences próprios
• Atenção padronizada	• Atenção personalizada
• Maior indiferenciação das crianças	• Maior conhecimento sobre a criança
• Maior agitação e destrutividade	• Maior atividade e criatividade
• O adulto faz pela criança – “Fazer por”	• O adulto faz com a criança – “Fazer com”

Os educadores consideram que a reforma das casas favoreceu o fazer do educador entendido na sua complexidade e profundidade. Para eles, antes das mudanças o trabalho do educador era mais simples pela impossibilidade de desenvolver uma ação mais individualizada. Entendem que alguns aspectos da organização e funcionamento do abrigo também determinam o tipo de cuidado e de educação oferecidos às crianças. Não era possível conhecer a criança, suas particularidades, seus gostos, suas dificuldades. Não era possível conversar com a criança, porque não havia espaços privados. As orientações eram gerais, dirigidas a todos, porque não se conheciam as especificidades de cada criança. A diferença entre elas, a subjetividade de cada uma não aparecia porque tudo era padronizado.

Essa atenção padronizada era mantida em decorrência do antigo modelo de abrigo, mas também da ideia de que, ao fazer tudo igual para todos, evitavam-se as brigas, as disputas, os conflitos.

Hoje eles acreditam que as manifestações de seus gostos, as oposições que fazem às orientações dos adultos, o desejo de propriedade das coisas e as disputas decorrentes deste desejo são fundamentais para aprenderem a se relacionar com os outros, para aprenderem sobre si e para se fazerem conhecer. Entendem que o papel do educador é promover oportunidades para que as crianças se expressem, inclusive no que diz respeito às suas oposições num ambiente acolhedor que oferece apoio e limites.

No novo modelo, a criança pode arrumar do seu jeito o quarto, organizar seu próprio espaço. O fato de a criança deixar sua marca pessoal no ambiente promove o sentimento de afetividade dela com o abrigo, de pertencer a este lugar. Os educadores observam que as crianças sentem satisfação em ajudar a cuidar da casa e mantê-la em ordem, porque elas percebem que o espaço é delas também.

Há, entre os educadores, uma forte crença de que a educação deve promover a autonomia das crianças. Nesta perspectiva, os educadores debateram as rotinas diárias e a diferença entre “fazer pela” criança e “fazer com” a criança.

“Havia rotinas, escalas de limpeza e de deveres que as crianças tinham que cumprir, mas não havia uma efetiva discussão sobre a razão dessas rotinas. Atualmente, as crianças participam e ajudam a manter as casas, dividindo as tarefas. O que mudou?”

“Até a posição das camas nos quartos era padronizada. Hoje, quem define a posição das camas são as crianças. Eles montam o quarto como eles acham melhor.”

Mudou a compreensão do educador sobre as atividades propostas, que agora são pensadas a partir de três questões principais: o quê? por quê? como? Hoje os educadores discutem a construção da autonomia aprofundando os ‘porquês’ e os ‘comos’. Com isso, percebem que a criança não está apenas cumprindo uma obrigação, mas construindo competências e habilidades, desenvolvendo atitudes de colaboração, de cuidado e valorização dos espaços e objetos que pertencem à ela ou ao coletivo. E está também aprendendo a ser mais autônoma.”

Nesse sentido, estas atividades cotidianas são acompanhadas pelos adultos, que interferem para favorecer o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes. Entre o proposto e o esperado, leva-se em consideração todos os outros âmbitos importantes para o desenvolvimento integral da criança: a escola, o tempo para o estudo e outras atividades de educação não formal e o espaço para brincar.

Fusão de projetos

O Projeto Passos estava em funcionamento desde novembro de 1998, inserido na comunidade, e recebia os jovens que tinham feito o desligamento do abrigo do Educandário. Eram os jovens que não tinham uma família que os acolhesse nem estavam preparados para assumir sozinhos a própria vida. A partir de 2004, houve a fusão com o projeto de abrigo do Educandário e o Projeto Passos passou a receber os adolescentes de 15, 16 anos para serem gradualmente preparados para a vida autônoma.

A junção entre os dois projetos foi planejada com cuidado e realizada de forma gradual. Primeiro houve um remanejamento das crianças nas casas do abrigo do educandário montando-se um abrigo só com adolescentes que começariam sua preparação para o Projeto Passos.

Isso possibilitou uma percepção maior dos educadores de todas as dificuldades e sofrimento dos adolescentes nesta nova realidade.

“No início, eles não saíam do Educandário. Vinham almoçar aqui; não tinha água, eles corriam para cá. Pelo sofrimento que eles tiveram, nós estamos tentando fazer um outro trabalho aqui. O sofrimento deles nos fez mudar nossa visão.”

Para os educadores, ficou uma forte impressão de que todo o sofrimento vivido pelos adolescentes estava diretamente associado à grande proteção exercida pela instituição. Neste sentido, a função do educador seria formá-los para a vida, para o enfrentamento da vida.

Enquanto refletiam sobre o que chamavam de “grande proteção”, perceberam que isto podia significar “grande isolamento”. A criança ficava isolada do mundo e abandonada em si mesma. Por isso hoje a vida da criança também acontece fora do educandário, ela vivencia muito mais interações em outros espaços, sem que

isto signifique desproteção. O educador a acompanha, media estas relações com o exterior, desperta seu olhar para este mundo e favorece a elaboração de seus medos e de suas dificuldades.

“Hoje eu fico preocupado de chegar na casa e conversar com o menino que foi para uma entrevista, de saber como ele foi.”

Os relatos dos educadores sobre seus fazeres, suas preocupações, colocam em evidência que preparar para o enfrentamento da vida é fortalecer a identidade do jovem, suas competências e potencialidades, sua autoestima, ampliar o repertório de experiências com o outro, com o mundo fora e consigo mesmo.

Desafio presente

Os educadores entendem que há sempre o que melhorar, mudar e transformar no dia a dia dos abrigos, e que a transformação que mais exige deles neste momento é a relação entre os pares. Reconhecem que a relação deles com as crianças e com os coordenadores melhorou muito, mas entre os próprios educadores o estabelecimento de relações mais abertas é difícil de conseguir, provavelmente porque têm medo do julgamento do outro.

Reconstruindo papéis

Entre as atividades mais importantes do *Projeto Extensão e Desenvolvimento de Habilidades para Profissionais de Abrigo* estavam as supervisões semanais dirigidas à equipe técnica. O espaço de supervisão ofereceu condições para que pudessem reelaborar o papel desempenhado por elas e as novas funções que deveriam desempenhar, além de resgatar a história de seus fazeres e atribuições.

Em 1997, a equipe técnica era formada por cinco profissionais, sendo duas psicólogas e três assistentes sociais. As duas psicólogas que integravam a equipe trabalhavam diretamente com as crianças em atendimento clínico, enquanto as assistentes sociais acompanhavam as casas e orientavam os laristas.

No processo de supervisão, puderam rediscutir suas funções no abrigo.

Naquela época, eram três assistentes sociais para acompanhar oito casas com 36 crianças em cada casa. Não era possível fazer estudos de caso e visitas domiciliares com a frequência necessária, e também não se sentiam fortalecidas para discutir um caso no Fórum para, por exemplo, se contrapor a uma decisão judicial.

Com a redefinição do papel das psicólogas, que deixaram de fazer o atendimento clínico das crianças, a equipe passou a constituir duplas de assistentes sociais e psicólogas para acompanhar as casas. A partir de 2004, cada técnica ficou

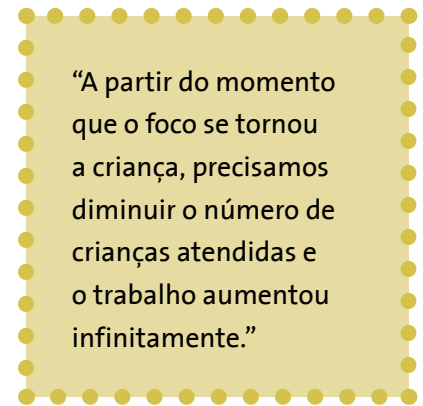
responsável por uma casa. Atualmente, funcionam no educandário três casas, cada uma tem seu gestor, função desempenhada por uma técnica. As outras duas técnicas, uma psicóloga e uma assistente social, são os apoios técnicos das casas.

Todas essas mudanças evidenciam a complexidade da definição de papéis e funções institucionais, e cada passagem tem exigido uma elaboração profunda e conflituosa a respeito de qual é a melhor maneira de funcionar como técnico no abrigo.

A equipe pode perceber que o conflito aparece principalmente na conjunção entre o cargo e a formação. Por exemplo, se uma psicóloga ou assistente social ocupa o cargo de gestor de casa, ela deixa de ocupar o cargo de psicóloga institucional ou de assistente social? Em que medida ou até que ponto a psicóloga ou a assistente social podem desempenhar as funções que sua formação possibilita acumulando as tarefas da gestão?

Esses são alguns dos questionamentos que as técnicas se fazem hoje e sobre os quais estão trabalhando intensamente em supervisão. Buscam encontrar uma nova síntese, maior clareza e discriminação sobre os muitos papéis que os técnicos podem desempenhar para encontrar a melhor maneira de funcionar como técnico no abrigo.

Sobre a função do “gestor/coordenador da casa”, podem-se identificar três eixos de intervenção: a criança, a família e o educador, e cada um destes eixos exige ações em diversos âmbitos: em relação ao poder judiciário, às redes de serviços comunitários, às redes de serviços públicos. Essas ações devem se dar tanto na comunidade em que está inserido o abrigo quanto na comunidade em que está a família. Além disto, o gestor de casa também é responsável pelo funcionamento operacional dela.



“A partir do momento que o foco se tornou a criança, precisamos diminuir o número de crianças atendidas e o trabalho aumentou infinitamente.”

Buscar e articular as redes

Conscientes de que a criança deve ocupar outros espaços na comunidade e fortalecidas em suas competências, os educadores e técnicos da Liga iniciaram o trabalho de integração da criança nas escolas da comunidade, nos postos de saúde, passaram a estabelecer contatos mais diretos com os serviços especializados como psicólogos, dentistas, cursos de educação não formal...

No início, esse esforço foi bastante difícil, porque a comunidade tinha medo das crianças do educandário, que eram vistas como “delinquentes”. Este processo também foi gradual e o retorno positivo deste movimento o incrementou.

“A primeira criança que foi estudar fora ‘aprontava’ na escola do Educandário, ninguém queria andar com ela. Mas, quando mudou para a escola da comunidade, ela se desenvolveu superbem. Na nova escola, ele não era um abrigado. Então começamos a perceber como isso era mais interessante.”

Atualmente, as relações com todos os parceiros são muito produtivas. Os parceiros sabem que os profissionais do abrigo estão envolvidos com a criança, comprometidos com o trabalho, e isto favorece muito a receptividade.

O profissional do abrigo está sempre presente na escola e quando a criança precisa ser hospitalizada há sempre um profissional que a acompanha. As crianças fazem terapia com psicólogos da comunidade que estão sempre em contato com os técnicos do abrigo.

Certamente, esta postura voltada para fora exige uma logística grande: equacionar os horários das crianças com o horário do educador, com o número de educadores, o meio de transporte etc.

Outra mudança significativa foi a ocorrida na relação com as Varas da Infância e Juventude. Antes consideravam o saber da equipe judiciária, assim como o do juiz, um saber soberano. Hoje todos são considerados parceiros com saberes que se complementam. Este novo posicionamento foi consequência tanto do fortalecimento profissional e pessoal conquistados neste processo de mudança quanto do maior conhecimento da criança atendida.

Redescoberta da família

O trabalho desenvolvido com a família também sofreu reelaborações neste percurso. Quando em 1999 foi implantado o Projeto Religar, responsável pelo trabalho com as famílias das crianças e dos adolescentes abrigados, havia a percepção da dificuldade de conjugar o trabalho no abrigo com as crianças e o trabalho com as famílias. O grande número de crianças atendidas e a falta de um veículo para fazerem as visitas domiciliares em regiões muito distantes do abrigo eram os fatores limitantes

À medida que estas condições foram modificadas, esta questão do trabalho com a família voltou a ser considerada pela equipe técnica – quem deve realizar o trabalho com a família? Esta discussão não se restringiu à equipe técnica, mas foi refletida em todos os níveis da entidade. Atualmente, embora não seja uma questão fechada, acredita-se que, quando a criança é abrigada, é necessário conhecer esta criança em todas as suas dimensões – clínica, psíquica, pedagógica, social, jurídica, familiar. Esta investigação se dá por meio de observações, entrevistas, prontuários e diretamente na família. Neste processo, começa a articulação entre todos os atores – profissionais do abrigo, criança, família, judiciário... – que começam juntos a construir saídas para a criança e a família.

Olhar o educador

Os profissionais da Liga Solidária têm clareza de que a qualidade do trabalho desenvolvido com a criança depende da equipe de educadores. Cabe ao gestor apoiá-los e instrumentalizá-los em seu trabalho.

O que é o trabalho com os educadores?

Que pacto de trabalho deve ser estabelecido com a equipe de profissionais?

Em que áreas é necessária ou indicada a intervenção do gestor?

Estas são algumas das questões permanentemente debatidas pela equipe técnica.

Para facilitar a compreensão das questões e entender sua complexidade, pode-se pensar o educador em sua relação com a criança, a família, o gestor e a coordenação, os pares, o próprio trabalho, a própria formação, ele próprio.

A equipe considera que a relação entre os educadores é a mais delicada e complexa. Exige uma escuta diferenciada do gestor para poder compreender o que de fato está sendo dito. Exige habilidade do gestor de não se misturar no conflito e tomar distância para conduzi-lo. Exige um trabalho de mediação que promova nos educadores uma receptividade à mudança e uma disposição para a discussão de pontos de vistas opostos com seus pares.



Supervisão dos gestores

O grupo gestor do *Projeto Extensão e Desenvolvimento de Habilidades para Profissionais de Abrigo* foi formado pela diretora geral, diretor educacional e coordenador do abrigo do educandário e coordenador do Projeto Passos e do Núcleo Solidário. Para este grupo, o projeto também possibilitou supervisões individuais e em grupo, ambas mensais.

Todas as transformações ocorridas no serviço de abrigamento passam necessariamente por esse grupo e, sendo assim, havia a necessidade de uma forte integração e compartilhamento de ideias e concepções subjacentes às mudanças. Nesta época, havia uma indiscriminação muito grande entre o abrigo e o educandário, um era tomado pelo outro e era intenção diferenciá-los e demarcar seus limites e articulações.

Da mesma forma, buscavam maior articulação do Projeto Passos com o programa de abrigos do educandário que, em sua origem, nasceu para ser complementar ao serviço de abrigamento do educandário, mas, por dificuldades institucionais, ainda não havia encontrado uma identidade específica. O espaço de supervisão veio a contribuir para a integração e compartilhamento de ideias e para maior articulação entre os diferentes programas.

Parte dos encontros deste grupo no processo de sistematização voltou-se para a reflexão e análise da repercussão, na função de coordenador e dirigente, das transformações das posturas dos profissionais dos serviços de abrigo.

Embora a função do coordenador não tenha mudado, a tarefa de promover a integração, administrar as contradições e garantir a concretização da proposta pedagógica é muito diferente hoje do que antes das mudanças ocorridas. Procurou-se dar todas as condições para que os profissionais pudessem desenvolver uma postura autônoma, crítica e reflexiva e para que pudessem desenvolver as competências profissionais e o sentimento de valorização de sua função, de si e do outro.

Buscou-se eliminar nos profissionais a representação de que o coordenador e/ou diretor era um fiscalizador severo do bem e do mal, e construir uma gestão baseada no sentimento de colaboração e apoio mútuo. Procurou-se também despertar nos profissionais do abrigo o desejo de aprender e promover a capacidade de tomar para si seu desenvolvimento profissional.

“Há cinco anos, quando tinha um curso, ninguém queria ir. A gente fazia uma escala e mandava. Hoje o educador chega dizendo: ‘vai ter um curso aqui eu quero ir.’”

“Eu tinha que dizer inclusive a roupa com que o menino ia para o médico. Hoje, posso estar mais antenado nos métodos pedagógicos, a gente hoje discute Filosofia.”

Atualmente, os educadores desejam participar de cursos e seminários, questionam uma orientação, propõem soluções. O ambiente é distensionado e dinâmico. As dificuldades e controvérsias também ocorrem, mas há sobretudo, alegria, tranquilidade e capacidade para lidar com as perturbações.

Estas mudanças de posturas dos educadores dos abrigos são indicadores de resultado do projeto e da qualidade do atendimento à criança. A manutenção das mudanças exige novas posturas e novos direcionamentos do coordenador. Ele precisa questionar seu papel e continuar a refletir:

- a primeira etapa está vencida, e agora que etapa virá?
- qual será a nova função do coordenador ?
- como continuar e inovar?

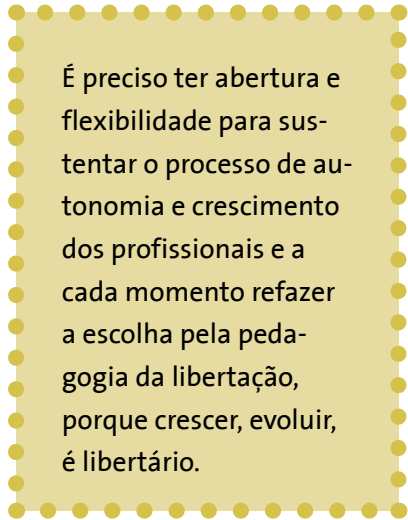
Portanto, o coordenador precisa estar mais poroso e sensível para não se acomodar numa margem de conforto que os resultados da primeira etapa possibilitaram. Todos os profissionais cresceram muito, todos sentem-se bem realizando seu trabalho com competência e o coordenador precisa se atualizar sempre e buscar sempre seu desenvolvimento profissional e novos conhecimentos.

O coordenador necessita ter uma escuta sensível para as mudanças, identificar os novos temas e buscar seu desenvolvimento profissional contínuo.

Os desafios de gestão pedem, do coordenador do abrigo, reflexões contínuas sobre suas possibilidades e limites.

É preciso cuidar para não dimensionar o outro segundo o tamanho que se atribui a ele – esta é a sutileza da opressão. É preciso sempre se perguntar: qual é o preço da real autonomia? Qual é a minha disponibilidade para a escuta? Qual é o tempo que eu vou ter para esperar o tempo do outro a fim de que a construção seja conjunta? Qual é a minha disponibilidade para regular a minha vontade de mando?

“Nós estamos no caminho desejado, o que não significa que, chegando lá, o trabalho acabou. É um processo e, como processo, precisa ter guardiões, senão ele pode quebrar. Mesmo que os educadores tenham esta autonomia de caminhar por si, não dá para continuar se não tiver um elo, um fio da meada desta história, uma vertente por onde fluir.”



É preciso ter abertura e flexibilidade para sustentar o processo de autonomia e crescimento dos profissionais e a cada momento refazer a escolha pela pedagogia da libertação, porque crescer, evoluir, é libertário.

As crianças

Fica evidente que a abordagem deste processo de mudança está centrada no sujeito e nas dificuldades e conflitos vividos pelas equipes no trabalho.

Podemos compreender que as diferentes modalidades de trabalho de grupo desenvolvidas com os profissionais instauraram um espaço de troca e reflexão. Os profissionais se apropriaram desse espaço para a transformação contínua das práticas sociais e educativas do abrigo.

Todo este processo vivido pelas equipes da Liga Solidária teve um propósito bem definido: instituir novos valores em relação à criança e ao jovem atendidos. Portanto, cabe perguntar: as crianças foram afetadas pelas mudanças? Em que medida?

Na fala dos profissionais, é nítida a diferença do quadro descrito das crianças antes do início do processo e no momento atual. Os gestores falam de um ambiente “distensionado”, em que a alegria e a brincadeira acontecem nas atividades do cotidiano. Há uma comunicação descontraída entre as crianças e delas com os educadores.

Observam uma mudança importante na postura física dos jovens:

“Anteriormente andavam de cabeça baixa e, quando lhes dirigiam a palavra, abaixavam o olhar e não respondiam; hoje conversam olhando nos olhos. Gostam de se contemplar no espelho e aceitam elogios.”

Percebem também uma mudança significativa nos enunciados formulados pelos jovens:

“Eu quero...”, “Eu vou...”, “Eu acredito que posso...”

Estes enunciados expressam uma posição subjetiva protagonista, um posicionamento de alguém que está confiante em si e no outro e que acredita ter o direito de investir num futuro adequado ao seu projeto de vida.

Aparecem também as disputas e as rivalidades entre as crianças, os desafios, os protestos e as reivindicações dirigidas aos educadores. Estas situações conflituosas são atualmente explicitadas e enfrentadas pelos educadores. São consideradas inerentes às relações humanas e importantes para a construção de si e para a vida na comunidade.

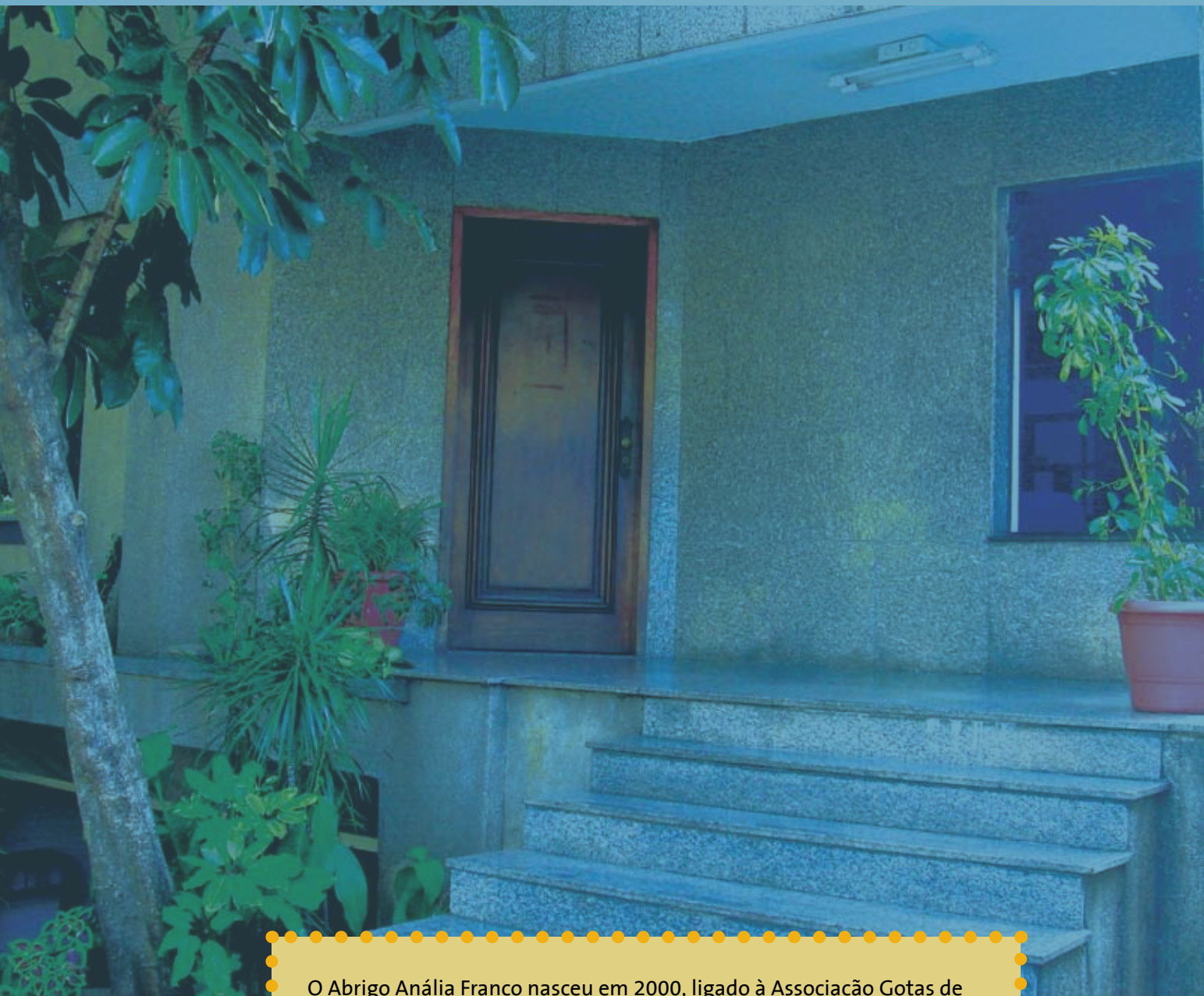
Sobre a sistematização

Nos encontros com os grupos de trabalho, os integrantes, ao refletirem sobre a experiência a ser sistematizada, resgataram com grande intensidade a lembrança de fatos e acontecimentos que antecederam o projeto. Neste movimento de reflexão, com fios que partiam de momentos diferentes, foram tecendo o profundo processo de transformação ocorrido no serviço de abrigamento da Liga. A trama tecida permitiu a compreensão dos principais elementos de tal processo.

Esses elementos aqui refletidos podem contribuir para que outras organizações encontrem estímulo para a busca de caminhos novos. 🐞

Para saber mais

- BAPTISTA, M. Veras (Coord.). *Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação*. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, 2006.
- BLEGER, J. *Psico-Higiene e Psicologia Institucional*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.
- CORREA, O. B. Ruiz (Org.). *Vínculos e instituições: uma escuta psicanalítica*. São Paulo: Escuta, 2002.
- MARIN, I. Kahn. *Febem, família e identidade: o lugar do outro*. São Paulo: Escuta, 1999.
- ROUCHY, J. C.; Desroche, M. S. *Instituição e mudança: processo psíquico e organização*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.



O Abrigo Anália Franco nasceu em 2000, ligado à Associação Gotas de Flor com Amor, fundada na capital paulista em 1996. Possui capacidade de atendimento para até 20 crianças e adolescentes, com idade entre 0 e 18 anos. O abrigo conta com o trabalho de 11 educadoras, dois auxiliares de cozinha, dois auxiliares de limpeza e uma equipe técnica composta por uma pedagoga (que exerce a função de coordenação) e uma assistente social.

capítulo 3

ABRIGO ANÁLIA FRANCO: DE VOLTA PARA CASA

LOLA KNOPLECH CUPERMAN*

A instituição Gotas de Flor com Amor nasce da experiência com crianças e adolescentes em ruas e semáforos da zona oeste da cidade de São Paulo. Naquela ocasião, no ano de 1992, a psicóloga e terapeuta floral Denise Robles, que na época realizava um trabalho clínico em consultório particular, decidiu que suas possibilidades de trabalho poderiam ser ampliadas a comunidades que estivessem em situação de vulnerabilidade social.

Aos poucos, Denise se aproximou das crianças que vendiam balas em faróis e, posteriormente, de seus pais e responsáveis, buscando conhecer suas vidas e alternativas para que as crianças, os adolescentes e suas famílias pudessem sair das ruas e reorganizar uma estrutura familiar.

Além do atendimento direto às crianças e aos adolescentes, Denise também levou-os a passeios, cinemas e teatros. Um ano depois dos primeiros contatos, em 1993, a experiência regular transformou-se em uma associação: o Programa Social Gotas de Flor com Amor. Entre 1993 e 1995, a ONG desenvolveu sua prática nas ruas, em parques e também por meio de palestras mensais para os familiares e comunidade da região do Brooklin, em São Paulo.

* Psicóloga graduada pela PUC-SP, psicanalista, especialista em Psicologia Clínica – Teoria Psicanalítica pelo Cogeae PUC-SP, diretora fundadora do Instituto Fazendo História, onde coordena o Programa Perspectivas, que trabalha com Análise Institucional e Formação de Educadores desde 2005. Consultora do Programa Abrigar, Lola foi sistematizadora deste projeto. Participaram do processo de sistematização: Denise Robles – diretora geral da Instituição Gotas de Flor com Amor; Vivian da Cunha Soares Garcia – coordenadora do abrigo durante implantação do Projeto; Aurimeire Castilho Moreira – assistente social; Solange Regina Araújo Regina da Silva – psicóloga; Adriana Soares Schanoski – coordenadora atual do abrigo; Miriam de Oliveira Mesquita – assistente social atual do abrigo; Lucivani Vieira e Rosemeire Victorino – educadoras.

Definindo a missão

A partir de 1995, o Gotas de Flor com Amor passou a focar sua intervenção no trabalho preventivo, tentando fazer com que as crianças não saíssem de suas famílias, e atingir uma população que vivia predominantemente em favelas e cortiços na região do Brooklin, bairro de classe média em São Paulo.

Em 1996, criou-se a sede da instituição, um espaço que se voltaria para a educação não formal e complementar ao processo de escolarização, com aulas de dança, teatro, balé, brinquedoteca e horta. A orientação teórica e técnica do trabalho foi baseada na Filosofia e na Pedagogia da Presença, desenvolvida pelo pedagogo Antônio Carlos Gomes da Costa, que ministrou palestras e acompanhou a formação da primeira equipe técnica da instituição, que até então trabalhava estritamente com apoio de voluntários. Uma segunda vertente da formação teórica dos educadores, antes da abertura do abrigo, foi a capacitação feita pela ONG Vivendo Valores.

Em 2000, a convite da prefeitura de São Paulo, a instituição assumiu o Abrigo Anália Franco, que atendia a crianças vítimas de violência e maus tratos. Na nova unidade, que em 2007 abrigava 18 crianças e adolescentes entre 6 e 18 anos, trabalham 11 educadoras, dois auxiliares de cozinha e dois auxiliares de limpeza. Compõem a equipe técnica da casa uma pedagoga (que exerce a função de coordenação) e uma assistente social. Todos os educadores têm ensino médio concluído, três estão iniciando curso universitário e dois estão concluindo curso técnico de enfermagem.

Na instituição, há uma política de incentivo ao estudo e à formação dos educadores. A equipe foi orientada a perseguir a qualidade no atendimento, propiciando às crianças o convívio com experiências estéticas e culturais estimulantes. As festas deveriam ser caprichadas, a casa bonita, agradável.

Encontro com o Programa Abrigar

No ano de 2003, a Associação Gotas de Flor com Amor entrou em contato com o Programa Abrigar e decidiu mandar um projeto para implementar melhorias no atendimento já realizado pela instituição. Em reuniões entre a diretoria do Gotas de Flor com Amor e a equipe técnica do abrigo Anália Franco foi ponderado que o investimento técnico que gostariam de realizar no abrigo teria um foco central: rediscutir e criar novos procedimentos para o atendimento em curso com as famílias das crianças e dos adolescentes residentes no abrigo trabalhando diretamente junto à elas e também com os técnicos e educadores da instituição.

O projeto inicial, intitulado *Do Abrigo para Casa*, visou fortalecer e ampliar o trabalho desenvolvido com as famílias, tendo como metas a aproximação, conscientização e promoção de mudanças na realidade familiar, com vistas à reinserção familiar, conforme prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Para atingir estes objetivos, a concepção do projeto valeu-se das seguintes estratégias:

- em relação às crianças, a alternativa encontrada foi o estabelecimento de um processo de terapia em grupo, que ocorresse dentro do espaço do abrigo e tivesse o objetivo de fortalecê-las para o momento de retorno familiar ou desabrigamento;
- em relação aos pais e familiares, o estabelecimento de um atendimento familiar de base e orientação sistêmica, além de grupos de orientação familiar a partir de temas escolhidos de acordo com as necessidades e interesses do grupo de famílias;
- em relação à equipe do abrigo, treinamento e supervisão para avaliar a repercussão institucional da mudança nas ações diretas com as famílias;
- ainda em relação às famílias, houve a ampliação e o aumento da frequência das visitas familiares domiciliares, definindo suas estratégias, objetivos e avaliando sua repercussão.

Concomitantes e integradas, estas atividades estariam sob supervisão e responsabilidade da diretora geral do Gotas de Flor com Amor, Denise Robles; da coordenadora do abrigo na ocasião, Vivian da Cunha Soares Garcia; e também da técnica Miriam Samaritano. O trabalho com o público beneficiado seria conduzido por três profissionais contratados: uma psicóloga para atender às crianças em grupo, uma terapeuta familiar e um professor de dança, também para desenvolver um resgate da autoestima dos atendidos por meio do recurso corporal. Neste momento, ainda não havia previsão de contratação de um profissional específico pelo projeto para o trabalho junto aos educadores, o que foi revisto ao longo do desenvolvimento do projeto.

Ampliando a convivência familiar

A preocupação com o processo de reinserção familiar esteve presente no horizonte e na filosofia de funcionamento do abrigo Anália Franco desde a sua fundação. O abrigo sempre esteve aberto às visitas familiares nos finais de semana e durante a semana, mediante agendamento. No entanto, havia uma preocupação por parte da equipe técnica no sentido de aperfeiçoar o trabalho realizado, possibilitando uma intervenção regular mais ampla e efetiva junto às famílias.

Na época, esta possibilidade de aprofundamento do trabalho foi relacionada à figura do profissional psicólogo, mais especificamente de um terapeuta familiar, que pudesse centralizar suas ações em entender e traçar um plano de trabalho individualizado para as famílias baseado em sua história e seus conflitos. Este profissional também seria responsável por acompanhar o percurso desta família após o desabrigamento ao longo de um ano.

Havia uma dificuldade de estruturação do trabalho como as famílias no que dizia respeito à regularidade e comprometimento destas com a situação de crise e consequente processo de abrigamento de seus filhos, acarretando, muitas vezes, o afastamento gradual dos membros destas famílias em relação às crianças e adolescentes no abrigo. Diante deste diagnóstico e da possibilidade de se desenvolver um projeto de trabalho, foram contratados três profissionais externos à equipe técnica: a assistente social e terapeuta familiar Aurimeire Castilho Moreira, a psicóloga clínica Solange Regina Araújo da Silva e o psicólogo Adriano Faustino de Oliveira, que realizou uma intervenção organizacional junto aos educadores.

Após a seleção e contratação destes profissionais, a abordagem com os pais e familiares teve início por meio de uma estratégia coletiva, na qual filmes e palestras foram os recursos utilizados para problematizar os principais conflitos vivenciados pelas famílias. Esses encontros aconteceram no espaço físico do abrigo e foram coordenados pela psicóloga Solange e pela terapeuta familiar Aurimeire. O ganho central deste momento foi a possibilidade de os familiares se ouvirem e ponderarem acerca das dificuldades, próprias e de outras famílias, relativizando seus próprios problemas.

Nesta fase, também houve uma aproximação das famílias em relação ao espaço físico do abrigo, à equipe técnica do Anália Franco e, principalmente, foi ampliada a convivência das crianças com suas famílias. O foco desta intervenção foi estreitar o vínculo de confiança entre famílias e técnicos do abrigo e iniciar a formação do vínculo com os profissionais contratados pelo projeto para desenvolver os atendimentos específicos com elas.

Após este período inicial, tiveram início de forma paralela os atendimentos familiares, os grupos de atendimento psicológico junto às crianças e a intervenção organizacional. A frequência de encontros entre as equipes foi quinzenal e nestes encontros foram abordados as histórias e os percursos de cada família e combinadas as linhas de procedimento destas equipes para as crianças e os adolescentes.

Atendimento terapêutico para as crianças

12 Psicóloga clínica, especialista em terapia de famílias e casais, com experiência de atendimento em psicoterapia de grupos: saúde mental e dependência química, membro da Clínica Travessia.

A psicóloga responsável pelo atendimento terapêutico em grupo para as crianças e os adolescentes residentes no abrigo,¹² Solange Regina Araújo da Silva, optou por dividir o grupo de crianças em dois subgrupos de acordo com a faixa etária: um grupo de crianças e outro de adolescentes. Este trabalho ocorreu no abrigo, semanalmente, entre os anos de 2004 e 2006.

O contato inicial da terapeuta com as crianças e os adolescentes não se deu de forma amistosa. Diversas vezes, estes se mostraram arredios e reticentes em relação ao sigilo essencial para o contrato de psicoterapia. Havia uma repetição de conflitos, tais como agressão, violência e rejeição entre os próprios integrantes do grupo, bem como em relação à própria terapeuta.

A proposta de intervenção foi a de que eles pudessem reconhecer suas dores a partir da escuta clínica. Devolver e nomear a cada um quais são suas dificuldades, para que pudessem sair de uma linha de atuação para a reflexão.

O primeiro passo foi a regularidade do grupo: Solange precisou reafirmar sua presença, mesmo após situações delicadas e difíceis. Em um segundo momento, por meio da escuta e da discussão com as crianças sobre os fatos e as relações que se estabeleciam no grupo, foi possível gradualmente estabelecer uma confiabilidade interna ao grupo e consequente processo de diálogo entre eles.

Este processo foi construído no espaço do grupo, mas também por meio de conversas estabelecidas com os educadores a respeito dos objetivos desse trabalho com as crianças e das suas repercussões institucionais. O entendimento por parte desses facilitou a intervenção, fazendo com que as crianças estivessem presentes nos horários e com maiores disponibilidade para o vínculo.

Em alguns momentos, foram necessárias intervenções e orientações individuais sobre alguma dificuldade específica de uma criança. **Este tripé – atendimento em grupo, reuniões específicas com os educadores e reuniões quinzenais com a equipe técnica do abrigo – resultou em um modelo de atendimento na instituição.** Apesar da difícil sustentação da escuta, foi realizado um atendimento regular ao longo de dois anos que pode trazer às crianças a experiência de pertinência a um grupo e as implicações desta posição: conhecer e reconhecer seus conflitos por meio da relação com seus pares.

O modelo de atendimento psicoterapêutico em grupo dentro da instituição mostrou-se efetivo em sua possibilidade de mediar os conflitos cotidianos vivenciados pelas crianças e pelos adolescentes. No entanto, mostrou-se limitado em estabelecer uma relação de confiança para maior aprofundamento da dinâmica de cada criança e da compreensão subjetiva de quais dificuldades estavam atravessando, elementos necessários para que o atendimento clínico possa ser um espaço de reflexão e continência para cada um. Nesse sentido, a perspectiva de continuidade do trabalho clínico, decidida diante de um processo de avaliação, é a do encaminhamento a especialistas das crianças que necessitavam de atendimento individualizado, fora do abrigo.

Terapias familiares: um sucesso

O trabalho de terapia familiar foi realizado pela assistente social e terapeuta familiar Aurimeire Castilho Moreira.¹³ Seu referencial teórico, o do atendimento familiar de orientação sistêmica, contribuiu para que a profissional tivesse uma visão ampla e interligada sobre a complexidade do atendimento às famílias por parte do abrigo: a visão das crianças e dos adolescentes, a visão da equipe técnica, a visão dos educadores, dos familiares e dos técnicos do Poder Judiciário.

¹³ Assistente Social, especialista em terapia de casais e famílias, pós-graduada em Psicologia Social – UFES e pós-graduada em Terapia Junguiana – Santa Casa/SP, membro efetivo da Clínica Travessia, supervisora clínica de estudantes e profissionais da área terapeuta clínica.

O principal desafio encontrado para desenvolver a proposta de atendimento direto às famílias foi o de aproximar os familiares de suas histórias de vida para compreenderem quais conflitos estavam vivendo. Só depois disso seria possível pensar em recursos e soluções possíveis para reorganização das famílias e o subsequente desabrigo das crianças e dos adolescentes. Reuniões com a equipe técnica e com os educadores problematizavam as histórias e conflitos familiares para que se pudesse compreender diferentes pontos de vista, sempre partindo do pressuposto de não julgar ninguém.

Privilegiando o trabalho grupal, as equipes refletiram sobre a recepção e o atendimento dos responsáveis pelas crianças e as estratégias de atendimento familiar. Filmes e palestras entraram, como auxiliares, com o objetivo de aprofundar conhecimentos sobre os temas abordados no trabalho em grupo.

O início do trabalho com os educadores possibilitou a percepção dos sentimentos que o abrigo das crianças lhes causavam: abandono, desamparo, indignação. A compreensão por parte dos educadores acerca do contexto dos abrigamentos fez com que os familiares fossem bem recebidos no abrigo nos momentos de visita e pudessem se aproximar sem enfrentar uma postura de julgamento, culpabilização e recriminação por parte dos educadores.

O trabalho com as histórias de vida, o aprofundamento dos motivos do abrigo das crianças e das situações de extrema vulnerabilidade nas quais muitas vezes as famílias se encontravam foi possibilitando uma alocação simbólica destas no espaço do abrigo. Falar sobre elas, informar os educadores e deixá-los pensar sobre as dificuldades deles próprios no encontro com as famílias foi a chave para que a porta do abrigo estivesse aberta para viabilizar o atendimento individualizado.

A concepção de acolhimento debatida no abrigo foi a de que as crianças e os adolescentes chegam ao abrigo com suas histórias, suas marcas; o papel do educador é acolhê-las, a partir de toda esta complexidade, começando pelas repercussões subjetivas em cada um deles.

A segunda etapa do trabalho foi um convite para que pais e responsáveis, em grupo, pudessem vir ao abrigo participar de debates e palestras sobre temas básicos de autocuidado. Tal estratégia foi definida como sendo uma “redefinição positiva de papéis”, de modo que tivessem clareza sobre suas dificuldades e as de outras famílias. O conceito neste momento era o de aproximar as famílias do abrigo e conhecê-las melhor, estabelecendo a perspectiva de grupo e da não vitimização em relação à própria história.

“Não é do seu jeito, mas do jeito que a família consegue. Vamos cuidar desta família, ver quais são as dificuldades dela.”
Miriam de Oliveira Mesquita,
técnica do abrigo

“Hoje, nos finais de semana, as crianças acordam cedo e começam a esperar a família, isto exige atenção e trabalho do educador.”
Lucivani Vieira dos Santos,
educadora do abrigo

Uma terceira etapa foi iniciada com sessões de terapia familiar. Estes atendimentos seguiam o seguinte procedimento: sessões separadas entre pais e crianças e, na medida do possível, juntava-se pais e filhos com objetivo de que aqueles contassem às crianças suas histórias de vida, inclusive os motivos do abrigo.

A possibilidade de ouvir sua história, segundo a intervenção da profissional, possibilitou às crianças compreenderem as dificuldades e os conflitos atravessados por suas famílias para que a situação de crise familiar e conseqüente abrigo ocorresse. Ao todo, 56 famílias foram beneficiadas ao longo de quatro anos de trabalho.

	2004	2005	2006	2007
crianças	22	26	29	31
famílias	11	14	15	16

Fortalecimento organizacional

A demanda por um trabalho com perfil organizacional foi construída a partir da necessidade de se pensar e planejar o cotidiano do abrigo, dimensionar as funções de cada membro da equipe (coordenador, técnico, educadores, auxiliares) e de se propiciar um espaço de escuta para as dificuldades dos profissionais no abrigo individualmente. O trabalho foi desenvolvido com frequência regular no espaço do abrigo pelo psicólogo¹⁴ Adriano Faustino de Oliveira.

14 Adriano Faustino de Oliveira.

Foi possível, para os educadores, abordarem individualmente temas tais como as dificuldades com seus pares, com a equipe técnica e, assim, refletirem acerca da especificidade de seu papel de educadores na instituição e a constituição do trabalho em equipe, que demanda o diálogo e o entendimento entre os educadores devido à complexidade do cotidiano e da natureza conflituosa da rotina institucional.

A proposta de educar as crianças de forma coletiva também foi a ponte para a discussão do vínculo destas com seus pais e familiares, que muitas vezes ocorriam de forma resistente, exaltando rivalidades e incompreensões.

Além da escuta dessas dificuldades dos educadores, também foi desenvolvido, por parte do profissional, um trabalho direto com a coordenação da instituição. Desta forma, foi possível se criar em conjunto uma estratégia para o planejamento da carreira dos educadores (muitos avançaram em sua formação, inclusive iniciando cursos em faculdades), da integração e continuidade de suas funções cotidianas, além do acom-

“Existe um lugar para parar e falar, então deixa eu olhar primeiro em mim o que está acontecendo.”
Lucivani Vieira dos Santos, educadora do abrigo

“Hoje existe troca, todos olhando para a mesma criança, cada um tem seu lugar na equipe.”

Miriam de Oliveira Mesquita,
técnica do abrigo

“A equipe estava aberta à troca de informações, somando os trabalhos.” Aurimere Castilho Moreira

panhamento e avaliação do trabalho desenvolvido no abrigo ao longo do tempo.

Composição das equipes

Um aspecto importante a ser ressaltado ao longo do desenvolvimento do projeto é o da integração das equipes envolvidas no trabalho com as famílias: compuseram o trabalho duas equipes, uma contratada pelo abrigo (coordenadora, técnica, educadores) e uma segunda composta por três profissionais parceiros que desenvolveram projetos específicos.

O profissional não pertencente ao cotidiano institucional foi visto como aquele com possibilidade de construir caminhos novos, ações conjuntas e criativas no sentido de driblar as dificuldades inerentes a qualquer projeto com famílias nos abrigos. Inicialmente, a concepção era a de que profissionais de fora da instituição, por meio de seu olhar “terapêutico”, pudessem realizar o trabalho com as famílias.

A parceria entre as equipes se deu de forma gradual e foi a matriz para a compreensão de que o abrigo pode e deve estabelecer diálogo e troca com várias instituições, principalmente com as famílias.

A troca de experiências e informações de forma clara sedimentou o trabalho técnico no abrigo, sendo a equipe (coordenação e técnico) a referência para a discussão, as tomadas de decisões e a elaboração de um plano de atendimento individualizado às crianças atendidas, bem como para suas famílias.

Garantia de continuidade

Este amplo trabalho com duração de dois anos deixou algumas propostas de continuidade. A própria manutenção e regularidade do trabalho já em andamento, os atendimentos familiares, as reuniões de equipe prioritariamente constituem eixos centrais do que seria fundamental para que o lugar conquistado em relação ao trabalho com as famílias permanecesse sendo alimentado na prática.

Nesta experiência de intervenção, o olhar do estrangeiro, aquele que não esteve presente no cotidiano da instituição, como a terapeuta familiar, por exemplo, tornou-se fundamental para a criação de novas estratégias e pode construir, junto à equipe técnica do abrigo, outras formas de leitura e atendimento às famílias.

Os diferentes profissionais envolvidos no projeto destacaram alguns pontos positivos do projeto:

- ampliação e integração maior com as instituições parceiras na rede, sendo a escola a mais citada para o desenvolvimento de uma discussão acerca das especificidades do trabalho em abrigos.
- aproximação maior dos familiares em relação ao cotidiano escolar.
- troca maior de informações com profissionais de projetos parceiros, tais como médicos, psicólogos etc.
- ampliação do reconhecimento e trabalho do abrigo na comunidade, aumentando, dessa forma, as possibilidades de reinserção das crianças nos locais próximos aos lugares de moradia dos familiares.
- trabalho específico sobre sexualidade com os educadores.
- encaminhamentos de psicoterapia individual para algumas crianças.

Todas estas propostas tiveram suas sementes plantadas por um projeto que apontou para a importância do trabalho em rede e da aproximação intensa com as famílias, além de, para o caráter fundamental do diálogo entre a equipe, composta por profissionais diversos, corresponsáveis pelo atendimento às crianças.

Uma das preocupações centrais da direção do Gotas de Flor com Amor é a manutenção financeira do projeto.¹⁵ Neste momento, busca-se renovar parcerias para o andamento do trabalho. Aponta-se esta como uma questão fundamental para a sustentabilidade dos projetos técnicos desenvolvidos nos abrigos.

15 O projeto, em 2004/2005, foi subsidiado e construído com a verba do Programa Abrigar e, em 2006, sua continuidade foi garantida pelo projeto Nossas Crianças, da Fundação Abrinq.

Aprendizagens

O percurso do projeto na instituição Gotas de Flor com Amor nos convoca a dimensionar alguns pontos fundamentais para o atendimento com as famílias nos abrigos.

1. Conhecimento acerca das histórias das crianças e construção de um projeto de atendimento para estas e suas respectivas famílias.

Um dos passos iniciais do projeto foi reunir informações sobre o contexto de abrigamento e especificidades do processo de cada uma das famílias das crianças e dos adolescentes atendidos. Estas informações, unificadas pela equipe técnica do abrigo, a partir de solicitações aos órgãos de encaminhamento (conselhos tutelares e varas de infância e juventude), devem ser registradas e trabalhadas com todos que lidam com as crianças em seu cotidiano, construindo conjuntamente um diagnóstico sobre a criança, suas necessidades específicas e encaminhamentos durante o abrigamento (plano de atendimento individualizado), bem como uma linha de ação junto com as famílias que as comprometam e aproximem das crianças e dos adolescentes, facilitando, desde o momento inicial, o processo de desabrigamento.

2. A postura de inclusão da família.

Conhecimento de sua história, escuta técnica e planejamento de ação, articulação com o Poder Judiciário e instituições corresponsáveis no abrigamento, construção e discussão deste planejamento junto com os educadores. Isto poderá preparar o abrigo a receber e trabalhar de fato para reinserção familiar.

3. A interlocução com projetos e profissionais parceiros.

Pode ser eficiente para a construção do trabalho no abrigo a participação de profissionais externos, desde que esteja articulada e seja construída em estreita colaboração com a equipe técnica, permitindo a troca de informações regular entre os membros parceiros.

4. O processo de avaliação e sistematização do trabalho.

É fundamental para que o caráter de construção conjunta e pactuada como um processo de corresponsabilidade por resultados e produções fique estabelecido.

O abrigo pode acolher todas as histórias: as das crianças e dos adolescentes que, em um momento específico de sua vida, necessitaram de proteção, as das famílias que puderam contar com o abrigo como parceiro responsável ao longo de um tempo crítico em seu percurso, as dos trabalhadores dos abrigos, que têm de sustentar diariamente conflitos difíceis, questionando-se e construindo seu papel e identidade profissional como educadores e, finalmente, as histórias futuras, sonhos e projetos que essas crianças e esses adolescentes ainda construirão pela vida, tendo a lembrança de um abrigamento respeitoso e consistente que os projetou para o futuro. 🌱

“O trabalho do técnico não é dar colo, mas saber o que acontece com cada um dentro do abrigo e ser referencial.”

Adriana Soares Schanoski,
coordenadora do abrigo

Sobre a sistematização

O caminho trilhado pelo processo de sistematização também merece reflexão, pois se constituiu em um ponto de cruzamento e conhecimento por parte dos técnicos, que não trabalhavam no abrigo na época da execução do projeto, sobre os pontos de aprofundamento do trabalho com as famílias e sua repercussão institucional.

A possibilidade de reunir alguns dos profissionais que estavam presentes e de retomar aspectos da realidade institucional

antes do desenvolvimento deste trabalho permitiu o diálogo e abriu espaço para que cada qual expusesse suas preocupações e construísse suas perspectivas de trabalho daqui para frente.

Ao falar sobre o trabalho e ouvir a posição dos colegas, equipes passadas e recentes puderam visualizar sua preocupação comum, a condução do trabalho no abrigo, e perceber o quanto cada qual tem um lugar e uma contribuição fundamentais para a construção de um trabalho coletivo com objetivos definidos, a partir de uma visão de infância e de abrigo comuns.

A criança chega ao abrigo e traz consigo sua maleta de história, sentimentos, compreensões e incompreensões. Acolhê-la implica ouvir, discutir e construir um planejamento de atendimento que inclua esta história e pense, a partir de sua singularidade, caminhos de intervenção, acolhimento e planejamento da ação no abrigo.

O material de trabalho nesta caminhada conjunta: a compreensão das histórias, a inclusão das repercussões do atendimento às crianças por parte de cada profissional envolvido no trabalho e, a partir da junção de todas estas informações, o trabalho técnico, traduzido pelo olhar atento, a discussão regular e a construção de procedimentos de trabalho, registro e avaliação dos caminhos percorridos.

Neste sentido, o processo de sistematização mostrou-se importante para a construção de um caminho coletivo e a sedimentação do percurso técnico conquistado por todos os componentes da instituição. Afastar-se da prática, refletir sobre ela e registrá-la conduziu seus profissionais a dimensionar o que podem construir juntos daqui em diante.

Para saber mais

- ESTATUTO da Criança e do Adolescente, Lei n. 8069, de 13 de julho de 1990; São Paulo: Cortez Editora, 1991.
- EQUIPE PROGRAMA ABRIGAR. Coord. Myriam Veras Baptista. *Abriço, comunidade de acolhida e socioeducação*. São Paulo: Instituto Camargo Correa, 2006.
- MARIN, Isabel da Silva Kahn. *Febem, família e identidade, o lugar do outro*. 2. ed. São Paulo: Escuta, 1999.
- ROUDINESCO, Elisabeth. *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- KAES, René. *A Instituição e as instituições: estudos psicanalíticos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1991.
- RITA C. S. Oliveira. *Quero voltar para casa*. São Paulo: AASPTJ/SP, 2007.

O Grupo Assistencial e Promocional São Januário foi fundado em 1980 por iniciativa de um grupo de jovens, moradores do bairro da Mooca e pertencentes à Paróquia de São Genaro, com a finalidade de prestar assistência às famílias que enfrentavam problemas com as enchentes. Dedicado à educação, à integração de crianças e adolescentes, com famílias de baixo poder aquisitivo ou em situação de risco, a instituição social é formada por quatro centros de educação infantil, dois abrigos e um CRECA. Conveniada com a Prefeitura de São Paulo, a São Januário atende 540 crianças e adolescentes. O GAPSJ tem como princípio norteador a qualidade dos trabalhos assistenciais desenvolvidos por profissionais.



capítulo 4

SÃO JANUÁRIO: EM BUSCA DAS FAMÍLIAS

LYGIA TIBIRIÇÁ HÜLLE*

Procurar estabelecer uma ponte de confiança, descobrir a realidade das famílias e, a partir desta relação, criar formas de fortalecê-las para que possam retomar seus filhos – este foi o desafio assumido pelos abrigos do Grupo Assistencial e Promocional São Januário com o Projeto Reconstruindo Vínculos. Iniciado em 2004, com a contratação de novos profissionais, o projeto trouxe um novo olhar sobre o trabalho possível no dia a dia dos abrigos.

Conhecer cada família e trabalhar para que os vínculos sejam reconstruídos é a tarefa principal do grupo envolvido nesse projeto.

“Caçadoras de famílias”

Foi uma criança que deu o apelido de “caçadoras de famílias” às profissionais do Projeto Reconstruindo Vínculos. Ele reflete bem a realidade do trabalho: as profissionais tornaram-se verdadeiras “caçadoras de famílias” buscando os familiares de crianças e adolescentes moradores dos abrigos, para que pudessem retornar para casa o mais breve possível.

Mas desabrigar não é uma tarefa simples. Para os profissionais do projeto, significa conhecer o modo de vida dessas famílias e os motivos que as levaram a abrigar seus filhos. Para tanto, é necessário que se estabeleçam vínculos entre os profissionais

* Lygia Tibiriçá Hülle é pedagoga e psicóloga social. Especialista em grupos operativos, consultora em abrigos e instituições sociais, é coordenadora de grupo e sistematizadora do Programa Abrigar. Participaram do processo de sistematização: Ana Cristina Rodrigues – assistente de coordenação do Abrigo Aclimação e integrante da equipe idealizadora do projeto; Ana Paula Evangelista – coordenadora do Abrigo Vila Prudente – 1ª Assistente Social contratada pelo projeto; Ângela Fabbri – psicóloga do Projeto – 2005 e 2006; Braz Cândido – idealizador do projeto, coordenador do Abrigo Aclimação por ocasião de sua implantação; Enio Pessoa – advogado do projeto – 2004 a 2007; Iracy Martins – psicóloga – 1ª psicóloga contratada pelo projeto; José Luiz Lambstaim – presidente do GAPSJ; Karina Fontes – assistente social do projeto – 2007; Mônica Lima – assistente social do projeto – 2006; Rosilda Barbosa – idealizadora do projeto e coordenadora do Abrigo Vila Prudente por ocasião de sua implantação; Solange Laurentino – psicóloga do projeto – 2007.

e as famílias, para que haja uma ponte de confiança entre ambos, necessária para se realizar o trabalho. A importância da família no que diz respeito à educação de seus filhos precisa ser reconhecida, e os abrigos precisam facilitar a aproximação com os familiares. À medida que a família é excluída da rotina diária com os filhos, que as visitas são realizadas em horários difíceis e restritos, cria-se uma grande dificuldade para essa vinculação. A relação dos familiares com as crianças e os adolescentes vai se tornando cada vez mais frágil e o retorno para a família cada vez mais distante.

Os profissionais de abrigo estão se apropriando dessa realidade e procurando atender o que está proposto no Estatuto da Criança e do Adolescente nas diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e no Plano Nacional de Promoção Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar Comunitária, pensando em projetos para trabalhar com as famílias. E foi o que ocorreu com os abrigos da São Januário.

Nasce o projeto

Os coordenadores dos dois abrigos da São Januário foram percebendo a necessidade de trabalhar a família considerando a complexidade desse trabalho e o fato de que as equipes dos abrigos não conseguiriam atender à demanda das crianças e dos adolescentes mas a dos familiares.

Em 2003, ao participarem do processo de formação do Programa Abrigar, viram a oportunidade de elaborar um projeto focado no trabalho com as famílias. Chamaram-no “Reconstruindo Vínculos”. Foi um projeto pioneiro para a instituição, pois até então os projetos se restringiam a doações realizadas por voluntários ligados à entidade mantenedora.

O projeto teve início em 2004, estando ligado aos dois abrigos, numa postura de parceria e complementaridade, sendo que cada um elaborou seu próprio cronograma e suas atividades. Uma equipe específica, constituída por um advogado, uma assistente social e uma psicóloga, foi contratada especialmente para desenvolver esse trabalho. Todas as famílias (de ambos os abrigos) passaram a ser atendidas pelo projeto. O trabalho foi constituído pelas seguintes ações:

1. visitas domiciliares;
2. encontros com famílias no abrigo;
3. entrevistas com familiares;
4. registro das informações e elaboração de relatórios;
5. reuniões sistemáticas para discussão de casos com os coordenadores dos abrigos;
6. acompanhamento após a saída do abrigo;
7. espaço para formação.

Ações do projeto

1. Chegar lá: as visitas domiciliares

Conhecer a família em sua própria realidade, em seu ambiente, em sua forma de se organizar no espaço, muitas vezes repleto de riscos e dificuldades, é considerado fundamental pelos profissionais. Desta forma, organizam-se visitas regulares a cada família, realizadas pela assistente social e pela psicóloga do projeto. O comparecimento à moradia demonstra quanto os profissionais querem conhecer as famílias em sua própria forma de viver.

O comparecimento à moradia demonstra quanto os profissionais querem conhecer as famílias em sua própria forma de viver.

“Realizamos visitas em locais que o caminhão de entregas da Casas Bahia só chegava escoltado.”

Outras vezes, precisaram do auxílio dos líderes comunitários que os acompanhavam até a moradia. Correram riscos quando estes não puderam acompanhá-los, mas o importante era chegar até os familiares e isto os impulsionava a vencer os empecilhos.

Os técnicos apresentam-se para as visitas da mesma maneira que comparecem para trabalhar, sem precisar usar sapatos e roupas mais simples ou velhas. **O fato de não se “fantasiarem” com roupas que desmerecem a ocasião, e de comparecerem à moradia, mostra aos familiares o quanto eles são considerados importantes e o quanto os profissionais querem conhecê-los em sua própria forma de viver.**

Nessas visitas, eles procuram observar e ouvir o sofrimento dos adultos e das crianças focando seu olhar no aspecto afetivo e colocando a família à vontade para conversar sobre diversas questões.

“Era o contato, o tato, o abraço, não havia recurso financeiro.”

Buscam também sensibilizar a família para o vínculo com os filhos, relatam informações sobre sua vida no abrigo, se estão precisando de mais visitas, e apontam o quanto as crianças e os adolescentes gostariam de voltar para casa, apesar de todas as dificuldades vividas.

Instrumentalizar esta família é considerado fundamental, pois, na medida em que os familiares se desenvolvem e se valorizam, a saída do abrigo acontece. Nesse sentido, procuram potencializar e reforçar as qualidades e conquistas dos familiares no seu papel protetivo.

“Elogiamos as pequenas conquistas, reforçamos suas capacidades, seu potencial.”

“Em uma visita que realizei com a criança, ela foi mostrando o campo onde jogava futebol. Senti não ter uma máquina fotográfica, porque era a história da vida dela.”

Aos poucos, vão descobrindo os recursos locais, a relação da família com outros familiares, com os vizinhos e com a comunidade. Aparecem novas referências que podem colaborar no apoio às crianças, aos adolescentes e aos próprios adultos.

Durante as visitas, são estabelecidos “combinados” com os familiares, e os profissionais comparecem na data prevista para acompanhar o andamento desses “combinados”. Algumas vezes as crianças acompanham os profissionais nas visitas domiciliares aos seus familiares. Estes momentos são considerados de grande riqueza, pois podem aprender mais sobre a realidade da criança. “Numa dessas visitas as crianças nos mostraram um caminho para entrar na favela, muito mais fácil do que havíamos utilizado na primeira visita.” E para elas, são momentos de encontro e reconstrução da própria história.

“Numa dessas visitas, as crianças nos mostraram um caminho para entrar na favela, muito mais fácil do que havíamos utilizado na primeira visita.”

Outras vezes, as ações dos familiares surpreendiam os profissionais. Ao chegarem à casa do pai de uma das crianças, depararam-se com a placa: “Vende-se o barraco”. Toda ação planejada considerava a propriedade do barraco, mas, ao realizar a visita domiciliar, o pai afirmou que não precisava de um barraco tão grande. Os profissionais tiveram de repensar a própria ação, os seus valores e mudaram a trajetória estipulada desenvolvendo novos caminhos.

“Percebemos que o que víamos como necessidade não era necessidade deles. Íamos com propostas que não correspondiam ao que pensavam ou desejavam. Precisávamos acolher, sem críticas: o caminho era deles, o ritmo era deles.”

As frustrações resultaram em novas aprendizagens da equipe.

“Muitas vezes voltávamos arrasados da visita domiciliar, mas essas frustrações contribuíram para o desenvolvimento de uma visão e uma sensibilidade para a realidade.”

2. Descobrir o outro: reuniões com as famílias

O acolhimento e a conquista das famílias também acontecem graças aos encontros promovidos dentro do abrigo. Criar um espaço para que pudessem discutir seus problemas e compartilhar suas experiências com outros familiares foi outra estratégia definida no projeto. **Ao favorecer a percepção de que não se está só, que não se é o único a apresentar dificuldades, o grupo contribui para que cada um se fortaleça e se desenvolva, aprendendo a se expressar e se relacionar.** As reuniões

também permitem observar em outra situação a relação entre as crianças, os adolescentes e seus familiares.

Com periodicidade mensal, os encontros são preparados com antecedência pelos profissionais do projeto. Ao organizar a pauta, escolhem os casos que interessam a todo o grupo e refletem problemáticas dos familiares, mas sem identificá-los. Estes, se quiserem, podem se identificar e são apoiados pelos profissionais e pelos demais participantes. Outras vezes, são preparadas dinâmicas que favoreçam aos pais se expressarem e perceberem situações.

Da equipe, participam os profissionais do projeto (assistente social, psicóloga, advogado) e os coordenadores dos abrigos. Da família, são convidados mães, pais, avós, avôs, tios ou outros adultos que sejam referência na história da criança. Mas esta presença é uma conquista contínua e, muitas vezes, motivo de frustração para a equipe.

Vários “atrativos” foram sendo experimentados pela equipe, sempre que o orçamento permitiu: convite para cafés da manhã, organização de almoços etc. O comparecimento foi variável e a frequência foi se desenvolvendo. Havia pais que compareciam a todas as reuniões, outros apenas em algumas. Mas é certa a importância que esses momentos passaram a ter para as famílias.

“Um dos pais que conseguiu um dinheiro, com a venda do seu barraco, fez questão de usar uma parte para comprar uma calça e uma camisa sociais para comparecer aos encontros.”

O valor das reuniões é reconhecido pelos profissionais, mas hoje o grupo entende que poderia ter explorado ainda mais as reuniões propiciando uma maior troca entre os familiares, pois estes conhecem mais a própria realidade e os recursos de seus bairros.

3. Momento particular: entrevista de acompanhamento

Determinadas famílias apresentam necessidades específicas e precisam ser atendidas em suas particularidades. Nestes momentos, são realizadas entrevistas individuais com os familiares. Elas podem acontecer logo após o encontro coletivo ou em qualquer momento solicitado pelos familiares ou percebido pela equipe. Os profissionais da equipe são os responsáveis pela realização da entrevista.

4. Manter o vínculo após a saída

Após a saída do abrigo, tanto a criança quanto a família continuam sendo acompanhadas.

Este acompanhamento é realizado pela equipe do projeto, que realiza visita domiciliar ainda no primeiro mês da saída do abrigo. **Quanto maior grau de dependência da família com a equipe e do vínculo da criança ou do adolescente**

“Os dados constantes no prontuário não são uma verdade única e acabada. Depois da visita, muitas vezes voltávamos com outra história.”

com o abrigo, mais frequentes devem ser os contatos com a família durante um período mínimo de seis meses.

As ações variam de acordo com a necessidade de cada caso, as quais são discutidas e decididas junto com a coordenação do abrigo. Algumas famílias necessitam, além das visitas, de telefonemas periódicos. Há casos em que eles fazem o contato com o abrigo, o que acontece normalmente com os jovens que completaram 18 anos e que visitam o abrigo com certa frequência.

Esse acompanhamento tem revelado que os processos de saída têm sido tranquilos – uma conquista do próprio trabalho realizado. Até o momento, nenhum caso de retorno ao abrigo foi registrado.

5. Valorizar o registro

O registro das informações sobre a criança e sua família é valorizado o tempo todo – tanto no sentido de considerar registros anteriores quanto de cuidar do registro do processo presente.

Antes de qualquer contato com a família, são lidas as informações que constam do prontuário da criança ou do adolescente ao chegar ao abrigo. Mas é sempre apenas um ponto de partida.

A história dessas diferentes famílias, bem como as impressões e as observações da equipe, é organizada em um relatório encaminhado ao coordenador do abrigo, que decide o momento de encaminhá-lo à Vara da Infância e da Juventude.

6. Rotina de reuniões com os coordenadores dos abrigos

O percurso de cada família no projeto, assim como a adaptação das crianças e dos adolescentes nos abrigos, é discutido e refletido pelos profissionais do projeto e pelos coordenadores do abrigo em reuniões conjuntas e sistemáticas.

O objetivo dessas reuniões é o aprofundamento do estudo dos diferentes casos e a troca de informações sobre a evolução dos familiares e das crianças e dos adolescentes visando a uma ação comum para a concretização da reintegração familiar num breve espaço de tempo.

7. Espaço para formação

A complexidade do trabalho com famílias exige uma preparação permanente da equipe. A experiência é compartilhada entre os profissionais que estão no projeto e os que estão começando ou vão começar a trabalhar. Os profissionais mais antigos passam sua experiência, apresentam textos para leitura, solicitam a participação dos mais novos nas diferentes ações dos projetos.

A troca constante entre os profissionais e a compreensão da realidade possibilitam aos técnicos a revisão de seus próprios valores e o desenvolvimento de

um novo olhar, que os faz discriminar os desejos, os valores dos familiares dos seus próprios desejos e valores.

Esta revisão é necessária, pois **o profissional, muitas vezes, é formado para ser apenas um crítico da realidade; mas, com as famílias, o ponto principal não é criticar, e sim acolher essa família.** Refletir sobre as ações não só tem propiciado a preparação dos novos profissionais, como também revelado e consolidado princípios norteadores para as ações desenvolvidas pelo projeto.

“Esse trabalho exige uma sensibilidade e um respeito extremo. É preciso deixar seus valores de lado. É um processo de reeducação.”

Princípios para a ação junto à família

O desenvolvimento do projeto Reconstruindo Vínculos tem revelado e consolidado princípios orientadores para esse trabalho com a família.

- Sempre acolher a família. Para isso é imprescindível que seus desejos, necessidades e dificuldades sejam considerados.
- Ampliar o olhar para a família. Significa não focar só no desabrigo dos filhos, mas no desenvolvimento pessoal das famílias. “O fundamental no trabalho com as famílias é fortalecer a pessoa, a sua autoestima.”
- Fortalecer a família. O trabalho visa ao desenvolvimento da autonomia das famílias, e não a suprir todas as carências. “A família tem segredos, precisávamos perceber o oculto, descobrir os segredos para depois verificar o que a família precisava, para poder intervir.”
- Atentar para o afeto. É importante ver o vínculo afetivo dos familiares com as crianças e os adolescentes, as possibilidades de cuidados e proteção que esta família pode proporcionar ou mesmo os riscos que ela pode oferecer para crianças e adolescentes.
- Apoio financeiro à família é sempre complementar. A reintegração à família não pode estar condicionada ao auxílio financeiro. Ele é complementar e importante, mas não o fundamental para a garantia da vida em família. Os recursos financeiros e o apoio à família podem dar condições básicas para o desenvolvimento pessoal, a melhoria do relacionamento familiar, a busca da autonomia, como também para dar segurança inicial para os adolescentes de 18 anos que não têm família. “O projeto é reconstruir vínculos. Se estiver ele atrelado apenas ao valor financeiro, perde o objetivo.” “Para os adolescentes que não têm família, esses recursos são necessários e são utilizados para eles montarem suas casas.”
- Não é fácil promover o retorno da criança e do adolescente à vida familiar. Isto é um processo, com tempo e ritmos próprios. É um trabalho que exige paciência e qualidade. “Tem que ter ação, e não pressão.”

Bons frutos

Os dados sobre o retorno à família a partir da implantação do projeto são o resultado concreto do trabalho realizado pela equipe, conforme o quadro abaixo.

Ano	2003	2004 início do projeto	2005	2006	2007 até julho	total
Abrigo Vila Prudente: crianças e adolescentes que retornaram às famílias	0	1	3	7	3	14
Abrigo Aclimação: crianças e adolescentes que retornaram às famílias	0	2	3	4	2	11



A HISTÓRIA DE CÍCERA E SEU IRMÃO JAIR

São Paulo, 15 de Novembro de 2004.

Meu nome é Cícera, tenho 31 anos, sou casada, tenho três filhos. Antes de existir esse projeto eu me sentia muito confusa em meus sentimentos em relação ao Jair, que é meu meio irmão, que se encontrava abrigado, eu gostaria de acolhê-lo, mas, por outro lado, existia algo dentro de mim que eu não conseguia entender por que me negava a fazer isso.

Tinha tudo para dar certo, com o tempo, descobri que não havia mais motivo para eu ficar colocando desculpas, “o empecilho era eu mesma”, mas por quê?

Foi quando, em uma visita da psicóloga Iraci e da assistente social Ana Paula, eu me senti muito à vontade para me abrir com elas, e contei a elas da minha infância de humilhações e maus tratos da parte de meu pai, que também era pai do Jair, hoje falecido. Raciocinei junto com elas que, em minha mente, meu pai ainda estava vivo, talvez por eu não ter ido ao seu funeral.

E o Jair, em minha mente, fazia com que eu revivesse todo aquele trauma, inclusive sua presença dava a sensação que meu pai voltaria a qualquer momento. Elas me fizeram acreditar que eu teria que enterrar meu pai e que ele não voltaria. Confesso que não foi fácil, pois foram muitos anos de tortura, e não é de um dia para o outro, mas, com o tempo, e depois de muita reflexão e esforço de minha parte, tive um progresso significativo e pude compreender que meu irmão não é uma ameaça para mim, tampouco uma sombra de minha infância, e que o amo, como amo os outros irmãos, e que ele faz parte de minha família, e que é tão vítima quanto eu, ele precisava de mim e eu devia ser solidária.

Hoje estamos juntos e felizes, temos algumas marcas, mas acredito que, com o tempo, tudo vai ser superado.

Muito obrigado, de coração, pela grande ajuda, e que Deus os abençoe e que consigam ajudar outros que estão necessitados como nós estávamos.

Que Deus os abençoe!!!

Cícera

(Muito obrigado, de Jair Rodrigues)

A carta de Cícera testemunha as mudanças construídas pelo projeto. Com as visitas, conversas e reuniões, as famílias começaram a se mobilizar, a sair de sua apatia inicial e nunca mais foram as mesmas.

A realidade muitas vezes gerava uma atitude de impotência e incapacidade para resolver seus problemas, colocando as famílias numa posição de vítimas que esperavam do juiz, do promotor, do abrigo e, por fim, do governo a solução para suas dificuldades.

“Conseguimos mexer em famílias que tinham seus filhos abrigados há seis anos. Estavam cristalizadas.”

Os motivos que levam ao abrigamento são diversos e estão ligados à situações-limite, como alcoolismo, drogadição, falecimento de um dos pais. São vivências que exigem muito esforço para a construção de alternativas de enfrentamento. Todos os casos revelam a ausência de serviços das políticas sociais para as famílias mais vulneráveis dos bairros populares. Os profissionais enfrentaram essa realidade cotidianamente buscando ações que favoreçam a mudança esperada.

“Todos nós ganhamos: as crianças, as famílias e os profissionais.”

Desencontros e dificuldades

O processo de saída da criança e do adolescente do abrigo não envolve só conquistas, mas também dificuldades.

Crerios diferenciados para o abrigamento. Certos abrigamentos são realizados tendo como base um único aspecto da realidade (idade do responsável ou problema de saúde do familiar), sem que haja uma análise de todo o contexto da família. Esta visão parcial ocasiona abrigamentos desnecessários e, nesses casos, torna-se mais difícil encontrar uma linha de trabalho para o retorno à família.

O profissional do abrigo e do projeto tem entrado em contato com os responsáveis por esses abrigamentos, para discutir essas visões diferentes e encontrar uma solução conjunta.

Idealização da família. A extrema idealização da situação familiar dificulta o trabalho. *“Idealizamos tanto a família, as condições ideais da moradia dos pais, que acabamos impedindo o retorno da criança à vida familiar.”* Os coordenadores dos abrigos, tentando proteger crianças e adolescentes, muitas vezes podem dificultar sua reinserção familiar.

Visões diferentes sobre o trabalho desenvolvido. Algumas vezes surgem desencontros decorrentes de visões diferentes sobre o trabalho, uns se voltando para a área técnica, outros mais para a área administrativa. Neste caso, estão se programando encontros entre essas áreas para se conciliar as necessidades técnicas do projeto com as questões administrativo-financeiras.

Falta de políticas públicas de apoio à família. A falta de políticas públicas voltadas para o atendimento da população em áreas como saúde, educação, trabalho e moradia frequentemente interfere no processo de fortalecimento das famílias e impede a volta das crianças para o convívio familiar.

Vivenciar todo esse processo com as famílias, percebendo todas as conquistas e dificuldades, contribuiu para os profissionais desenvolverem um novo olhar.

Novo olhar da equipe

A equipe também se transformou. Ao enfrentar a realidade das famílias, os técnicos, aos poucos, foram mudando sua visão sobre elas, construindo um novo olhar e modificando suas formas de atuação. Foi necessário começar a enxergá-las como realmente são, sem preconceitos ou julgamentos. Mas foi preciso todo um processo de aprendizagem até que se conseguisse chegar a esse novo olhar. E o projeto favoreceu essa aprendizagem.

“No começo, íamos com propostas como salvadoras da Pátria, ‘vamos salvar aquela família’, mas vimos que esse não era o caminho.”

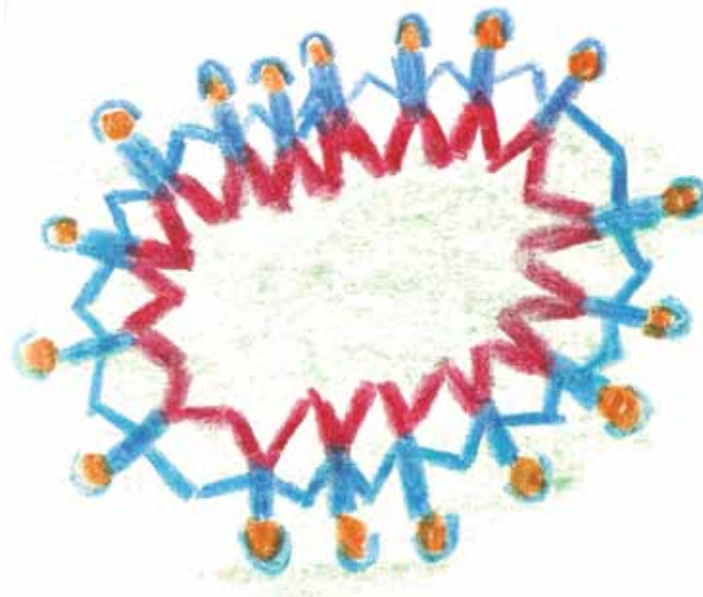
Ao encontrar sujeira nos barracos, por exemplo, logo pensavam como iriam dar um jeito naquilo. Mas, depois, as equipes perceberam que a sujeira incomodava a eles, não aos familiares.

“Percebemos que o que víamos como necessidade não era a necessidade deles.”

No desenrolar das ações, os profissionais foram constatando que essas atitudes não eram decorrentes de um olhar para a família, e sim de seus próprios desejos, que nem sempre correspondiam ao desejo daquelas pessoas. **Perceberam também que vincular-se com a família para poder compreendê-la envolvia uma nova escuta:** conseguir ouvir seus desejos, sonhos, problemas e necessidades – que não são iguais para todos. A compreensão da realidade de cada família possibilitou que o trabalho se concretizasse.

“Uma família não pode ser olhada igual a outra, precisa ser ouvida de modo especial.”

“Percebemos que não há uma família igual a outra. A necessidade de uma não é a da outra. Cada família é única. Adquirimos uma bagagem sobre essa diversidade.”



Passando o bastão

16 <www.ericsson.com.br>

Continuar essa conquista tem sido uma preocupação do Grupo Assistencial e Promocional São Januário desde o início do projeto. Por um lado, buscou-se uma maneira de garantir financeiramente essa continuidade. Encerrado o apoio financeiro do Programa Abrigar, já no segundo ano do trabalho, em 2005, a Fundação Abrinq passou a apoiar a iniciativa possibilitando a concretização da bolsa-auxílio para as famílias. Este apoio se mantém até agora, 2007, somando-se ao financiamento da Ericsson.¹⁶

Algumas ações precisaram ser revistas para que a instituição se adequasse aos recursos disponíveis. As visitas domiciliares, por exemplo, passaram a ser feitas de ônibus; algumas reuniões passaram a depender de salas emprestadas. Isto, porém, não interferiu nos princípios estabelecidos para nortear as ações do projeto.

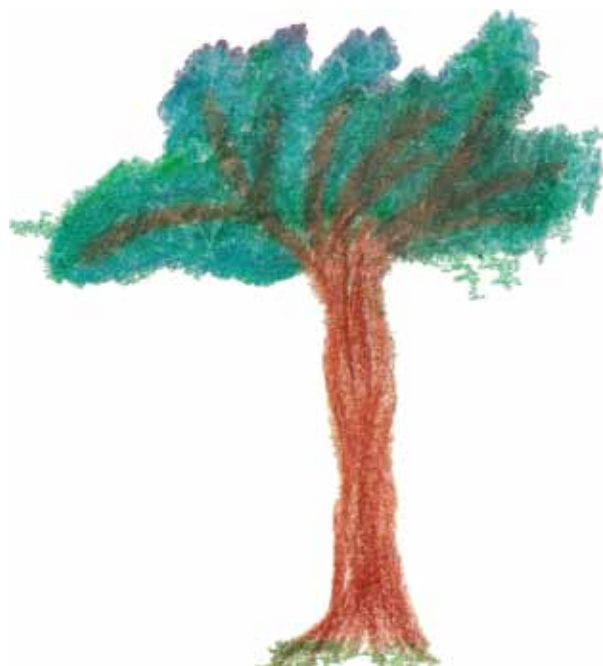
Por outro lado, a continuidade da experiência está sendo propiciada pela troca dos saberes e aprendizados. Essa cooperação, complementaridade entre todos os profissionais envolvidos no projeto, está permitindo a continuidade.

“Sabe aquela corrida em que cada um vai passando o bastão para o outro? É como eu percebo esse momento.”

As experiências dos mais antigos estão sendo transmitidas aos novos profissionais e, desta forma, os princípios estabelecidos para a ação são ampliados e referendados por todos os envolvidos.

Os profissionais também têm buscado novos instrumentais para evitar que a dinâmica do abrigo não deixe espaço para as ações do projeto, impedindo sua realização e especificidade.

Ao mesmo tempo, os profissionais que iniciaram o projeto, e que hoje estão em outros projetos da São Januário ou em outras instituições, levaram consigo as aprendizagens e buscam formas de aplicar as experiências vividas nas instituições onde estão atualmente envolvidos. 🐼



Sobre a sistematização

Relatar a experiência num processo de grupo, com a participação dos envolvidos, possibilitou um novo pensar sobre o ocorrido, rever situações e ampliar a visão do processo vivido. Essa experiência ocasionou uma maior apropriação da riqueza do processo experienciado e das mudanças ocorridas em cada um, na equipe e na metodologia do trabalho.

A sistematização propiciou também maior clareza sobre as dificuldades e estimulou a busca para solucioná-las. Os encontros para discutir os diferentes critérios de abrigamento, harmonizar as necessidades técnicas e administrativas, podem ser considerados exemplos dessas buscas.

Conhecimentos vividos e aprendidos no desenrolar do projeto também puderam ser transferidos para outras situações. Assim, os princípios norteadores da ação do projeto podem ser aplicados em outros projetos da São Januário ou em outras instituições.

Desta maneira, todo este processo desencadeou novas possibilidades para disseminar os conhecimentos adquiridos e, ao mesmo tempo, trouxe novos desafios.

Referências

- DEMO, Pedro. *Educação pelo avesso*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- GULASSA, Maria Lucia Carr Ribeiro; HÜLLE, Lygia Tibiriçá; GALLI, Vera Lucia. *O Abrigo como possibilidade – sistematização das mesas de trabalho*. São Paulo: Fundação Abrinq; Instituto Camargo Corrêa, 2006.
- BAPTISTA, Myriam Veras. *Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação*. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, 2006. Coletânea Abrigar 1.
- GULASSA, Maria Lucia Carr Ribeiro. *Casa de Acolhida Novella – sistematização*. PRÊMIO CRIANÇA 2004. Fundação Abrinq, São Paulo, 2004.
- SZYMANSKI, Heloísa. *Trabalhando com famílias. Cadernos de Ação*, 1, IEE/CBIA, São Paulo, 1992.

Inaugurado em 2000, o Lar Pedacinho de Luz – Casa Transitória – fica no Jardim Santa Branca. Conta atualmente com oito educadoras, uma coordenadora, uma psicóloga e uma assistente social, além de cozinheira e encarregado de manutenção. O abrigo tem capacidade para acolher 22 crianças. Nos finais de semana, os diretores se revezam em plantões para receber as famílias.



capítulo 5

LAR PEDACINHO DE LUZ: CONSTRUINDO ESPERANÇA

VERA FREDERICO*

Iniciado em 2004, o Projeto Construindo Esperança marca o início de uma nova fase na atuação do Lar Pedacinho de Luz. Incluindo ampliação do espaço físico e investimento na formação da equipe, o projeto representou a oportunidade de o abrigo se fortalecer alinhando-se aos preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente e, especialmente, construindo relações de respeito e confiança com a comunidade, o Poder Judiciário, a Promotoria e o Conselho Tutelar. Ele passou a ser referência no atendimento de crianças e adolescentes em Campo Limpo Paulista e região, cidade com cerca de 100 mil habitantes, que fica a 40 quilômetros da capital paulista.

Inaugurado em 2000, o Lar Pedacinho de Luz – Casa Transitória – fica no Jardim Santa Branca. Conta com oito educadoras, uma coordenadora, uma psicóloga e uma assistente social, além de cozinheira e encarregado de manutenção. O abrigo tem capacidade para acolher 22 crianças. Nos finais de semana, os diretores se revezam em plantões para receber as famílias.

O desejo de acolher e de proteger as crianças e os adolescentes da cidade nasceu em outubro de 1992 em um grupo de casais que se organizaram e compraram um terreno. A construção do prédio foi acidentada, cheia de avanços e retrocessos. Essa demora talvez tenha ocorrido porque ainda não estivesse claro o papel social do Lar Pedacinho de Luz: seria uma creche, um albergue ou um abrigo?

* Vera Lucia Cardoso Frederico é jornalista. Trabalhou com capacitação de jovens para o mercado de trabalho, inclusão social de meninos moradores de rua e atendimento à criança que sofre violência. Atualmente, faz especialização no Atendimento Sistêmico a Famílias e Redes, é integrante do Programa Abrigar e foi sistematizadora deste projeto. Participaram do processo os seguintes integrantes da equipe do Lar Pedacinho de Luz: Dolores Diaz Rossi – ex-presidente, Ginamara Soares Alves Lessa – coordenadora; Márcia da Silva Sant’Anna Pinto – assistente social e Raquel Maria de Magalhães Brito – psicóloga. Também foram entrevistados: André Pasquale Rocco Scavone – juiz de direito da segunda vara judicial de Campo Limpo Paulista; Claudia Krähenbühl Leitão – promotora de justiça; Daniela Sfalcin – ex-conselheira tutelar; Maria Ângela Carlos Santana, Cláudia Hallgren Paiva, Guimarães Lopes, Tereza Cristina H. V. Belo Maria das Dores Macário da Silva e Eduardo dos Santos Trindade – voluntários; Esmeralda de Lucca, Fabiana e Vanessa – familiares das crianças.

A obra estava parada quando, em 1999, o então recém-criado Conselho Tutelar da cidade acionou a justiça pela falta de um local para as crianças em situação de risco. O promotor cobrou do município a solução do problema e foi sugerido que o Lar Pedacinho de Luz ocupasse este lugar de abrigo. Começou então a ficar claro quem eram essas crianças que a instituição viria a acolher.

Até então, as crianças e os adolescentes que precisavam ser resguardados, ou retirados do seu convívio social, eram encaminhados para Jundiá, criando uma relação delicada entre os municípios, pois várias cidades da região também encaminhavam suas crianças para lá e a capacidade de atendimento estava se esgotando.

Para a criança e o adolescente, por sua vez, o abrigo fora da cidade significava fragilizar ainda mais seus vínculos familiares e até dificultar outros, de conhecidos e amigos, que poderiam estar próximos naquele momento. Pela falta de dinheiro, incompatibilidade com os horários de visitas ou mesmo dificuldade de acesso, os laços podiam ficar comprometidos e até serem definitivamente rompidos.

Nas situações emergenciais, ficava ainda mais clara esta dificuldade do município em garantir um atendimento mínimo adequado para a criança: “*Quantas noites eu fiquei sentada no saguão da prefeitura, ao lado de uma criança, esperando o dia clarear. Dava um sanduíche para ela e ficávamos esperando para tentar resolver o problema*”. Era este o procedimento possível para Daniela.¹⁷

Era preciso que cada um dos responsáveis pela preservação dos direitos da criança e do adolescente assumisse o seu papel. O município foi um dos primeiros da região a implantar o Conselho Tutelar e, agora, dava mais um passo: concretizava o desejo de fazer algo pelas crianças.

Enfrentando o desconhecido

A diretoria do Lar Pedacinho de Luz concordou com a ideia de acolher essas crianças mesmo sem saber exatamente o que significava trabalhar com quem vive situações de violência e de risco.

Dolores,¹⁸ que assumira a responsabilidade pela conclusão da obra, tivera um contato com crianças em instituição: “*Eu tinha trabalhado num orfanato em Várzea Paulista. Fazia parte da diretoria, mas não era atuante*”. Agora, em 2000, estava sendo convocada para assumir a direção do Lar Pedacinho de Luz.

A comerciante assumiu o desafio e foi buscar conhecimento. Como e o que deveria ser feito para atender adequadamente àquelas crianças? Fez cursos, participou de encontros, conquistou uma posição de destaque na cidade, chegando a ser eleita presidente do Conselho de Direitos de Campo Limpo Paulista. Para chegar lá, precisou de parceiros, contou com o apoio do Instituto Camargo Corrêa e passou a fazer parte da Rede do Programa Abrigar.

¹⁷ Daniela Sfalcin formou-se advogada e, depois de um estágio na Alemanha, voltou para Campo Limpo Paulista e foi eleita conselheira tutelar do primeiro conselho da cidade, onde ficou até 2006. Neste período, estabeleceu forte parceria com o Lar Pedacinho de Luz.

¹⁸ Dolores Diaz Rossi, comerciante e dona de casa, tinha a rotina dividida entre o supermercado da família e o cuidado com os filhos. Ao assumir o Lar Pedacinho de Luz, tornou-se uma militante em favor das crianças e dos adolescentes.

Projeto Construindo Esperança

Tudo começou nos encontros de capacitação do Programa Abrigar. Lá, o grupo percebeu que, para buscar parceiros financeiros, seria preciso escrever projetos. Ao mesmo tempo, a ideia da importância de manter e fortalecer as relações das crianças com suas famílias e o mundo fora da instituição foi ficando mais clara.

Escrever o projeto não foi tarefa fácil, como conta Raquel:¹⁹ *“Eu lembro que a Dolores estava em Ubatuba e ficava me ligando para saber sobre o projeto. Eu trabalhava em casa, porque aqui não tinha computador”*.

Enfim o texto ficou pronto, foi apresentado ao Instituto Camargo Corrêa e aprovado para financiamento. O recurso previa a capacitação de funcionários, reforma de instalações e ampliação do espaço físico tendo “como objetivo fim a reinserção de todas as crianças em um meio familiar, de preferência o biológico em um curto prazo”.

E foi esta tarefa que o Lar Pedacinho de Luz começou a assumir: **ocupar o lugar que o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece para o abrigo. Neste novo arranjo, famílias biológicas ou não passaram a ganhar espaço.** Isso também não foi fácil, como conta Dolores: *“Eu tinha muitas dúvidas, nunca estivera na direção de um trabalho como este”*.

O projeto contemplava vários subprojetos, alguns deles já em desenvolvimento, como Educação e Vida, para a manutenção dos custos da casa; Shantala, que oferecia massagem terapêutica para as crianças; e Reforço Escolar, que auxiliava nas tarefas escolares. Para tanto, previu-se a construção de salas de massagem e estudos, além de um salão de eventos com a comunidade.

Outros subprojetos criados pelo Lar Pedacinho de Luz: Construindo uma Família, que trazia para dentro do abrigo a figura do padrinho afetivo; Fortalecendo Laços, que visava a reintegração familiar; Pensando o Amanhã, dirigido às famílias com filhos na iminência de abrigamento; ou ainda o Social Educativo, que seria desenvolvido em parceria com uma empresa da cidade, mas que, no entanto, não se efetivou.

Em busca de formação

Nos encontros do Programa Abrigar, os horizontes foram se ampliando. A forma como os profissionais do Lar Pedacinho de Luz foram acolhidos foi de fundamental importância.

“Desde o começo, a gente chegou, estava todo mundo de braços abertos. A gente foi acolhida e começou a mudar, naqueles encontros, a ideia que a gente tinha de abrigo.”²⁰

¹⁹ Raquel Maria de Magalhães Pinto é psicóloga, trabalha na instituição desde o começo. Participou da elaboração do Projeto Construindo Esperança. É uma mediadora na tarefa de reunir famílias e também uma articuladora de possibilidades para essas famílias.

²⁰ As falas sem identificação foram expressas de maneira geral pela equipe do Pedacinho de Luz durante o processo de sistematização.

Foi essencial poder ser acolhido, valorizado, refletir, criar e recriar.

“Quando nosso projeto foi aprovado, tínhamos em mente uma determinada área para certas atividades. Conforme fomos participando dos seminários e reuniões, fomos fazendo alterações tanto na área a construir quanto em atividades a serem desenvolvidas. Mesmo sabendo que a verba seria insuficiente para a finalização, decidimos executá-lo, pois necessitamos de espaço para as crianças, recreação, atendimento à família, reforço escolar, enfim, maior organização de nossa atividade.”

Além dos encontros do próprio Programa Abrigar, a parceria com o Instituto Camargo Corrêa possibilitou a participação em outros cursos de capacitação dos técnicos e educadores. Todos puderam olhar com mais atenção para si mesmos e refletir sobre a ideia de “confinamento” de crianças e enxergar o abrigo como um lugar de possibilidades de convívio real em comunidade.

Mudar o espaço

O Projeto Construindo Esperança incluía, além da ampliação do prédio, a compra de um veículo. O dinheiro não foi suficiente, já que o terreno fica num brejo e a obra saiu mais cara do que o previsto. A instituição não ficou parada, articulou-se, fez novas parcerias. O projeto serviu, assim, para impulsionar a busca de novas formas de sustentação. Uma empresa concluiu o telhado e outra terminou as salas.

Ainda não foi possível adquirir o carro. Assim os funcionários disponibilizam seus veículos para algumas tarefas e, eventualmente, contam com a ajuda de padrinhos para o transporte de crianças.

O convênio com a prefeitura, os repasses de recursos decorrentes de acordos judiciais e as contribuições que a comunidade faz, principalmente por meio de um programa de telemarketing e outros eventos, garantem uma administração equilibrada e adequada.



“Três festas de Natal numa só tarde”

A parceria com o Programa Abrigar deu visibilidade ao trabalho na cidade e o Lar Pedacinho de Luz ganhou respeito na comunidade: “*Se uma empresa como a Camargo Corrêa estava nos dando apoio, era porque a gente tinha algum valor*”.

Quem trabalhava na instituição também assumiu este valor. Se até então viam da caridade e não conseguiam evitar interferências que consideravam inadequadas, agora, mais seguros, podiam recusar o que julgavam prejudicial ao projeto pedagógico da instituição.

Uma descoberta importante foi perceber que o trabalho pedagógico ficava comprometido com a participação aleatória da comunidade, muitas vezes até de forma equivocada, apesar de bem-intencionada: “*Na semana da Páscoa, enchiam as crianças de chocolate, depois elas ficavam com diarreia*”. Outras iniciativas atrapalhavam o planejamento para a reinserção da criança no seu meio familiar. “*Na época do Natal, chegávamos a ter três festas numa só tarde*”.

Estas participações aleatórias não contribuíam para a volta da criança à sua casa, com as condições disponíveis no seu meio social, muito pelo contrário, destacavam o que estava faltando e podiam até destruir o trabalho de fortalecimento da família, da busca de suas qualidades, do estímulo ao apoio mútuo naquele grupo.

Os encontros promovidos pela Rede Abrigar foram importantes para o abrigo conhecer sua força, principalmente na troca de experiências com outras instituições. E, com o tempo, foram percebendo que “*talvez a gente não fosse tão fraquinho como pensava*”.

Certa vez, chegou um bebê prematuro com dificuldades respiratórias. Se ele estava sem a família, tinha o abrigo ao seu lado. Numa situação de emergência, o Hospital Público resistia em atender à criança. Foi aí que a Dolores, então diretora do Lar Pedacinho de Luz, usou pela primeira vez a frase: “*Esta criança está sob a proteção da justiça*”. E aprendeu a usá-la sempre que necessário.

Em outras situações, com base no estatuto da casa, passaram a ser mais atentos e até a recusar casos para os quais não estavam preparados, como os de drogadição. Algumas pessoas não entenderam, sentiram-se impedidas de fazer “caridade” e se afastaram. Mas agora “*a gente não é mais violentado*”.

“Foi a primeira vez que percebi que somos bons no nosso trabalho e então podemos impedir que algo venha destruí-lo”.

“Nós ficamos tão fortalecidos que conseguimos enfrentar situações difíceis e dizer: ‘Não é assim. Não queremos os brinquedos quebrados, que sobram das faxinas nas casas.’”

Fazendo este caminho, os integrantes do Lar Pedacinho de Luz perceberam que a família da criança é importante e seu lugar tem de ser preservado. **A princípio, parecia que “era melhor que a criança esquecesse todo aquele passado e começasse tudo novamente com uma nova família”.** Com um olhar mais aguçado, foram percebendo que não é bem assim. É importante conhecer a história da família e dar novo significado ao passado. 🌸

A HISTÓRIA DA MENINA E DA PSICÓLOGA

A menina não recebia visitas e a psicóloga ficou intrigada: “Como ninguém vinha ver a garota?” Então foi visitar a mãe uma vez. Outra. Um dia a mulher mostrou interesse em ver a filha. Uma vez. Outra. As duas se aproximaram. No aniversário da menina, a mãe levou um bolo e falou que gostaria de levá-la para casa.

Uma lição desta história. A ação da psicóloga trouxe inspiração para Raquel: “*Eu percebi a importância da família, quando a mãe vinha, ela era feliz... Mas eu não sabia como organizar este trabalho, aí entrou o Programa Abrigar*”. A possibilidade de refletir a respeito, compartilhar dúvidas e ouvir outras experiências permitiu à equipe repensar o lugar da família e vislumbrar um novo trabalho a ser feito.

A equipe foi descobrindo a importância de ouvir as histórias, buscar os familiares, evitar julgamentos e posições fechadas, como na história do garoto que foi parar no abrigo porque fugia de casa. Informações equivocadas afastaram a mãe da criança. O pessoal do Pedacinho de Luz insistiu. Ficou sabendo que ela tinha feito uma “adoção informal”, já que a mãe biológica estava presa e o pai, morto. Depois de quatro anos de convivência, quando a mãe biológica saiu da cadeia, começaram as fugas do menino. Daí a confusão. Quem estava impedida de ver o garoto no abrigo era a mãe biológica, e não a adotiva. Agora os dois estão em processo de reaproximação para uma adoção formal e definitiva.

Para encontrar a família da criança, o abrigo foi se conectando a redes informais na busca de informações; alguém que sabe alguma coisa que possa ajudar a criança acolhida. A articulação do abrigo com a comunidade foi se tornando mais robusta: amigos, escola, conhecidos, todos começam a ser acionados.

Assim, puderam rever preconceitos: “*A gente abriu nossa cabeça sobre a importância da família. É algo que ouvi muito. Você tem que saber a história da mãe*”. E respeitar os novos arranjos familiares, muitas vezes, diferentes daquele estabelecido no meio social do próprio profissional. “*Você aprende a respeitar, a considerar os padrões que você não entendia.*”

Organizando o trabalho com a família

“O abrigo tem feito essa reintegração com a família e auxilia bastante a gente. Eles têm mais contato, as visitas são mais informais e a equipe técnica pode avaliar melhor a família”, declara a promotora Cláudia.²¹

Pelo telefone, nas visitas ao abrigo ou na casa da criança, os técnicos se colocam ao lado da família, para um apoio psicológico, uma orientação sobre os equipamentos sociais disponíveis na cidade ou mesmo só para conversar: *“A gente faz assim: fortalece a autoestima das famílias, melhora os vínculos entre eles e as ajuda para que resolvam os próprios problemas”*.

Márcia²² insiste neste ponto: *“A gente contribui oferecendo elementos para que as famílias encontrem meios para superar suas dificuldades e seus conflitos. Valorizamos a ação neste processo”*. E Raquel conclui: *“Resolver de qualquer jeito traz mais problemas, porque vai voltar para cá”*.

O apoio à família na saúde de uma criança também é um caminho em construção. A instituição acolhe a família e a auxilia. Em alguns casos, as mães são convidadas a desenvolver habilidades na própria cozinha do abrigo.

Em outra história, o apoio do abrigo tem sido fundamental para o pai que, mesmo sofrendo com o alcoolismo, tenta organizar a vida com os cinco filhos. A equipe aposta no afeto que ele demonstra pelas crianças para conseguir superar as dificuldades. *“A gente fica até emocionada quando ele diz: a minha vida tem outra cor depois do contato com vocês.”*

A rede social

“Eu gosto muito do pessoal do abrigo, além deles cuidarem das crianças, me ajudam moralmente.” Quem fala é uma moça de 26 anos e seis filhos. O primeiro nasceu quando ela tinha 16 anos e uma avó para ajudar. Depois que o pai dos dois primeiros foi embora, ela perdeu o controle. Foi assim que três deles foram parar no abrigo. Agora, com o apoio do Lar Pedacinho de Luz, ela se reorganiza para receber de volta as crianças. Isso significa ajudar a mãe a conseguir trabalho, creche e escola para as crianças, além de mapear uma rede de parentes, amigos, vizinhos com que esta família possa contar nos eventos da vida.

O Lar Pedacinho de Luz entende que as famílias muitas vezes se sentem sozinhas, precisam ser ajudadas. Por isso, trabalha estimulando o fortalecimento das redes que existem e a criação de novas possibilidades de redes de apoio: escola, igreja, serviço social disponível na comunidade.

É preciso olhar as redes sociais com muita atenção, a fim de encontrar suporte para necessidades físicas, econômicas, emocionais. Quem é ou pode ser esta

²¹ Cláudia Krähenbühl Leitão é promotora de justiça de Campo Limpo Paulista. Acompanhou todo o processo de desenvolvimento do Lar Pedacinho de Luz e é uma parceira com quem o Lar Pedacinho de Luz aprendeu a contar.

²² Márcia da Silva Sant’Anna Pinto, assistente social, é funcionária do Lar Pedacinho de Luz há cerca de dois anos. Faz a articulação com os serviços públicos da região.

referência? Para quem se pode pedir ajuda numa emergência? Nem sempre o suporte afetivo, por exemplo, vem do pai ou da mãe. O importante é que tenha uma pessoa que possa cumprir este papel.

A criança na comunidade

“No Pedacinho, as crianças não são tratadas como coitadinhas.” A convivência comunitária é estimulada e a criatividade se torna uma ferramenta contra o preconceito.

Uma das meninas se sentia discriminada na escola por morar no abrigo. Os profissionais do Lar Pedacinho de Luz entraram em contato com a direção da escola e com a professora. Juntos, acharam que o aniversário da menina seria uma ótima oportunidade para mudar essa situação.

O abrigo fez uma festa e todos os colegas foram convidados. As crianças curtiram tanto que muitas nem queriam voltar para casa, afinal lá elas não tinham um parquinho para brincar... A garota passou a frequentar a casa dos colegas e eles também visitavam o abrigo. Este procedimento nem sempre é possível, mas naquele caso foi fundamental para a reintegração da menina na comunidade.

Para outra garota, que ficou no Lar Pedacinho de Luz até completar 18 anos, a instituição também foi buscar alternativas de inserção na escola e no trabalho. A escola particular deu a bolsa de estudos para a conclusão do ensino médio, o escritório de contabilidade aceitou a garota como estagiária e a faculdade particular também ofereceu uma bolsa. Ela está no terceiro ano do curso de Direito, se mantém economicamente e preserva a amizade com o pessoal do abrigo.

Novas possibilidades para a comunidade

Novas pessoas e instituições se aproximaram e passaram a interagir com a entidade, ampliando a rede social do Projeto Construindo Esperança. Cada um contribui com suas habilidades e capacidades: visitando as crianças, fazendo o almoço no dia de folga da cozinheira ou pagando o convênio médico. A empresa Krupp Metalúrgica, por exemplo, garante às crianças atendimento médico em consultórios particulares com tratamento adequado. Há casos em que o atendimento continua, ainda por um tempo, depois de a criança ter voltado para a família.

Cláudia²³ visita o Lar Pedacinho de Luz a cada quinze dias e através da *shantala*, um tipo de massagem específica para crianças, cria possibilidades para que venham à tona dores e sofrimentos que, muitas vezes, não conseguem verbalizar. As sessões são individuais e, no começo, alguns choram muito, outros demonstram dor principalmente na região dos pulmões onde, segundo a medicina chinesa, concentrariam-se os sentimentos.

²³ Cláudia Hallgren Paiva é terapeuta corporal e trabalha como voluntária no Lar Pedacinho de Luz há seis anos.

“É preciso respeitar o limite da criança. A mão tem que ser segura, se não tiver amor no toque, ela percebe.” Depois de um tempo, as crianças passam a pedir e esperar pela massagem.

O que as crianças trazem a partir deste trabalho é compartilhado com a equipe técnica da instituição, ampliando e dando mais qualidade à atuação, agora mais focada nas necessidades daquela criança, naquele momento.

Cláudia avalia: “Só tenho a agradecer esta oportunidade, às vezes chego cansada no abrigo e saio bem”.

O bem pode ser bem feito

O trabalho voluntário, muitas vezes, é confundido com caridade. Neste processo de aprendizado do Lar Pedacinho de Luz, os voluntários também tiveram chance de rever sua participação. Começou a surgir uma interação maior, de dar e receber, e de reconhecimento destas trocas afetivas.

“Muitas vezes, a gente acha que a criança de abrigo só precisa e não tem nada para dar, não existe como pessoa. Não é verdade, o nosso afilhado mostrou para a minha família que ele tem manias, gostos e personalidade”, descreve Cristina.²⁴

²⁴ Tereza Cristina H. V. Belo tem quatro filhos e é voluntária do Lar Pedacinho de Luz; além de atuar como madrinha afetiva, participa do Projeto Fazendo História .

Os voluntários continuam bem-vindos, mas agora seguem normas, cadastram-se e estabelecem um propósito. O trabalho conjunto com a equipe técnica busca o desenvolvimento individual e cada criança é cuidada segundo suas necessidades específicas. “Não pode fazer um projeto, começar e depois deixá-lo no caminho. É muito ruim.”

Uma das formas dos voluntários participarem é através do Projeto Fazendo História.²⁵ Nele, cada criança constrói sua história e vai tecendo sua rede: família, irmãos, parentes, amigos. Um pertencimento que se materializa na forma de um caderno que a criança levará junto com ela. Todo esse processo é acompanhado por técnicos do programa que orientam os voluntários.

É com orgulho que a Cristina abre o caderno de um garoto e mostra uma foto com duas crianças. Mesmo vivendo no mesmo abrigo, os dois, até então, não se reconheciam como irmãos. Aquela foto marca um vínculo reconquistado.

²⁵ Realizado em parceria com o Instituto Fazendo História, busca resgatar, registrar e valorizar a história de vida das crianças e dos adolescentes moradores do abrigo.

Descoberta do apadrinhamento

Acompanhamento familiar ou apadrinhamento? A experiência tem mostrado que as duas alternativas contribuem para criar um espaço de pertencimento para a criança. Para o abrigo, conciliar as duas coisas ainda é um desafio. É preciso tem-

po para sistematizar procedimentos, fazer reuniões periódicas com os padrinhos, avaliar resultados.

Numa cidade do porte de Campo Limpo Paulista, a proximidade das pessoas favorece a atuação do abrigo. O apadrinhamento começou assim, com o envolvimento dos amigos. Se antes a instituição dependia das contribuições financeiras da comunidade, agora também conquistava parceiros para dar continência emocional para as crianças.

“Eu tinha medo, mas a Dolores deixava... e a criança que não sabia comer, ir ao banheiro, voltava sabendo, voltava bem mais tranquila. E eu comecei a perceber o quanto essas saídas faziam bem para as crianças.”

Os primeiros candidatos ao apadrinhamento ficavam algumas horas com as crianças no horário de visitas do abrigo. Depois passaram a levar as crianças para casa nos fins de semana, quando se configurou o apadrinhamento afetivo. **Agora já existem alguns casos de famílias que acompanham a criança e a família dela. É o apadrinhamento familiar.**

26 Cleuza Guimarães Lopes tem dois filhos e é uma das primeiras voluntárias do Lar Pedacinho de Luz; além do apadrinhamento, cozinha para as crianças no dia da folga da cozinheira.

É com determinação que Cleuza²⁶ se posiciona ao lado do afilhado. Ela é madrinha do garoto desde que ele chegou ao abrigo, ainda bebê. Agora acompanha a reintegração à família. Está atenta a tudo que se refere à vida dele, da rotina na creche ao processo no Fórum. Quer acompanhar o crescimento do menino e espera evitar que ele sofra maus tratos novamente.

Assim, o abrigo vai se transformando em um lugar de construção de esperança. O apadrinhamento familiar abre uma nova possibilidade não só para as crianças, como também para as pessoas. A aproximação entre as famílias pode estimular a compreensão e o respeito pelas diferenças.

Cleuza, que sempre relutara em conhecer a família do afilhado, no contato com a avó do menino, experimentou uma mudança de olhar: *“Gostei dela e entendi suas razões para não ficar com o garoto”*.

Acolher não é apenas encontrar uma família para a criança, pois, se o profissional do abrigo não estiver atento, corre o risco de colocar uma família contra a outra. Também é importante elaborar procedimentos diferenciados para os casos de apadrinhamento e de adoção. Assim se evitam equívocos e dificuldades futuras.

A mãe e seu bebê

O que aprender na história do bebê retirado da mãe porque estava em estado avançado de desnutrição? A mãe, uma garota de 18 anos, tentava constituir uma família com o pai do menino e seu segundo filho. O primeiro ficara com a mãe adotiva dela. Sua própria adoção foi feita, numa outra cidade, há 13 anos. Segundo

ela, quando a mãe biológica morreu, o pai não deu conta de cuidar dela e de uma irmã, entregando-as para adoção. As irmãs foram separadas, cada uma indo para uma cidade diferente.

Durante a conversa, ela demonstrou uma grande necessidade de provar que pode ter filhos, que é capaz de cuidar deles, mas se espanta quando ouve que a desnutrição pode causar sequelas irreversíveis no seu bebê. Ela ainda é uma menina despreparada para assumir responsabilidades, que já esteve sob custódia do Estado.

É muito importante acompanhar a criança e a família após o desabrigamento. Uma adoção como a desta jovem pode criar um ciclo vicioso que se repete por várias gerações. O Lar Pedacinho de Luz trabalha para evitar que estas histórias se repitam. Hoje o menino tem a visita da mãe, o estímulo do pessoal do abrigo e um apoio extra da família dos padrinhos.

Participar da rede

O fortalecimento do abrigo favoreceu o relacionamento com outras instituições envolvidas na tarefa de proteger as crianças e os adolescentes, como o Conselho Tutelar e o Poder Judiciário.

Certa vez, o Conselho Tutelar recebeu uma denúncia de maus tratos e, antes de procurar a mãe, os conselheiros buscaram o Lar Pedacinho de Luz, já que a criança em questão passara pelo abrigo. Souberam que o garoto que esmolava pelo bairro tinha problemas psiquiátricos. Esta informação fez toda diferença. Em vez dos conselheiros darem uma bronca na mãe, visitaram os vizinhos da família e explicaram a situação. A partir daí, todos tiveram de assumir sua parte de responsabilidade pela criança.

“Outra coisa que aprendemos é que a responsabilidade do conselheiro continua mesmo depois do abrigamento. Não é porque abrigou que não é mais problema dele. Não deixa de ser. O problema existe e é do conselho, é do abrigo, é da promotoria, é do juiz e do município.”

Esta visão também funciona no sentido inverso. Os conselheiros podem contar com apoio do pessoal do abrigo, por exemplo, como nos casos de prevenção do abrigamento. “Conversamos e a Raquel tem me ajudado muito com algumas famílias para evitar a separação.”

Aquela situação da criança passar a noite num banco da prefeitura também não acontece mais. O abrigo recebe a criança em caráter de emergência e o conselheiro tutelar se compromete a procurar uma solução o mais rápido possível. Isso porque a cidade é cortada pela linha de trem e, às vezes, crianças de outros lugares descem ali. Nesses casos, o conselho tenta descobrir a origem da criança o mais

rápido possível, antes de 48 horas, o prazo legal para que o juiz seja oficialmente comunicado. Quando este abrigo é formalizado, pode ficar mais demorado o regresso da criança para casa, já que aí é instaurado um processo e seguem-se os trâmites legais.

Nos casos de crianças que sofreram violência sexual, o Lar Pedacinho de Luz passou a solicitar que elas fossem atendidas pelo médico antes do abrigo e, em todos os casos, pedem esclarecimentos sobre a situação geral da criança. Assim, o atendimento tem continuidade, não fica sempre recomeçando.

A promotora Claudia conta: *“O Lar Pedacinho de Luz foi fazendo algumas reclamações, inclusive sobre falta de documentação, carteira de vacinação e de um parecer médico sobre a criança. Conversamos com o Conselho que incorporou estes procedimentos de, por exemplo, levar com a criança a indicação de um remédio que porventura ela esteja tomando, para não ter descontinuidade no tratamento”*.

A instituição conquistou a confiança do Poder Judiciário e sua opinião é considerada na hora de decidir o destino da criança. Os profissionais do Lar Pedacinho de Luz, mais seguros, escrevem relatórios nos quais sugerem caminhos e se dizem realizados *“em exercer plenamente o seu papel; o que também interfere no tempo do abrigo, inclusive porque melhorou a agilidade dos processos”*. Dr. André Scavonne, juiz da Vara da Infância e Juventude na comarca de Campo Limpo Paulista, tem se mostrado atento aos problemas e avalia o trabalho do Lar Pedacinho de Luz como *“muito importante para nós”*.

Para Daniela, o caminho do Conselho Tutelar e do Lar Pedacinho de Luz foi feito em parceria. *“Nós estabelecemos regras entre nós e construímos uma relação muito bacana”*. Ela também se qualificou e agora está encarregada de organizar a rede gestora de atendimento social no município: *“Os (novos) conselheiros ainda não sabem o que avaliar, não tem um padrão, então foi sugerido que eles fizessem visitas ao Lar Pedacinho Luz e à Apae, que já têm uma estrutura correta”*. A partir destes critérios é que serão distribuídas as verbas de assistência no município.

O Lar Pedacinho de Luz também aprendeu a lidar com questões políticas e a atuar nas decisões do município. A entidade participou da elaboração da lei que estabelece os critérios para a eleição do Conselho Tutelar local.

Durante a gestão da Dolores na direção do abrigo, ela presidiu o Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente de Campo Limpo Paulista, quando promoveu e coordenou uma conferência, colocando em evidência a posição do abrigo na defesa dos direitos da criança e do adolescente. 🌊

Sobre a sistematização

Durante o processo de sistematização, foi possível perceber como é difícil acompanhar a dinâmica da entidade. O juiz responsável pela vara da infância e juventude já não é mais o mesmo, o processo de reintegração de um grupo de irmãos com a mãe precisou ser interrompido e até a conquista de um carro, que parecia estar distante, passou a ser real. O Lar Pedacinho de Luz ganhou um veículo de uma concessionária da região.

Outra questão que o grupo ressaltou foi o interesse em saber como os parceiros enxergavam o trabalho do abrigo. A necessidade de se sentir aprovado pelas suas ações. Isso diz muito sobre a preocupação de fazer o melhor.

A mudança do formato do Programa Abrigar também foi motivo de preocupação durante todo o processo de sistematização, não só do pessoal do Lar Pedacinho de Luz, como dos parceiros. Para todos, é muito importante este tipo de apoio ao trabalho que é realizado aos abrigos.

Referências:

- D'ANDREA, Antonio. *Workshop: Acolhimento familiar: um trabalho em Rede*. São Paulo: Instituto de Terapia Familiar, 2007.
- RIOS, Terezinha Azeredo. *As pessoas que a gente não vê*. In: *Abrigo, comunidade de acolhida e socioeducação*. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa/Neca; 2006. Coletânea Abrigar 1.
- MARICONDI, M. A.; VENTURA Soares, M. L. Família e rede Social. In: *Redes de Proteção social . Abrigos em Movimento . Instituto Fazendo História-Neca – SEDH*. 2008
- SANICOLA, Lia. *Encontro: O Trabalho com Redes Sociais*. ABMP (O que é?). São Paulo, março, 2007.
- Documento do Projeto Construindo Esperança
- Projeto Extensão e Desenvolvimento de Habilidades para Profissionais de Abrigo.
- OLIVEIRA, Rita C. S. *Quero voltar para casa*. São Paulo: 2007. Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo-AASPTJ-Sp).
- ACOSTA, Ana Rojas (Org.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-IEE, 2004.
- SLUSKI, Carlos. *A rede social na prática sistêmica*. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.



considerações finais

OLHANDO A MUDANÇA

MARIA LUCIA CARR RIBEIRO GULASSA

A beleza e a força das mudanças, nos abrigos que acabamos de ler, surpreenderam as sistematizadoras. As transformações superaram as expectativas em amplitude e profundidade. A imagem do movimento presente é a de que, diante de uma pedra lançada na água, formam-se círculos que se ampliam-se atingindo dimensões cada vez maiores. Este parecia ser o movimento dos abrigos.

Muitos deles já vinham num processo de evolução. Neste caso, os projetos financiados só intensificaram e fortaleceram um movimento já existente. Outros, com o projeto, desabrocharam diante do seu desejo e motivação de desenvolver um trabalho mais significativo e consistente. O que se mostrou comum a todos foi o idealismo, a busca por uma sociedade mais justa e humanitária. Este pareceu ser um elemento fundamental na alma dos projetos.

Ao olharmos o conjunto das experiências, emergem algumas marcas importantes nos processos de mudanças vividos. Fica claro que as mudanças não têm cunho superficial, ao contrário, tratam questões de fundo. São mudanças de paradigmas culturais, de concepções políticas, sociais, de visão de mundo. Tais concepções trazem um novo olhar que promove as novas ações.

Nesse percurso, o papel do gestor do abrigo e o da organização revelam-se fundamentais na introdução dos novos paradigmas. Se o gestor não conduz ou incorpora a nova cultura, os profissionais se retiram e as mudanças se perdem. Há retrocesso.

No entanto, tais transformações não pertencem só ao gestor, mas também ao grupo de trabalhadores. Não são mudanças individuais, são grupais. O abrigo é um projeto coletivo. Todos estão envolvidos, todos mudam, todos constroem o novo.

Em alguns abrigos, ainda é constante a troca de funcionários, mostrando a fragilidade e instabilidade nas propostas e dificultando a construção de um pensamento coletivo e de um projeto comum. Essas trocas provocam rupturas, frag-

mentação. Os motivos da instabilidade são, em geral, a ausência de profissionalização, salários baixos, gestão ineficiente, seleção inadequada e centralização de poder. Estas rupturas impedem a evolução e provocam retrocessos.

Os profissionais necessitam de espaços de formação, de capacitação contínua, supervisões, reflexões em conjunto sobre a prática e seus objetivos. Nesse processo de formação, é importante haver tempo e espaço na programação para se lidar com dilemas, conflitos, angústias. É o enfrentamento das contradições que leva ao crescimento. Ignorar conflitos e contradições dificulta as relações, solapa as mudanças e aumenta a angústia.

As capacitações promovem novas linguagens e ações que são de todos. Isto não é dado e não é imposto. É construído com o investimento do grupo. É uma experiência democrática da qual participam também as crianças, os adolescentes e suas famílias.

Acreditar no potencial e na capacidade da criança e da família tem se mostrado premissa fundamental nos projetos. Estas passam a ser mais ouvidas, melhor vistas, compreendidas, pensadas. A individualização das crianças e famílias permite que elas sejam vistas e compreendidas na sua singularidade e que se reconstrua com elas sua história de vida, seu projeto de futuro. A profundidade e a vinculação nas relações são fundamentais.

Ainda em relação às famílias, um olhar especial está sendo dado a elas. Não é possível pensar a criança sem considerar o seu grupo de origem. Este é um trabalho muito novo no abrigo. Muitos tipos de projetos com famílias estão sendo criados. Em geral, tem sido necessária uma equipe especializada acoplada à equipe do abrigo. Metodologias diversas estão sendo construídas passo a passo.

Há o trabalho com a família no abrigo e o trabalho com a família na sua própria rede familiar e comunitária. São dois âmbitos diferentes que se entrecruzam. Ambos necessitam uma metodologia cuidadosa para ser eficiente.

Os projetos do trabalho do abrigo têm ultrapassado suas paredes. A relação com os conselhos, o judiciário e os demais serviços da comunidade tem se mostrado fundamental nas propostas de mudança. Como resultado, além das concretas intervenções que trazem novas possibilidades de futuro, mudam as concepções da comunidade em relação a quem são essas crianças, quem são essas famílias e qual é o papel dessa instituição. A constituição da identidade de todos estes atores (família, criança, abrigo) é uma construção em rede.

O atendimento às crianças também ultrapassa os limites da instituição. Elas frequentam a rede comunitária fora do abrigo – escola, saúde, esporte - ampliando seu universo, enriquecendo sua experiência. Assim, o papel da família e de cada um dos serviços parceiros do abrigo (conselhos, escola, judiciário etc.) adquirem um novo significado.

As mudanças no abrigo estão dialeticamente respondendo às mudanças ocorridas na sociedade e às demandas do momento histórico. As propostas do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) e do PNCFC (Plano Nacional de Con-

vivência Familiar e Comunitária), por exemplo, trazem novas possibilidades e direcionamentos para o abrigo.

O abrigo mostra ganhar no seu trabalho outra dignidade, um papel político, socioeducacional verdadeiro. Mostra a premência de ser altamente profissionalizado, sem perder o ideal, a esperança e a humanização. Mostra a necessidade de ter uma abordagem de profundidade no atendimento à criança e à família, e ser um importante articulador a serviço da criança com os outros operadores de direito e serviços.

No entanto, vale apontarmos alguns importantes desafios. De modo geral, é necessário que a sociedade e o Poder Público olhem com atenção para o abrigo e as famílias. Sem políticas públicas de moradia, saúde, educação, as famílias ficam desamparadas e o abrigo se torna o depósito do abandono. A ausência de recursos financeiros para o abrigo, por sua vez, cria uma tensão constante, ameaçando-o de permanecer no lugar de pobre, excluído, e impedindo-o de realizar um trabalho mais profissionalizado.

Ao mesmo tempo, permanece a necessidade de reflexões aprofundadas sobre formas de atendimento no abrigo que gerem padrões de qualidade. Nesse sentido, esperamos que as experiências aqui relatadas contribuam com novos aprendizados e façam aumentar esse movimento.

Maria Lucia Carr Ribeiro Gulassa
Coordenadora de formação do Programa Abrigar



